



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ADEMÁRIO DE JESUS ALMEIDA JÚNIOR

ADMINISTRAÇÃO E RACISMO: AMPLIANDO AS FORMAS DE
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Salvador
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ADEMÁRIO DE JESUS ALMEIDA JÚNIOR

**ADMINISTRAÇÃO E RACISMO: AMPLIANDO AS FORMAS DE
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação
da Escola de Administração da Universidade Federal
da Bahia como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Administração.**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Gildásio Santana
Júnior**

Salvador
2010

Biblioteca da Escola de Administração da UFBA

A447 Almeida Júnior, Ademário de Jesus
Administração e racismo : ampliando as formas de análise do
desenvolvimento sustentável / Ademário de Jesus Almeida Júnior. - 2010.
161 p.

Orientador : Prof.º Dr.º Gildásio Santana Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de
Administração, 2010.

1. Desenvolvimento social - Brasil. 2. Desenvolvimento sustentável -
Brasil. 3. Negros – Condições sociais. 4. Discriminação racial - História.
I. Título.

CDD 303.44

TERMO DE APROVAÇÃO

ADEMÁRIO DE JESUS ALMEIDA JÚNIOR

**ADMINISTRAÇÃO E RACISMO: AMPLIANDO AS FORMAS DE
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Ricardo Dantas Caffé _____
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Prof. Dr. Genauto Carvalho França Filho _____
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior (Orientador) _____
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – (UESB) / NPGA

APROVADA EM ___/___/___

*Dedico este trabalho a Odete,
Ariane e Janaína, razões da minha luta!*

AGRADECIMENTOS

Este momento é maravilhoso e ao mesmo tempo difícil, pois sei que qualquer coisa que eu escreva aqui não vai dar a devida dimensão da gratidão que tenho por todas (os) aquelas (es) que me apoiaram nesta empreitada. De qualquer maneira, aqui vou eu.

Primeiramente, agradeço a minha mãe, ODETE, por tudo! Não chegaria aqui sem o AMOR desta mulher que é minha referência na vida. Dona Detinha é tudo de bom! Mãe te amo!!!

Gostaria de agradecer as minhas irmãs – Paula e Letícia – pela torcida, por dividirem as angústias e aflições da minha caminhada; e, ao meu irmão Adson, por toda torcida e disposição em me ajudar, valeu meu assistente de pesquisa! Agora, poderemos pensar no projeto do blog e vídeoblog: o “quinto poder”! Não poderia me esquecer das minhas pequenas pérolas negras, minhas sobrinhas, Ariane e Janaína, que além da torcida, ajudaram-me simplesmente nas nossas brincadeiras no chão de casa.

Todo meu agradecimento e amor a uma pessoa que encontrei e dá um sentido todo especial a minha vida. Tricia, obrigado meu amor por você ter acreditado em mim, ter me aturado e estado comigo nos momentos difíceis que passei; e, ao mesmo tempo, por ter vivido algumas ausências minhas em momentos importantes para você. Te amo, minha preta!

A todos os meus familiares pela força e torcida. Especialmente, à tia Rita, tia Dene, tia Ruth, meu tio Derné, minha prima Angélica e primo Vanderlei (vulgo “Vandéca”). Gente, obrigado pela força, não esquecerei jamais a confiança que vocês me transmitiram.

Agradeço a minha sogra, Sueli, pelas palavras que sempre me fortaleceram! Obrigado, minha tia! Agora, poderemos comer o ravióli do “bolo dóido”!

Presto minha homenagem ao Núcleo de Estudante Negras (os) da UFBA (NENU), por me tirarem do isolamento racial e ao Movimento Negro, pela trajetória de luta e resistência.

Toda minha gratidão ao professor Gildásio. Gil, valeu pela confiança, mesmo em momentos muito delicados, e pelo aprendizado construído no diálogo. Expresso aqui minha gratidão ao professor Genauto, também pela confiança e admiração mútua.

Agradeço, especialmente, ao Marcelo, à Sandra e ao Márcio (vulgo “Leão”), pela força, confiança e apoio nesta caminhada. Agora, Leão, podemos “tomar aquela cachacinha e comer uma carne assada debaixo do pé de mangueira”.

Agradeço a todos da ITES (especialmente, à Elenita, George, Eduardo, Débora, Magno, Léo e Yan) pelo apoio, pela corrente positiva e por “segurarem a onda” nos momentos em que precisei. Valeu “itesianos” e “itesianas”!!!

Obrigado aos professores Sandro Cabral e Antônio Pinho, pela confiança no meu trabalho e trajetória na EAUFBA. Assim como, agradeço a todas e todos os funcionários do NPGA (especialmente à Darci, Anaélia e Ernani) pelo suporte e solidariedade nesta caminhada no mestrado.

Agradeço ainda ao CNPq pela bolsa de estudos.

E, por fim, agradeço a toda minha ANCESTRALIDADE.

*Eu sou descendente de Zumbi
Zumbi é meu pai e meu guia
Me envia mensagens do orum
Meus dentes brilham na noite escura
Afiados como o agadá de Ogum*

*Eu sou descendente de Zumbi
Sou bravo valente sou nobre
Os gritos aflitos do negro
Os gritos aflitos do pobre
Os gritos aflitos de todos
Os povos sofridos do mundo
No meu peito desabrocham
Em força em revolta
Me empurram pra luta me comovem*

*Eu sou descendente de Zumbi
Zumbi é meu pai e meu guia
Eu trago quilombos e vozes
bravias dentro de mim*

*Eu trago os duros punhos cerrados
Cerrados como rochas
Floridos como jardins*

ASSUMPÇÃO, Carlos de. Linhagem. In:
QUILOMBHOJE (Org.). **Cadernos
Negros**: os melhores poemas. São Paulo:
Quilombhoje, 1998. p. 31.

ONDE TEM UM FRACO, TEM UM FORTE!

RESUMO

Este trabalho versa sobre a relação entre o fenômeno do racismo e o ideário do desenvolvimento no contexto brasileiro. Observa-se que na sociedade brasileira ideais como igualdade, democracia (democracia racial), solidariedade, respeito às diferenças são valores formalmente aceitos, mas, ao mesmo tempo, a realidade brasileira reafirma um contexto de desigualdades, hierarquias raciais, extrema competição e desrespeito as diferenças. A partir de uma perspectiva crítica e renovada da Administração e sobre a compreensão do fenômeno do racismo, parte-se do pressuposto de que a sustentabilidade pode e deve ser enriquecida com a inclusão da dimensão racial na análise e nos eixos de intervenção em prol do desenvolvimento. A partir de tal afirmação, a pesquisa foi conduzida pelos seguintes questionamentos: o que dificulta a correlação do racismo com as políticas e práticas em prol do desenvolvimento? É possível pensar numa dimensão racial como categoria analítica na abordagem sobre desenvolvimento? Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se baseou em dois procedimentos: a pesquisa bibliográfica, através de livros, trabalhos acadêmicos e artigos científicos sobre a problemática abordada e a realização de entrevistas semi-estruturadas com quatro lideranças do Movimento Negro baiano. Como conclusão, tem-se que boa parte da invisibilidade da problemática racial nas reflexões, políticas públicas e ações em prol do desenvolvimento deve-se a uma articulação fina entre o mito do “desenvolvimento como crescimento econômico” e o mito da “democracia racial”. Ademais, constatou-se que a utilização da dimensão racial como categoria analítica e a ênfase em suas particularidades adiciona a problemática do racismo construída ao longo da história na abordagem do desenvolvimento; contribui para a garantia da efetividade das políticas públicas; possibilita a percepção da apropriação indébita dos ganhos econômicos, políticos e sociais por um grupo sociorracial hegemônico; e, dada a complexidade do fenômeno do racismo, possibilita a sua associação com outras dimensões pela sua forte característica em se imiscuir com outras esferas da vida humana.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável – Administração – Racismo – Dimensão racial – Negros

SUMMARY

This work discusses the relationship between the phenomenon of racism and the ideology of development in the Brazilian context. It is perceptible that in Brazilian society ideals of equality, democracy (racial democracy), solidarity, and respect to differences are formally accepted values, but at the same time, the Brazilian reality reasserts a context of inequality, racial hierarchies, extreme competition, and disrespect to differences. From a critical and renewed perspective of Administration, and from the understanding of the racism phenomenon, this research brings about the assumption that sustainability can and should be enhanced with the inclusion of the racial dimension in the analysis and the priorities of development. This statement leads the research through the following questions: what does difficult the relationship between racism and the development policies and practices? Is it possible to think about a racial dimension as an analytical category in development approach? From the methodological standpoint, this research was based on two procedures: a literature review, through books, academic papers and scientific articles on the addressed issues, and semi-structured interviews with four Black Movement leaders in Bahia. In the end, the conclusion addresses that much of the invisibility of the racial issue on discussions, public policies, and development initiatives is due to a thin connection between the myth of “development as economic growth” and the myth of “racial democracy”. Moreover, it was found that the use of the racial dimension as an analytical category, and the emphasis on the peculiarities: adds racism historicity to the development approach; contributes to ensuring the effectiveness of public policy; facilitates the perception of economic, political, and social gains misappropriation by a social-racial hegemonic group; and, given the complexity of the racism phenomenon, allows its association with other dimensions, due to its strong characteristic to meddle with other spheres of human life.

KEYWORDS: Sustainable Development – Administration – Racism – Racial Dimension – Black People

RESUMÉE

Ce travail est consacré à la discussion du rapport entre racisme et développement dans le contexte brésilien. On constate chez la société brésilienne des idéaux tels que l'égalité, la démocratie (la démocratie raciale), la solidarité, le respect aux différences comme étant des valeurs formellement acceptés. Néanmoins, de tels valeurs côtoient d'autres caractéristiques présentes dans cette même réalité tels que les inégalités raciales, l'extrême compétition et l'absence de respect aux différences. A partir d'une perspective critique et renouvelée dans le champ de la gestion sur la compréhension du phénomène du racisme, on part du présupposé selon lequel l'entente du caractère durable du développement local peut être enrichi avec l'inclusion d'une dimension raciale dans son analyse et ses axes d'intervention. En considérant un tel présupposé, la recherche a été guidée à travers un certain nombre d'interrogations: Quel est la difficulté de l'inclusion du racisme dans l'analyse et pratiques du développement ? Est-ce qu'il est possible de penser une dimension raciale comme catégorie analytique pour l'approche du développement ? En termes méthodologique, cette recherche a été menée selon deux procédures: recherche bibliographique sur la question du rapport entre racisme et développement, d'un côté, et recherche du terrain à travers la réalisation d'entrevues approfondies avec quatre personnalités d'expression reconnue dans le mouvement noir à Bahia. En guise de conclusion, on considère l'invisibilité de la problématique raciale dans la réflexion, les politiques publiques et les actions pour le développement comme étant dû à une articulation fine entre le mythe du "développement basé sur la croissance économique", d'une part, et le mythe de la "démocratie raciale", de l'autre. En outre, il a été constaté que l'utilisation de la dimension raciale comme catégorie analytique à travers son accent sur les particularités de la problématique du racisme tout au long de l'histoire de l'approche du développement, ajoute une contribution expressive pour le maintien des politiques publiques dans ce domaine, de même que permet une perception sur les gains économiques, sociaux et politiques pour un groupe socio-racial hégémonique. Finalement, étant donné la complexité du racisme comme phénomène, une telle discussion permet de saisir son imbrication avec d'autres dimensions de l'organisation de la vie humaine sur un territoire par le caractère d'encastrement de la dimension raciale auprès des autres sphères de l'organisation de l'ensemble social.

MOTS-CLÉ: Développement durable – Gestion – Racisme – Dimension raciale – Noirs

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Composição da população residente no Brasil por cor ou raça em 2007. 40
- Gráfico 2: Razão de mortalidade por gravidez, parto ou puerpério da população residente acima de dez anos de idade do sexo feminino por faixas etárias selecionadas, grupos de cor ou raça (branca e preta & parda), Brasil, 2005 (por 100 mil habitantes). 41
- Gráfico 3: Razão de mortalidade da população masculina residente segundo os grupos de cor ou raça por homicídio, Brasil, 2001-2007 (por 100 mil habitantes). 42
- Gráfico 4: Taxa de analfabetismo da população acima de 10 anos segundo os grupos de cor ou raça, Brasil, 2007. 43
- Gráfico 5: Rendimento médio mensal real do trabalho principal da PEA residente ocupada segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda) e sexo, Brasil, 1995-2006 (em R\$ set- 2006, INPC). 44
- Gráfico 6: Acesso ao Poder Institucional, eleitos em 2006, por cor/raça. 45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da população brasileira de acordo com cor/raça (%)

82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EnEO	Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IUCN	<i>International Union for conservation of Nature and Natural Resources</i>
LAESER	Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais
MNU	Movimento Negro Unificado
NDI's	Novos Distritos Industriais
ONU	Organizações das Nações Unidas
O&S	Organizações & Sociedade
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAE	Revista de Administração de Empresas
RAP	Revista de Administração Pública
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia
TEN	Teatro Experimental do Negro
TVA	<i>Tennessee Valley Authority</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - DESENVOLVIMENTO: CONCEITO, TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FORMAS DE INTERPRETAÇÃO	24
1. PARTINDO DE UM CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	24
2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	24
3. FORMAS DE INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE DOIS PROJETOS POLÍTICOS	35
4. A LACUNA NAS NOVAS ABORDAGENS SOBRE DESENVOLVIMENTO (LOCAL): A DIMENSÃO RACIAL	36
CAPÍTULO II – RACISMO COMO CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E SUA ARTICULAÇÃO COM O IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	48
1. ANTERIORIDADE E ONIPRESENÇA DOS POVOS MELANODÉRMICOS	49
2. SOBRE A PLURIGENÉTICA DO RACISMO E A LINHA DE LIGAÇÃO COM OS PROTO-RACISMOS DA ANTIGUIDADE	53
2.1. O proto-racismo no período greco-romano	54
2.2. O proto-racismo no mundo árabe	59
2.3. Caracterização e dinâmicas do racismo	65
2.4. Racismo como consciência histórica	69
2.5. Racismo científico: expressão de um Racismo do “tipo novo”	71
2.5.1. Abordagem Etnológico-biológica	72
2.5.2. Abordagem Histórica	73
2.5.3. Darwinismo Social	73

3. RACISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX	76
CAPÍTULO III - COMO AS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO NEGRO ENXERGAM A INCORPORAÇÃO DO RACISMO NA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO?	83
1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO DE ASCENSÃO E PREDOMÍNIO DO MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL”	83
2. DIÁLOGO SOBRE A PROBLEMÁTICA DO RACISMO E AS POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA A AGENDA RENOVADA NO PENSAR O DESENVOLVIMENTO	86
2.1. Qual a relação entre racismo e desenvolvimento?	88
2.2. Em que medida a presença da temática racial pode contribuir para o desenvolvimento?	96
2.3. Como incorporar o racismo nas experiências de desenvolvimento (local)?	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA DIMENSÃO RACIAL NA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO	109
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	122
APÊNDICE A - Entrevista com Luíza Bairros, concedida ao autor em outubro de 2008	123
APÊNDICE B - Entrevista com Luiz Alberto, concedida ao autor em dezembro de 2008	129
APÊNDICE C - Entrevista com Vilma Reis, concedida ao autor em fevereiro de 2009	139
APÊNDICE D - Entrevista com Sílvio Humberto Cunha, concedida ao autor em setembro de 2008	147

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a relação entre o fenômeno do racismo e o ideário do desenvolvimento no contexto brasileiro. O pressuposto da investigação orienta-se pela idéia de que a sustentabilidade pode e deve ser enriquecida com a inclusão da dimensão racial na análise e nos eixos de intervenção. A partir de tal afirmação a pesquisa foi conduzida pelos seguintes questionamentos: o que dificulta a correlação do racismo com as políticas e práticas em prol do desenvolvimento? É possível pensar numa dimensão racial como categoria analítica na abordagem sobre desenvolvimento?

O Brasil, desde o seu início, fora marcado pela sua formação multirracial, multiétnica e também por uma história de massacres, escravidão e assimilação cultural dos povos autóctones ameríndios e dos povos africanos; isso por conta da colonização implementada notadamente pelos portugueses que aqui chegaram. Mais de um século após a Abolição da Escravidão e Proclamação da República, o respeito à humanidade e o direito à cidadania parecem ainda não serem valores concretos para a população negra, visto que a sociedade brasileira possui um quadro social onde o racismo persiste, produzindo entre outras coisas desigualdades calcadas na hierarquização de diferenças fenotípicas e culturais.

Entretanto, o país historicamente sempre foi visto como um exemplo de sociedade multirracial marcado por relações sociorraciais harmoniosas, onde não havia conflitos raciais e segregação deste tipo. Apesar disto, muitos trabalhos foram realizados¹ no sentido de questionar tal discurso, também conhecido como o mito da “democracia racial”. Dentro da academia, destacou-se Florestan Fernandes (liderando a Escola Paulista de Relações Raciais), nos anos 1950, com a crítica sistematizada à “democracia racial” e a sua definição enquanto um mito.

A partir da década de 1970, outras investidas foram realizadas contra a ideologia racista do mito da “democracia racial” após o seu esquadramento, particularmente com a utilização de indicadores sociais desagregados por cor/raça, representando um instrumento de análise apoiado na base crítica e política do Movimento Negro e na base técnica e científica da Academia.

¹ Tais como Abdias Nascimento (1978,1980); Guerreiro Ramos (1957); Florestan Fernandes (1950, 1965, 1966); Otávio Ianni (1972); Anani Dzidzienio (1971); Thomas Skidmore (1976); Clóvis Moura (1981,1982,1988); Carlos Hasenbalg (1979,1992); Lélia Gonzáles (1979,1982, 1984); Oracy Nogueira (1992); Maria de Lourdes Siqueira (1993,1997); Muniz Sodré (1999); Michael Hanchard (2001); Joel Zito Araújo (2001); Antônio Sérgio A. Guimarães (1999, 2001); Suely Carneiro(2002),Hélio Santos (2002) Kabengele Munanga (2004) entre outros.

Dessa maneira, foi possível afirmar com bases menos contestáveis que a “*raça é uma variável importante em todas as fases da vida*” (OSÓRIO, 2008, p. 84) a partir da denúncia do racismo e da crítica ao discurso das relações harmônicas entre os grupos sociorraciais no Brasil realizado pelo Movimento Negro; e, dos avanços nos estudos e trabalhos sobre dados sociais estatísticos no campo da ciência realizados especialmente a partir dos trabalhos de Carlos Hasenbalg² e Nelson do Valle Silva³ já no final da década de 1970.

Através da “teoria das vantagens cumulativas ao longo da vida” desenvolvida por Hasenbalg e Silva (1988; 1992; 1999) no campo da Sociologia, o argumento político do Movimento Negro, que já tinha uma força não trivial, ganhou legitimidade na esfera acadêmica e institucional de modo a ser levado em consideração no modelo explicativo sobre as desigualdades socioeconômicas no Brasil na década de 1980. Inclusive, a ponto de viabilizar a desagregação de dados por cor/raça realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE⁴), DIEESE⁵ e PNUD⁶ a partir da década de 1990.

É preciso dizer que esta constatação ainda é mais impactante no estado da Bahia e mais precisamente em Salvador, onde a população negra constitui maioria no estado com 74% da população e na cidade com 83% da população, segundo o censo de 2000 do IBGE. Só para visualizar este fenômeno na cidade de Salvador, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)⁷ sobre a população negra em mercados de trabalho metropolitanos de 2004, o valor recebido pelos negros equivalia aproximadamente à metade da dos não-negros (brancos e amarelos) cerca de 50,1%. Esta é a relação mais desigual de salários recebidos por negros e não-negros dentre as metrópoles pesquisadas⁸.

Ademais, segundo o estudo feito com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME)⁹ do próprio IBGE, no mês de setembro de 2006, os brasileiros que se declararam pretos ou pardos (negros) tiveram um rendimento médio equivalente à metade do que é recebido pela população branca, além de possuírem escolaridade inferior aos últimos. Em Salvador, as

² HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005 [1979].

³ SILVA, N.D.V. As duas faces da mobilidade. Dados, Rio Janeiro, n.21, 1979, p.49-67.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

⁷ A PED é fruto de um convênio entre a Faculdade de Economia da UFBA, com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

⁸ Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

⁹ O IBGE realiza a PME em seis regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo).

diferenças foram ainda maiores, visto que pretos e pardos receberam pouco mais de um terço do que ganhavam em média os brancos.

Entretanto, ao longo principalmente da segunda metade do século XX, o Brasil tornou-se um dos países do mundo mais dinâmicos economicamente. Através de um modelo de desenvolvimento baseado na idéia de crescimento econômico com base na industrialização e substituição de importações, o país se transformou de uma economia e sociedade com formação rural, para uma formação urbanizada (PAIXÃO, 2003).

O Brasil, a partir disso, viveu e é ambiência de muitas ações de desenvolvimento de diversas perspectivas políticas, inclusive daquelas que se baseiam na relativização da idéia de desenvolvimento como crescimento econômico e na gênese do local como espaço privilegiado para a compreensão e intervenção em prol do desenvolvimento baseado em novos temas como descentralização, participação, governança, capital social, economia solidária, desenvolvimento sustentável. Todavia, segundo Paixão (2003), é possível afirmar a permanência no tempo das desigualdades entre brancos e negros (pretos e pardos), mesmo o Brasil lançando mão de diversas ações para o desenvolvimento em diversos âmbitos e espaços.

O racismo é um fenômeno muito presente na sociedade brasileira, basta prestarmos atenção ao cotidiano em qualquer lugar do Brasil para percebermos a hierarquia racial existente, apesar de alguns esforços institucionais que buscam mitigar os efeitos deste fenômeno. Quem não conhece o peso da “boa aparência” para a obtenção de emprego? Quem nunca reparou a cor e o padrão fenotípico de nossas delegacias e presídios? Quem nunca percebeu o perfil fenotípico das pessoas que trabalham nos programas televisivos? Quem nunca observou o perfil preponderante das pessoas que moram nas favelas, subúrbios e locais insalubres? Quem jamais se atentou para o perfil das vítimas fatais nas atividades do serviço de segurança estatal? Quem nunca se perguntou sobre o fato dos “protagonistas” dos programas “sensacionalistas” que exploram a violência e a pobreza em troca de audiência serem na sua grande maioria homens e mulheres negras?

Nesse sentido, corroborando com a afirmação de Theodoro (2007), é fundamental tratar a questão racial no que concerne à problemática do desenvolvimento no Brasil, visto que, segundo ele, não basta haver crescimento, tem que se buscar a igualdade, já que o racismo embutido na sociedade brasileira naturaliza a desigualdade, fazendo com que aquela seja posta de lado. Igualmente, Siqueira (2005) expressa a necessidade de se destacar a importância da comunidade negra no pensar da temática do desenvolvimento. Isto porque, considerando o caso brasileiro, onde a pobreza tem cor, assim como em outros países, buscar

novos eixos de referência em face da percepção eurocêntrica sobre a relação entre ciência, religião e desenvolvimento é bastante desafiador e necessário.

Por outro lado, muito dos pontos de vista críticos sobre o debate acerca do desenvolvimento não compreendem o real sentido e impacto das dinâmicas das relações raciais no Brasil e como as mesmas incidem sobre o pensar em matéria de desenvolvimento. Essa não-compreensão, ou invisibilidade sobre a importância da questão racial tendem a impedir o protagonismo dos negros no Brasil como sujeitos políticos, bem como não atacar nuances fundamentais das desigualdades no país.

Tal **lacuna teórica** perpassa o debate sobre o desenvolvimento no campo da Administração, dada a existência de poucas reflexões que correlacionem este debate com a problemática do racismo, tema tão caro à sociedade brasileira e expressado em maciços estudos no campo historiográfico, antropológico e sociológico.

Ao fazermos uma breve pesquisa de campo em três dos principais periódicos nacionais (O&S, RAE e RAP)¹⁰, encontramos somente 1 trabalho que estava correlacionado com a temática racial que também é atrelada a perspectiva antropológica da etnicidade; *Liderança e Mediação da Identidade: a palavra dos líderes e a voz da mídia*, das autoras Maria Aparecida Viviani Ferraz e Tânia Fischer¹¹.

Por sua vez, nos anais do ENANPAD (Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) e do evento da divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD (EnEO), o quadro não foi muito diferente, apenas 2 trabalhos foram apresentados com o intuito de tratar dessa temática; *Liderança e Cultura Empresarial em Moçambique: Os Dirigentes Empresariais Face aos Novos Desafios*, de autoria da gaúcha Maria Antônia Rocha da Fonseca Lopes¹² e *Liderança em Organizações Étnico-Culturais - o Caso do Carnaval da Bahia*, de autoria do pesquisador baiano Marcelo Dantas¹³.

Ademais, gostaríamos de fazer uma menção especial ao Colóquio Internacional sobre Poder Local, ocorrido em Salvador/BA, em 2006. Tal evento conta com a participação principalmente de pesquisadores da ANPAD e da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). Além disto, teve o *Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios* como tema central e como idéia-força para

¹⁰ Respectivamente, *Organização & Sociedade* (revista da Escola de Administração da UFBA); *Revista de Administração de Empresas* (revista da Escola de Adm. de Empresas da Fundação Getúlio Vargas) e *Revista de Adm. Pública* (revista da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas).

¹¹ Artigo publicado na revista *Organização e Sociedade* (O&S) v.8 – n.22 set/dez. 2001.

¹² Trabalho apresentado no **XXI Encontro da ANPAD, ocorrido no ano de 2001, Rio das Pedras/ RJ.**

¹³ Trabalho apresentado no **XXVIII Encontro da ANPAD, ocorrido no ano de 2004, em Curitiba / PR.**

ressignificação das práticas na gestão do desenvolvimento socioterritorial na perspectiva de futuro e para um conjunto de palavras-chave sugeridas por pesquisadores de diferentes instituições e países¹⁴. Desta forma, palavras-chave como **identidades e cultura** dentre outras foram as que tiveram mais apelo no evento, segundo o texto de apresentação do mesmo na internet¹⁵.

No entanto, somente 1 trabalho que trata sobre identidade racial foi apresentado na sessão temática Cultura, Identidades e Interculturalidade, qual seja, *Poder Local e Inclusão: Caminhos e Desafios em Processos de Construção de Identidades de Jovens Negros Remanescentes de Organizações Negras na Bahia*, de autoria da antropóloga Maria de Lourdes Siqueira. Esta hiporepresentação diz bem o quanto a temática do desenvolvimento no campo da Administração carece de mais reflexões no que diz respeito ao papel que o racismo e a etnicidade exercem.

Nesse caminho, acreditamos ser pertinente interrogarmos o campo da Administração no trato com a temática do racismo, com vistas a contribuir com o conhecimento produzido no referido campo e sobre a problemática aqui trazida, marcados pela interdisciplinaridade.

A ausência de reflexão no campo da Administração contraria a natureza interdisciplinar da mesma – algo condizente com a nossa problemática –, a sua relação inerente com o tema da gestão pública, das organizações e da gestão do desenvolvimento, e a sua natureza intrinsecamente política, que compreendemos também como uma dimensão cara ao debate sobre a problemática racial e a abordagem sobre desenvolvimento.

Normalmente, a prática e as reflexões no âmbito do campo da Administração são atreladas a um viés fortemente prescritivo, individualista, hierárquico, mecanicista e à ideologia capitalista (PRESTE MOTTA, 1986; AKTOUF, 1996). Entretanto, a concepção da prática e teoria da Administração nos limites deste trabalho está calcada em uma perspectiva crítica e renovada sobre este campo do conhecimento.

De acordo com Aktouf (1996, p.22), “[...] a administração tradicional acreditou poder, por ideologia, ignorar certos fatos históricos de primeira importância. Uma administração renovada passa inicialmente por esse esclarecimento dos dados do passado e das conseqüências que continuamos a sofrer”. Por exemplo, para o autor supracitado (*ibidem*), uma Administração renovada deve se preocupar quanto ao crescimento econômico e ao real sentido do desenvolvimento, através da busca de soluções na prática da gestão que

¹⁴ São estas palavras-chave: desenvolvimento, espaço, tempo, ambiente, cultura, identidades, integridade e corrupção, globalização, riscos e catástrofes, resistência, participação, solidariedade, competição, criatividade, serviços, disseminação, pacto, instrumentalidade e práticas de indivíduos e grupos.

¹⁵ Disponível em: <http://coloquio.ciags.org.br/>. Acessado em: 07 de Jul. 2007.

apontem para este caminho. Segundo o mesmo, na Administração clássica, o ‘*como*’ e ‘*quanto*’ são sempre respondidos, porém o ‘*por quê*’ e ‘*para quem*’ são mais difíceis de se responder, sendo que a segunda tem como resposta normalmente o evasivo para o ‘bem-estar geral’. Nesse sentido, Ribeiro pensa que:

O administrador é costumeiramente definido, muitas vezes por ele mesmo como um agente de mudança. Sem dúvida, os melhores administradores produzidos pelas escolas brasileiras estão capacitados a manejar os instrumentos destinados a introduzir mudanças sociais. Entretanto, poucos deles estarão em condições de responder com precisão às perguntas ‘mudanças para quê’ e mudança ‘por quê’. As definições dos pressupostos e da metodologia geral da interferência modificadora nas estruturas necessitam, para sua formulação adequada, de um suporte teórico, de uma visão humanística e abrangente do contexto social. É duvidoso que a formação tecnicista consiga dotar o cientista social ou o administrador das condições para a constituição de um quadro de referência apropriado. Esse quadro de referência, construído a partir de um esforço interpretativo do sistema social, é que poderá fornecer os pressupostos para a ação do administrador. Mas esse esforço interpretativo não poderá ser jamais empreendido sem o entendimento preliminar da condição necessariamente engajada do cientista social e do administrador, e sem a formação teórico-humanista indispensável à inteligência da realidade (RIBEIRO, 2006 [1969], p. 193).

Além disso, o referido autor (2006[1969]) informa que o trabalho do administrador está fundamentado na metodologia de investigação e conceituação das ciências sociais. Desta forma, ele afirma que o administrador é também um cientista social. No entanto, o autor coloca que o administrador possui uma abordagem mais pragmática, na medida em que o mesmo tem como uma das atribuições a tomada de decisão. Conseqüentemente, Ribeiro pensa que o profissional em Administração está sempre a fazer ciência social aplicada.

Outrossim, Santos (2009, p.37) indica a natureza política da Administração, para ele “[...] a administração política é a concepção de um modelo de gestão das relações sociais que tem por objetivo garantir certo nível de bem-estar, expresso nas garantias plenas da materialidade”. Do seu ponto de vista o objetivo de uma Administração Política diria respeito ao bem-estar social, através da busca do ‘como fazer’, isto é, “pela concepção da gestão para se chegar à finalidade” (idem, p. 44).

Dessa maneira, o que também buscamos aqui é refletir sobre o tipo de gestão do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro enfatizando principalmente a problemática racial dentro de uma perspectiva crítica.

Em verdade, a problemática do racismo não é algo tão inédito em reflexões no campo da Administração. Isto porque, Guerreiro Ramos – o qual redimensionou os estudos organizacionais, relativizando premissas funcionalistas na análise sobre o fenômeno

administrativo (PAULA, 2008) –, já havia se detido acerca do problema racial brasileiro ainda na década de 1940.

Igualmente, como iremos apresentar no segundo capítulo, a questão racial não é um tema recente no debate sobre o desenvolvimento. Por exemplo, as três primeiras décadas do século XX foram marcadas por um projeto de desenvolvimento no Brasil fortemente atrelado às ideias racistas baseadas na crença da inferioridade racial do negro (compreensão de base determinista biológica). Todavia, é bom também frisar que existiram alguns pensadores neste período, embora poucos, os quais, como Manoel Bonfim, colocaram-se contra esta visão, por vislumbrarem que a questão sobre o desenvolvimento brasileiro não tinha a ver com os negros, mas, sim, com uma elite retrógrada, uma política educacional falha e uma economia não diversificada (MUNANGA, 2004).

Paradoxalmente, pelo menos, no campo da Administração, pouco se sabe sobre estas considerações e sobre a inserção de Guerreiro Ramos no debate racial no Brasil e da sua *práxis* no grupo do Teatro Experimental do Negro (TEN), uma das experiências organizacionais mais significativas na luta contra o racismo no século XX, no Brasil.

Sem embargo, podemos dizer que esta passagem da vida deste pensador contribuiu significativamente para a sua abordagem sociológica, ou seja, temos a percepção que a problemática do racismo fora um tema já presente nas reflexões de um dos pioneiros dos estudos críticos brasileiros da Administração, um dos mais importantes sociólogos brasileiros e uma das grandes figuras no pensar a Administração no Brasil, ainda no meado do século XX.

Do ponto de vista da sua perspectiva teórica Guerreiro Ramos afirmava a necessidade de uma revisão da sociologia nacional, por conta da profunda dependência às prioridades, métodos e paradigmas exógenos, tornando a sociologia brasileira um produto enlatado. Por conseguinte, ele também utilizou esta abordagem para as suas reflexões sobre a teoria e prática administrativa.

De todo modo, é bom lembrar que a partir de 1993, a problemática racial fora tocada de algum modo quando blocos afros como *Olodum*, *Ilê Aiyê* e *Apaches do Tororó* foram objetos de reflexão na área dos Estudos Organizacionais (REIS & FISCHER, 1993; REIS, 1997). Segundo Fischer e Melo (2004), estes trabalhos contribuíram para a intensificação dos estudos sobre organizações complexas orientadas ao desenvolvimento socioterritorial. Isto porque, a expressão e afirmação da “etnicidade,” presentes nas atuações das mesmas, mostraram-se importantes para a cultura no Estado da Bahia segundo as autoras. Reis (1997), em seu estudo sobre os blocos afros, afirma que o surgimento e a consolidação destas

organizações na Bahia tiveram um grande impacto sobre a cultura local, expandindo-se como produto artístico, cultural e ideológico no Brasil e exterior.

Nesses trabalhos, a dimensão cultural foi bastante destacada na interpretação do papel das organizações afro-brasileiras em prol do desenvolvimento socioterritorial; isto pode ser notado, inclusive, na própria escolha do perfil das mesmas (afro-cultural). Outro elemento destacado, nestas obras, foi o papel da liderança em tais organizações, compondo uma interpretação que afirma a similaridade entre o tipo de liderança e o perfil de gestão destas.

Por sua vez, Siqueira (1997), em trabalho onde a mesma se deteve em diferentes tipos de organização afro-brasileira, informa que tais organizações possuem dois objetivos essenciais: dinamizar marcas da herança civilizatória africana que lhe dá referência e buscar melhores condições de vida na sociedade, com auto-estima e cidadania, em resposta aos processos de exclusão e “inferiorização” produzidos pelo racismo no interior da sociedade envolvente.

Esta autora reafirma essa perspectiva no trabalho apresentado no Colóquio em 2006 e amplia o foco de análise sobre as organizações afro-brasileiras, trazendo não só o resgate da questão histórica e destacando a categoria resistência, mas, também, ela explicita o papel destas organizações de forte caráter racial para o fortalecimento do processo de democratização em contextos locais, através da construção de identidades, consciência negra, auto-estima, cidadania entre jovens negros e negras que fazem parte destas organizações em Salvador.

Dessa forma, enfatizamos que coadunamos com a perspectiva de Siqueira, quando a mesma traz novos elementos para a análise sobre a “etnicidade” e o debate sobre desenvolvimento (cidadania, auto-estima, consciência negra), aproximando as reflexões no campo da Administração com dimensões contextuais atreladas a luta contra o racismo, para além de um viés culturalista dos trabalhos já realizados sobre o papel que organizações e lideranças desempenham na indústria cultural baiana.

A partir do exposto, os objetivos deste trabalho foram: indicar a relação entre o racismo e os paradigmas históricos de desenvolvimento brasileiro e propor a dimensão racial como mais uma importante categoria analítica na abordagem sobre desenvolvimento. Além disto, traçamos como objetivos específicos:

- Traçar o panorama histórico do debate sobre desenvolvimento.
- Descrever a trajetória histórica do fenômeno do racismo.

- Identificar a vinculação do racismo ao contexto de Pós-abolição e Proclamação da República no Brasil.
- Analisar a percepção de algumas lideranças do Movimento Social Negro sobre a relação entre o fenômeno do racismo e o ideário do desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho se baseou em dois procedimentos, a saber, a pesquisa bibliográfica, através de livros, trabalhos acadêmicos e artigos científicos sobre a problemática abordada e a realização de entrevistas semi-estruturadas com quatro lideranças do Movimento Negro.

As entrevistas contaram com três perguntas: qual a relação entre racismo e desenvolvimento? Em que medida a presença da temática racial pode contribuir para o desenvolvimento? Como incorporar o racismo nas experiências de desenvolvimento (local)?

Em relação à análise dos dados provenientes das entrevistas, adotamos a análise de conteúdo, através da transcrição das entrevistas no sentido de buscarmos o ponto de vista dos entrevistados sobre a temática abordada e relacioná-los entre si.

O trabalho está estruturado em três momentos: no primeiro capítulo, apresentamos a trajetória histórica e as formas de interpretação sobre o desenvolvimento, além de trazer o conceito de desenvolvimento no qual nos baseamos. A intenção foi demonstrar os limites das análises sobre o desenvolvimento que não levam em consideração a questão racial como uma dimensão analítica a ser observada. Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos a gênese e a trajetória histórica do racismo e sua relação com o debate sobre desenvolvimento no Brasil; a idéia foi demonstrar a pertinência da relação entre o ideário do desenvolvimento e as desigualdades raciais. No terceiro e último capítulo, temos o diálogo com quatro líderes do Movimento Negro, a partir de entrevistas realizadas com os mesmos. O objetivo neste ponto foi apresentar o modo como as mesmas percebem a incorporação da temática do racismo na agenda do desenvolvimento.

Com efeito, ao buscarmos relacionar racismo, desenvolvimento e administração, intentamos refletir sobre as possibilidades de um outro projeto de nação, baseado numa perspectiva crítica e renovada da Administração e sobre os estudos das relações raciais no Brasil. Neste caminho, observamos que na sociedade brasileira ideais como igualdade, democracia (democracia racial), solidariedade, respeito às diferenças são valores formalmente aceitos, mas, ao mesmo tempo, a realidade brasileira reafirma um contexto de desigualdades, hierarquias raciais, extrema competição e desrespeito as diferenças. Pensamos que o racismo enquanto uma consciência histórica que racializou o imaginário social e hierarquizou os seres

humanos, não pode ficar de fora do conjunto de impedimentos ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

Por fim, acreditamos que o Estado e a sociedade brasileira fazem historicamente a associação do desenvolvimento com uma idéia de raça: ao constituir a raça branca ou a miscigenação de raças um fator determinante ao desenvolvimento, dada as tentativas de branqueamento da sociedade brasileira – aí, incluída as práticas e propostas de eugenia que existiram no país. O que intentamos fazer neste trabalho foi uma reorientação desta associação. Primeiro, desnudando essa associação histórica. Segundo, indicando que a partir do momento em que se enfatiza a existência de uma dimensão racial, é possível pôr a descoberto a toda uma problemática do racismo o qual, levado em consideração, pode ajudar a pensar numa noção de desenvolvimento comprometida com uma agenda renovada e com perspectivas contra-hegemônicas; em suma, a perspectiva, aqui, é construir uma associação positiva para os grupos sociorraciais historicamente marginalizados.

CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO: CONCEITO, TRAJETÓRIA HISTÓRICA E FORMAS DE INTERPRETAÇÃO

1. PARTINDO DE UM CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Neste trabalho, objetivamos relacionar desenvolvimento, racismo e administração. Para tanto, lançamos mão do conceito e da trajetória histórica do desenvolvimento. Nesse sentido, apoiamos-nos em considerações de Celso Furtado sobre tal ideia, mais precisamente a que ele esboça no livro *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1980). No pensar deste autor, antes de tudo, o desenvolvimento seria um processo de invenção cultural construído pelo ser humano na sociedade – o qual seria compreendido como um agente de transformação do mundo e de afirmação de si mesmo –, com o intuito de realizar suas potencialidades e satisfazer suas necessidades. Para esse autor, a realização plena das potencialidades humanas seria possível somente num contexto social; deste modo, sociedades desenvolvidas seriam aquelas em que o ser humano conseguisse perfeitamente dar conta de suas potencialidades e necessidades, renovando suas aspirações mais substantivas, subordinando as técnicas aos seus valores morais, religiosos, estéticos, etc.

Apresentado o conceito do que seria desenvolvimento, passemos a uma retrospectiva histórica do mesmo, privilegiando o contexto histórico e as disputas em torno do que deveria ser e das formas de se alcançar o desenvolvimento.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Apoiado em Da Veiga e Boisier, Lopes (2002) informa que duas experiências chamaram a atenção do ponto de vista político e acadêmico para a dimensão regional do desenvolvimento. A experiência, nos EUA, com a TVA (*Tennessee Valley Authority*), uma articulação institucional em prol do desenvolvimento econômico do Vale do Tennessee, no contexto pós-crise de 1929, empreendida pela gestão de Franklin Roosevelt; e o processo de reconstrução da Europa Ocidental imediatamente após o fim da 2ª Guerra Mundial. Segundo o autor, particularmente neste segundo caso, houve um processo de aceleração na reconstrução de algumas regiões europeias, sobretudo, por conta do contexto político de amadurecimento da Guerra Fria (disputas entre a antiga União Soviética e os EUA).

Além de essas duas experiências terem sido importantes para a promoção do desenvolvimento regional, segundo Lopes (2002), este se constituiu num interessante instrumento de diversos Estados para a execução de políticas orientadas pelo discurso da “integração nacional”, uma vez que políticas públicas eram executadas na perspectiva de diminuir-se as diferenças econômicas entre regiões, integrar espaços dentro do sistema econômico formal e ampliar a zona de influência do discurso nacionalista. Desta forma, segue ele dizendo:

Sob o paradigma da “integração nacional”, o desenvolvimento regional torna-se, também, um instrumento político e ideológico. Em meados dos anos 50 e início dos anos 60, vários países, principalmente os da América Latina, têm seus governos controlados por forças “progressistas” [sic] cujo aspecto marcante é o nacionalismo exagerado. Estes governos criaram estruturas administrativas cuja principal missão era a de planejar o povoamento de territórios nacionais através de investimentos públicos em infra-estrutura, incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados. Objetivava-se, com esta política, reduzir as distorções espaciais criadas pelo crescimento econômico do pós-guerra (LOPES, 2002, p. 16).

Desde os primeiros anos após a Segunda Guerra, o ideário do desenvolvimento regional dominou as discussões e as políticas econômicas em relação aos países pobres. A partir dos programas de ajuda internacional – empreendidos por países centrais e agências financeiras internacionais –, os projetos econômicos nacionais dos países “semiperiféricos” e “periféricos” objetivavam a aceleração do crescimento econômico destes países como forma de eliminar a distância entre eles e os países ditos desenvolvidos. Igualmente, tal ideário também tinha como perspectiva a homogeneização cultural, através da ocidentalização dos países do cone sul (KI-ZERBO, 2006).

De forma geral, tais projetos de desenvolvimento econômico foram idealizados e executados de cima para baixo (*top-down*), baseados em políticas construídas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das populações afetadas por estas ações. Estes planos de desenvolvimento enfatizavam unicamente os resultados macroeconômicos, implicando na marginalização de outros aspectos sociais, políticos, ambientais e econômicos, tais como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos de desenvolvimento e a preservação do meio ambiente (SOUSA SANTOS, 2005).

Historicamente, as estratégias de desenvolvimento baseadas nessa visão de desenvolvimento seriam baseadas em grandes capitais externos à região e na ideia da substituição de importações, tendo a industrialização como “processo-motor” do crescimento econômico e a urbanização como efeito desejável. De acordo com Lopes (2002), essas

estratégias de desenvolvimento envolveriam características intrínsecas que produziriam desigualdades entre regiões e concentração de renda, tais como a constituição de ‘pólos de crescimento’¹⁶, indicando que o crescimento não se dá de modo igual; e ‘mecanismos de causação acumulativa’¹⁷, em que a lógica diz que os recursos tendem a fluir para zonas já ricas e industrializadas – muitas vezes absorvendo fatores produtivos das regiões mais pobres –, ao passo que estas zonas mais pobres tendem a ter um ‘círculo vicioso’ de falta de investimento e perda de massa crítica, perfazendo, assim, um desenvolvimento econômico desequilibrado (LOPES, 2002).

Do ponto de vista de Guerreiro Ramos (1989), essa visão de desenvolvimento seria uma construção, tipicamente, de sociedades centradas no mercado, onde se compreende, equivocadamente, que desenvolvimento seria igual a crescimento econômico, desconsiderando outras dimensões da vida humana. Para ele:

Os critérios para avaliação do desenvolvimento de uma nação são essencialmente os mesmos que dizem respeito às atividades que constituem a dinâmica do mercado [...] O volume do PNB [sic], em sua conceituação convencional, a percentagem de cidadãos vivendo nas áreas urbanas, a percentagem da mão-de-obra empregada no setor de serviço, tudo isso é tomado como indicadores importantes do desenvolvimento (RAMOS, 1989, p. 155).

De acordo com Milani (2004), os esforços teóricos e as técnicas uniformes vindos das capitais dos países do Ocidente fracassaram na legitimação do desenvolvimento econômico, independente das dimensões sociais, culturais e ambientais. Isso se tornaria emblemático quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – a partir do relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1990 – transformou-se num instrumento importante, pois passou a relativizar a relação PIB/habitante como medida universal do desenvolvimento, apesar de suas reconhecidas dificuldades metodológicas.

¹⁶ Lopes (2002) baseia-se na construção de PERROUX, François. **A economia do século XX**. 2ed. Paris: Herder, 1964. Segundo ele, esse intelectual postula que o crescimento não se dá simultaneamente em todos os locais: *‘Manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia’* (PERROUX, 1964, p.164, *apud* LOPES, 2002, p. 17).

¹⁷ O autor ora citado se baseia na construção de MYRDAL, G. **Perspectivas de uma Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1967. De acordo com Lopes, Myrdal considera que *“os mecanismos de causação acumulativa tendem a fazer com que as regiões historicamente industrializadas se beneficiem mais da conjuntura favorável, inclusive drenando fatores produtivos das regiões mais pobres. Estes mecanismos geram um “círculo virtuoso” nas regiões inicialmente favorecidas e, por outro lado, um “círculo vicioso” nas regiões mais pobres”*.

A problemática ambiental foi a primeira dimensão a ser apresentada mais fortemente como um contraponto à perspectiva dos programas de desenvolvimento convencionais já na década de 1960. Isto porque foi evidenciada a visão crítica de que perseguir egoisticamente os próprios interesses, a custa dos recursos naturais, não conduziria à utopia liberal do crescimento incessante da riqueza nacional, mas, sim, à catástrofe da destruição do planeta. Já na década de 1970, com o livro *The limits to growth*¹⁸, esta problemática tornou-se popular¹⁹, introduzindo de vez a discussão sobre a poluição e a utilização de recursos naturais finitos no debate/processo econômico e social (NOBRE, 2002).

No entanto, como comprovação da pujança da abordagem economicista do desenvolvimento naquele momento, para os economistas do *mainstream* a questão sequer tinha sido posta; por sua vez, os marxistas desqualificavam a problemática ambiental, assinalando o conteúdo ideológico da questão, como se a mesma servisse aos interesses da burguesia, já que este tema teria como função principal tirar do foco dos trabalhadores a questão central: o conflito capital X trabalho. Por fim, naquele momento, ainda, os países do “Terceiro Mundo” também se indignaram com a ideia de crescimento zero, na medida em que eles compreendiam que o desenvolvimento dos mesmos viria unicamente com o crescimento econômico e que a referida proposição tinha como objetivo a manutenção das disparidades entre o Norte e o Sul (NOBRE, 2002; SANTOS, 2007).

Com efeito, no encontro de Estocolmo (1972)²⁰, a Delegação Brasileira, liderada pelo Ministro do Interior à época, Costa Cavalcante²¹, evidenciou abertamente, através de um cartaz, a posição de defesa do desenvolvimento como crescimento industrial e econômico a qualquer custo, vejamos abaixo:

Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições [...] Temos várias cidades que receberiam de braços abertos sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso

¹⁸ A ideia básica de *The limits to growth* consistia na compreensão de que ‘desenvolvimento’ não significa necessariamente ‘crescimento econômico’ e que ‘crescimento zero’ não significa estagnação. Entretanto, a proposição desta obra também sofreu duas críticas básicas. Primeiro, foi baseada num modelo matemático ‘altamente agregado’, em que não havia nem mesmo diferenciação entre o Norte e o Sul do globo; e, segundo, o mesmo modelo tinha como pressuposto a não-ocorrência de nenhuma alteração significativa no desenvolvimento social, político, técnico ou econômico, o que terminou por enfraquecer um pouco os resultados da pesquisa (NOBRE, 2002).

¹⁹ Este fato se comprovou na primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972 e no seminário sobre Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento, em Cocoyoc (México), em 1974, organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Idem, Ibidem).

²⁰ Primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo

²¹ Signatário do AI-5 e depois presidente da binacional Itaipu.

desenvolvimento. (Costa Cavalcante, Ministro do Interior à época, *apud* SANTOS, 2007, diapositivo 22).

Entretanto, Guerreiro Ramos (1989) já sinalizava para a existência de um mal-estar no que tange a esse tipo de abordagem convencional do desenvolvimento defendido historicamente por boa parte dos planejadores ou gestores públicos de várias nações, uma vez que essa percepção centra-se no mercado como a principal referência no processo de alocação de recursos, de qualificação da vida humana e na obtenção do bem-estar da sociedade. Para este autor, esta concepção, que visa tão somente à inclusão de massas de pessoas no mercado, trouxe consequências danosas tanto em países periféricos, quanto em países ricos, como má formação urbana, demasiada concentração de população em grandes cidades, diluição da identidade cultural dos cidadãos e destruição da competência artesanal que os capacita a garantir, autonomamente, a própria e significativa sobrevivência.

Com efeito, a ideia de um desenvolvimento alternativo ganharia força no mundo através de intelectuais, especialistas em planejamento econômico e ativistas de movimento sociais, todos críticos da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico. Desta forma, além da problemática ambiental, outras dimensões foram reivindicadas.

Desse modo, análises teóricas e trabalhos empíricos começaram a ser construídos na década de 1970, baseados nessa outra abordagem de desenvolvimento fundamentada em alguns pressupostos centrais, tais como: a crítica à racionalidade econômica, que inspirou as políticas de desenvolvimento dominante como dimensão independente de outras esferas, como social, político, cultural e ambiental; a necessidade de subordinar a economia a estas dimensões; proposição de um desenvolvimento de base – de baixo para cima –, em que a escala local, neste sentido, deveria ser privilegiada como objeto de reflexão e de ação social; e o ceticismo, tanto em relação a uma economia centrada exclusivamente em formas de produção capitalista, quanto em relação a um regime econômico centralizado pelo Estado, isto é, exaltação das formas de produção e intercâmbio não-capitalistas, além da busca de estratégias econômicas autônomas, como iniciativas de autogestão (SOUSA SANTOS, 2005).

Num contexto mais geral, esse ideário de um outro desenvolvimento (tendo o local como a utopia transformadora a ser perseguida) surgiu numa ambiência mais abrangente de questionamentos das abordagens funcionalistas no campo das ciências sociais; de acontecimentos geopolíticos relevantes (como a Guerra Fria, a luta pela descolonização dos países africanos, ditaduras militares na América Latina e luta pelo processo de redemocratização desta região); de um movimento mais amplo de contra-cultura; e, particularmente, de crise do sistema capitalista, resultado da incapacidade de reprodução

ampliada do capital e da necessidade de reestruturação do pacto gestado no âmbito do capitalismo fordista (SANTOS, 2007; MILANI, 2004; PRESTE MOTTA, 1986).

Como aspecto desse abalo sistêmico, houve a redefinição do papel do Estado (Estado Neoliberal) e também a crise do modelo de desenvolvimento hegemônico, este último sinalizado inicialmente pela problemática ambiental, como expressado anteriormente. Nesse caminho, Lopes (2002), por exemplo, apoiado em Boisier e Amaral filho, pensa que:

A década de 80 é marcada pelo esgotamento do paradigma ‘de cima para baixo’. [Sendo que] Três fatos contribuíram decisivamente para o esgotamento deste modelo: a crise do chamado ‘modelo fordista’, que levou ao declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais; a instauração em vários países, principalmente na América Latina, de sistemas políticos autoritários e sistemas econômicos neoliberais, deixando pouco espaço para a temática do desenvolvimento e do planejamento regional [...]; e a crise fiscal-financeira do Estado, principalmente do Estado Central. Esta crise reduziu e redirecionou os instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional [...]. A conjunção destes fatos mostrou a vulnerabilidade dos modelos tradicionais, em função da dependência dos fatores exógenos e a fragilidade em termos de formalização dos conceitos. Além disto, estes fatos contribuíram para o surgimento de modelos de desenvolvimento auto-sustentados e endógenos. (LOPES, 2002, p. 18-19).

Com efeito, surgiram diversas experiências que implementaram respostas específicas e intencionais à visão hegemônica sobre desenvolvimento – com ações de caráter emancipatório de movimentos sociais a partir da década de 1970 – valorizando as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em territórios, com o intuito de combater a pobreza e buscar a cidadania plena, através da cooperação e solidariedade (ORTEGA, 2007). Por outro lado, o redirecionamento do modelo hegemônico de desenvolvimento regional redundou em novos paradigmas de industrialização associados, por exemplo, aos chamados “Novos Distritos Industriais” (NDI’s). Lopes (2002), apoiado em Amaral Filho, descreve alguns elementos que dizem respeito a esta nova conformação regional do processo de industrialização.

A partir das condições e potencialidades criadas pelos governos locais, as indústrias, mesmo que impulsionadas por empresas de fora, estabelecem inter-relações com o meio através de um processo sinérgico com os recursos locais. Este processo envolve a participação de empresas locais e novos empreendedores com características específicas da comunidade local. Este fenômeno vai se afirmando, aos poucos, até que a estrutura econômica local possa ser caracterizada como um sistema de empresas interconectadas, com uma independência relativa de cada empresa do sistema, com inter-relações produtivas cada vez mais intensas e com formas de organização e estratégias específicas ao espaço considerado [...]. (LOPES, 2002, p.21)

Baseado em Makuse, Lopes ainda apresenta uma tipologia de “Novos Distritos Industriais” (NDIs), a saber:

[...] 1. o *marshalliano*, no qual predomina um grande número de pequenas firmas (controladas localmente) criando uma rede de cooperação com intensiva relação entre elas e expressivas economias externas. Este modelo enfatiza o papel dos governos locais na regulação e promoção das principais indústrias; 2. o *centro-radial*, no qual a estrutura regional gira em torno de uma ou mais grandes corporações, as quais atraem fornecedores, criando uma especialização regional e gerando grandes economias de escala. Neste modelo, os agentes locais desempenham um papel periférico; 3. as *plataformas satélites*, baseado em filiais de multinacionais em regiões de baixos salários e grandes subsídios tributários. Este modelo também possui fracas vinculações locais; e 4. *ancorados pelo Estado*, organizado em torno de uma entidade pública, como uma universidade por exemplo. Neste modelo, a estrutura dos negócios locais é dominada pela presença dessas instituições. (LOPES, *ibidem*, *loc.cit.*)

Dessa maneira, nestes tempos de transformações nos modos de produção e organização industrial, de globalização e liberalização das economias nacionais dos países “em desenvolvimento”, experiências como a “Terceira Itália”, baseadas na articulação entre concorrência e cooperação de pequenas empresas, tornaram-se referência paradigmática de formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento regional ou local para organismos internacionais como o Banco Mundial (ORTEGA, 2007) .

Além desse rearranjo pós-fordista e da reorientação do Estado ao viés neoliberal, o modelo de desenvolvimento regional hegemônico conseguiu outra importante acomodação em relação a um debate que estava impondo restrições a sua dinâmica de funcionamento. Isto porque, na década de 1980, também ocorrera a grande guinada na problemática ambiental (de empecilho ao desenvolvimento capitalista, a objeto de atenção do sistema), quando a IUCN (*International Union for conservation of Nature and Natural Resources*) lançou a publicação *World Conservation Strategy*, preconizando a ideia de “sustentabilidade” por meio da conservação dos recursos vivos. Esta estratégia possibilitou um reconhecimento aparente do debate ambiental e terminou por ser o caminho para a UNEP (Programa Ambiental das Nações Unidas) fundamentar o ideário do “Desenvolvimento Sustentável” num vínculo mais frrouxo entre ecologia e desenvolvimento econômico, através da legitimação da problemática ambiental prescindida das dimensões políticas e institucionais no que se referem à questão do meio ambiente, tais como a ordem política e econômica mundial (conflito Norte-Sul), guerras e armamento, população e urbanização (NOBRE, 2002).

Nesse sentido, no Relatório Brundtland²² (1987), o “Desenvolvimento Sustentável” foi colocado de forma tal que a contradição entre desenvolvimento e meio-ambiente (até então de cunho economicista) seria equacionada no contexto do capitalismo globalizado. A partir disto, a problemática ambiental foi inserida na agenda internacional como a questão da hora, seja pelos economistas do *mainstream*, seja pelos chefes de Estado dos países industrializados e do Terceiro Mundo; e, até, por algumas concepções mais críticas ao capitalismo.

Todavia, surgiu também o conceito de “Ecodesenvolvimento” (IGNACY SACHS, 1986), com uma visão mais holística e com a percepção da necessidade de se qualificar o conceito de desenvolvimento. Para Sachs, o “Ecodesenvolvimento” teria mais chances de florescer em países do “Terceiro Mundo”, visto que tal perspectiva consistiria no desenvolvimento em nível local/regional; na satisfação das necessidades básicas com a ajuda de recursos próprios, sem copiar o estilo de consumo dos países industrializados; no desenvolvimento de um ecossistema social satisfatório; e na solidariedade para com as futuras gerações.

Concomitantemente, surgiram críticas pertinentes ao caráter etnocêntrico da visão de desenvolvimento convencional. Para Siqueira (2005), o modelo de modernidade apresentado pelo Ocidente, em relação ao desenvolvimento, requer uma ampla reflexão, visto que o paradigma de modernização vigente – a favor das hegemonias ocidentais – leva a uma uniformização do conceito do que é desenvolver-se, tendo consequências desastrosas. Desse modo, Joseph Ki-Zerbo (2006) pensa que a ideia européia e norte-americana de desenvolvimento significa, simplesmente,

O crescimento e a acumulação aritmética, física, de bens e serviços. Supõe-se que o objetivo estratégico último já é conhecido. Reduz-se o projeto de sociedade a um objetivo econômico. E, de reducionismo em reducionismo, acaba-se por reduzir o desenvolvimento à taxa de crescimento e ao ganho realizado no nível da balança comercial e da balança de pagamentos. (KI-ZERBO, 2006, p. 135)

Guerreiro Ramos (1989), nesse sentido, compreende que o bem-estar dos cidadãos é uma categoria cultural peculiar de cada país, não podendo ser medido por critérios comuns a todas as nações. O mesmo também avalia o caráter sistemático e uniformizante da economia convencional em relação aos seus critérios de avaliação do bem-estar, os quais são reprisados

²² Documento apresentado na Assembleia Geral da ONU, em 1987, que legitimou a expressão “Desenvolvimento Sustentável”, compreendida como aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.

geralmente por governantes de países periféricos na implementação de políticas alocativas sem uma postura crítica. Sobre as experiências de países africanos, por exemplo, Ki-Zerbo afirma que, diferentemente da ideia europeia de desenvolvimento, seria necessário colocá-lo em termos alternativos, não em termos miméticos. Para ele,

Há coisas que estão, que devem estar acima e fora do mercado. Cabe aos africanos descobrir, inventar novos paradigmas para sua própria sociedade. Os países do Sul estarão em condições, atualmente, de mudar de cartas? Conseguirão estes países operar uma síntese que lhes permita conservar o melhor de si próprios e integrar o melhor do que lhe chega do exterior? (KI-ZERBO, 2006, p. 136)

Na passagem da década de 1980 para a década de 1990, o conhecimento sobre o desenvolvimento e a prática de projetos de desenvolvimento regional passariam por muitas transformações e questionamentos. Isso ocorre a partir do descontentamento histórico sobre o modelo hegemônico de desenvolvimento e seu forte viés economicista e, por outro lado, a partir da adaptação da dinâmica capitalista, no contexto de globalização, por parte das nações ricas, das grandes organizações empresariais e dos organismos supranacionais. Com efeito, apareceram novos sinônimos para o desenvolvimento regional (local e territorial) e novos temas, tais como a descentralização, a governança, a participação, a emergência da sociedade civil e, mais recentemente, o capital social e a economia solidária como integrantes de novos projetos do sistema de cooperação para o desenvolvimento (MILANI, 2004).

Segundo Lopes (2002), apoiado em Lima, Loyola & Moura²³, no período de apogeu do modelo de desenvolvimento regional de cima para baixo, até a década de 1970, o desenvolvimento local tinha pouca relevância e era visto como dependente exclusivamente de determinantes exógenos.

O desenvolvimento local aparecia, neste período, como parte integrante de toda uma preocupação com o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como mera extensão das teorias de desenvolvimento econômico [onde a mesma] resultaria da adequação dos governos locais às diretrizes elaboradas pelo governo central". (LOPES, 2002, p.20)

Com as perspectivas críticas sobre esse modelo convencional de desenvolvimento e as mudanças estruturais já descritas acima, o desenvolvimento local como a expressão do fortalecimento da endogenia do desenvolvimento (de baixo para cima) foi alçado à condição

²³LIMA, A. L. de Cordes; LOIOLA, Elizabeth & MOURA, Suzana. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: As experiências de Salvador e Porto Alegre. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: BNB v. 31, n.º. 4, p. 986-1007, out-dez. 2000.

de “*resposta proativa, propositiva aos desafios da mundialização da economia, da informação, da necessidade de gerar novos empregos, da exclusão social, da necessidade de modernização tecnológica e requalificação profissional*” (*Idem, Ibidem, loc. cit.*). Com efeito, segundo o autor, baseado em Lima, Loyola & Moura, o poder público municipal transforma-se de fato num agente importante para as políticas institucionais, com viabilização de ações em prol do desenvolvimento.

Nesse caminho, os novos temas e essa valorização dos processos endógenos tendem a pôr em relevo o local como escala de análise e intervenção, em detrimento, de certa forma, do nível mesoeconômico e mesopolítico, passando-se a articular o local e o global diretamente. No entanto, Milani (2004) e Souza Santos (2005) alertam-nos para os riscos ao localismo (tornar os elementos locais – atores e dinâmicas – desconexos de outras escalas de poder) e ao desenvolvimento local independente de estratégias nacionais e internacionais.

De todo modo, do ponto de vista de Lopes (2002), não é possível distinguir, de forma definitiva, qual a diferença entre desenvolvimento local e desenvolvimento regional, apesar, segundo ele, do desenvolvimento local ter uma carga semântica atrelada à ideia de um instrumento valioso para a definição de políticas e para o desenvolvimento das potencialidades locais. Isto porque, para ele,

Embora as teorias do desenvolvimento local enfatizem o papel dos fatores endógenos no desenvolvimento, o desenvolvimento local também é condicionado por fatores exógenos. Os fatores exógenos servem de balizas para reposicionar e reestruturar as forças produtivas internas de cada região. Dentre os fatores exógenos, o mais importante é a compensação financeira intermediada pelo poder central (Governo Federal, no caso brasileiro) (*Idem, Ibidem, p.22*).

Recentemente, o termo território está sendo usado junto à ideia de desenvolvimento, representando uma alternativa ao local. Estaria ocorrendo aí um abandono da noção de espaço, visto a natureza geográfica estática deste último, ao passo que a noção de território traria, em si, a relação dinâmica do tempo e do espaço, uma vez que nela estaria representada a dimensão cultural e histórica de um grupo de pessoas em um dado contexto (LOPES, 2002). É neste sentido que está delineada a percepção de Milton Santos sobre território, senão vejamos:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em

território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro[...](SANTOS, 2001, p.96)

Além disso, surgiram até perspectivas desconstrutivistas, a partir dos ventos pós-modernos, questionando o conceito de desenvolvimento, independente do viés político. Por exemplo, Rist *apud* Milani (2004) informa que, apesar da tentativa de renovação da cooperação internacional e da aceitação quase unânime dos temas sociais e institucionais no chamado *mainstream* da economia, o desenvolvimento continua sendo criticado em seus fundamentos, em suas práticas frequentemente contraditórias e em seus mitos fundadores (evolucionismo social; individualismo e economicismo do desenvolvimento; além do normativismo e instrumentalismo dos escritos sobre desenvolvimento).

Desta maneira, de acordo com Milani (2004), dentro do debate sobre desenvolvimento, chegou-se ao ponto de anunciar-se o fim do mesmo enquanto categoria e a se pensar na ideia de pós-desenvolvimento. Entretanto, este autor pensa que as crises sobre o modelo de desenvolvimento e do Estado trouxeram conclusões apressadas, como a ideia de que o problema seria a definição de modelos de desenvolvimento promovidos pelo próprio Estado e que este não conseguiria tratar de problemas globais, nem, tão pouco, estar próximo do cidadão e acompanhar as relações existentes no local.

De todo modo, o desenvolvimento local, por sua diversidade e por permitir, a princípio, a participação direta dos geralmente chamados “público-alvo”, ganhou fôlego como uma força contrária à uniformização da globalização econômica. Para Silveira, citado por Milani (2004), o desenvolvimento local tende a se tornar ferramenta de análise mais dinâmica quando posto em relação com as lógicas de desigualdade, ou seja, quando associado à hipótese de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas exclusivamente pelo alto.

As considerações acima contribuem para evidenciar o sentido da polissemia e da indefinição, por natureza, do projeto político inerente ao ideário do desenvolvimento (local). Na próxima seção, trataremos das possíveis definições de desenvolvimento local e do paradigma subjacente a cada definição, no sentido de nos “aproximarmos deste enigma”.

3. FORMAS DE INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO (LOCAL) A PARTIR DE DOIS PROJETOS POLÍTICOS

Como observamos, a ideia de desenvolvimento, assim como de desenvolvimento local, possui uma noção polissêmica, comportando perspectivas ideológicas diversas. Neste veio, verificamos dois sentidos para as mesmas: a orientação para a competição e a orientação para a cooperação ou solidariedade. Tal sentido, no entanto, só pode ser definido no contexto dos projetos ou paradigmas políticos e de sociedades presentes na arena política. (OLIVEIRA, 2001; FISCHER, 2002; SANTOS, 2007, FRANÇA FILHO & SANTANA JÚNIOR, 2007).

Dessa forma, apoiados em Benko e Lipietz *apud* Santos (2007), partimos da compreensão de que os referidos sentidos para o desenvolvimento (local) podem estar inscritos num projeto político neoliberal, o qual diz respeito a uma expressão espacial de um novo arranjo industrial “pós-fordista”, reproduzindo a lógica capitalista global em escala local, ou seja, de formas de sociabilidade empobrecidas, produzidas pela concorrência, pelo estímulo individual advindo da cobiça e do medo e pela exploração crescente dos recursos naturais. Por outro lado, podem estar instruídos pelo projeto contra-hegemônico, que se refere ao local enquanto espaço e território permeável à produção de experiências de resistência e/ou contra-hegemônicas, caracterizando-se pela criação de espaços, em que predominam os princípios da igualdade e solidariedade, sem prescindir da dimensão do conflito.

Com efeito, o desenvolvimento (local), fundamentado no projeto neoliberal, pode ser definido na medida em que comporta projetos focados na cooperação e aprendizagem, capazes de gerar novos arranjos produtivos ancorados no território, de articular e integrar serviços, infra-estrutura, crédito, inovação tecnológica e mercado (FISCHER, 2002). Ao passo que, na perspectiva contra-hegemônica, o desenvolvimento local pode ser considerado como uma proposta alternativa inspirada nos valores da qualidade e cidadania, isto é, na inclusão plena de setores marginalizados na produção e usufruto dos resultados, não rejeitando a ideia de desenvolvimento econômico, mas impondo-lhe limites e subordinando-o a imperativos não-econômicos (SANTOS & SILVEIRA, 2001 *apud* FISCHER, 2002).

Igualmente, Oliveira (2001) alerta-nos para o fato de que esse ideário de desenvolvimento também comporta várias dimensões possíveis no exercício da cidadania. Desta maneira, do ponto de vista dos projetos neoliberais, a cidadania é vista como não-conflito, harmonia, um estoque de bens materiais e paz social. Paradoxalmente, o referido autor compreende que a noção de cidadania que deve nortear os projetos de desenvolvimento alternativos diz respeito ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, ou seja, àquele que

viabilize a busca do bem-estar e da qualidade de vida através do conflito, evidenciando as mazelas, problemáticas e complexidades da sociedade na busca da superação das iniquidades sociais.

Na próxima seção, a partir da problemática colocada, apresentaremos alguns critérios de relevância para a avaliação de experiência de desenvolvimento (local).

4. A LACUNA NAS NOVAS ABORDAGENS SOBRE DESENVOLVIMENTO (LOCAL): A DIMENSÃO RACIAL

Recentemente, França Filho & Santana Jr. (2007) propuseram critérios que pudessem identificar a relevância em experiências de desenvolvimento local dentro dos marcos de uma noção de desenvolvimento sustentável e solidário. Estes critérios, portanto, diriam respeito a uma ideia de sustentabilidade.

Segundo esses autores, um primeiro aspecto que deve ser salientado para uma consideração sobre relevância em matéria de desenvolvimento local passaria pela necessidade de compreender e desconstruir a própria ideia de sustentabilidade aplicada, convencionalmente, às experiências de desenvolvimento local. Dito de outro modo, a sustentabilidade no local ou território não pode ser avaliada apenas segundo critérios de economicidade, enfatizando, sobretudo, a rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos e considerando os recursos naturais como simples *commodities*.

Logo, pensar numa noção de desenvolvimento contra-hegemônico ou alternativo necessita de um esforço em redefinir a ideia de sustentabilidade também. Neste intuito, um primeiro caminho – que parece fundamental, segundo estes autores – “[...] diz respeito à capacidade (ou vocação) da experiência em promover uma articulação fina entre diferentes aspectos da vida em um determinado território, entre as quais destacaríamos as dimensões do: econômico, social, político, cultural e ambiental” (FRANÇA FILHO & SANTANA JR. 2007, p. 9). Isto, de acordo com estes autores, passa pela necessidade de relativização da dimensão econômica, sem, contudo, deixar de se reconhecer a importância da mesma no processo de desenvolvimento. Particularmente, notamos, aqui, uma aproximação com a abordagem defendida por Guerreiro Ramos em sua proposta multicêntrica de sociedade, em que a dimensão do mercado deveria ser também estrangida por outros âmbitos da vida humana, tais como os espaços de convivência, cooperação, solidariedade e isonomia.

A partir disso, os autores supracitados lançam mão de algumas indagações que permeiam alguns elementos centrais para se pensar um modelo de desenvolvimento,

qualitativamente, mais próximo de um modelo sustentável e solidário, que norteia a perspectiva de desenvolvimento dos mesmos. Com isso, vejamos:

[...] o que significa um território sem história ou sem identidade? Podem as atividades produtivas num território não estarem identificadas com o significado do que se passa (ou se vive ou se constrói) no tecido da vida social que envolve o cotidiano das pessoas? O que dizer de atividades econômicas desvinculadas das características ambientais num território? Ou seja, atividades produtivas que desprezam o manancial de recursos naturais do lugar, cujas fontes energéticas ou os recursos utilizados não se renovam. Como pensar desenvolvimento num território sem considerar a formação da cultura política e a dinâmica de participação das pessoas na discussão dos seus problemas comuns? Onde não há incentivo à preservação e formação de saberes, nem a produção de tecnologias próprias. Em suma, como conceber sustentabilidade num território sem criar as condições de permanência das pessoas nos seus lugares de origem? (*Idem, Ibidem*, p. 10)

Assim, França Filho & Santana Júnior (*ibidem*) sustentam que o equilíbrio dinâmico entre as várias dimensões que compõem a vida humana é fundamental para uma noção renovada de desenvolvimento local com sustentabilidade e solidariedade.

Desta forma, os referidos autores propõem cinco dimensões para a aferição da sustentabilidade, a saber: ambiental, social, política, cultural e econômica. Do ponto de vista metodológico, eles alegam que compreendem o caráter indissociável destas, porém pensam que o cotejamento individual de cada dimensão, a princípio, representa um precioso recurso analítico e didático, no intuito de aprofundar o entendimento da dinâmica de cada uma diante da “hiperatenção” dada à problemática econômica e possibilitar a identificação de parâmetros que contribuam para a identificação de diferentes modos de desenvolvimento, assim como a análise comparativa entre diversos projetos de desenvolvimento local.

A seguir, serão apresentadas cada uma das cinco dimensões vislumbradas por França Filho & Santana Jr. (2007, p.10-13), com seus respectivos critérios de relevância para a apuração da noção de sustentabilidade a fim de trazer uma ideia renovada de desenvolvimento local.

a) dimensão econômica - No que diz respeito a esta dimensão, um primeiro indicador de relevância pode ser atribuído ao grau de impacto promovido pela experiência na distribuição de renda no território. Isto se relaciona, de modo mais preciso, tanto ao número de postos de trabalhos criados (e, por conseguinte número de famílias beneficiadas), o valor dos rendimentos proporcionados, o grau de utilização de insumos do território, quanto à dinâmica do consumo local. Um segundo indicador relativo a esta dimensão econômica concerne à capacidade da experiência em articular nas suas ações diferentes lógicas econômicas entre relações mercantis, não mercantis e não monetárias. Ou seja, para além da capacidade da experiência em gerar transações de natureza mercantil, importa observar se a experiência consegue preservar e estimular no território outros circuitos de relações econômicas, como por exemplo: produção para auto-consumo, intercâmbios de

produtos e serviços não monetarizados, mecanismos de subsidiariedade para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias ou outras formas de subsídio), utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.) e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras.

b) dimensão social - No que diz respeito a esta dimensão, um primeiro indicador fundamental de relevância da experiência é de natureza eminentemente qualitativa. Trata-se do nível de coesão social existente no ambiente de relações entre as pessoas envolvidas com a experiência. Este aspecto relaciona-se a própria característica do tecido social e do cotidiano vivido no território que sustenta a experiência. Neste quesito, destacam-se alguns indicadores qualitativos tais como: o tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas etc. Neste sentido, o fato do desenvolvimento das atividades econômicas encontrar-se indissocialmente ligado às próprias práticas de relações sociais fortemente baseadas no vínculo (muitas vezes pré-existente) entre as pessoas no território, parece denotar fator de relevância da experiência.

c) dimensão cultural - Esta dimensão remete ao grau de afirmação identitária característico dos grupos envolvidos com a experiência de desenvolvimento local. A compreensão de tal dimensão parece passar, primeiro, por um conhecimento relativo à própria história do local e, fundamentalmente, o grau de identificação das pessoas com esta história; o que supõe: sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao seu território, práticas e valores comuns compartilhados. Neste sentido, deve se considerar como critério de relevância o grau de enraizamento das atividades empreendidas na experiência no tecido da vida cultural do lugar, o que implica não apenas reafirmação de valores e costumes próprios, mas também o uso fruto de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas.

d) dimensão política - Esta dimensão deve ser considerada em relação a um triplo aspecto. O primeiro diz respeito ao grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência. Neste aspecto deve-se considerar ainda o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas. O segundo aspecto refere-se à capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública no território, o que afeta diretamente o nível e a forma de participação das pessoas na discussão de problemas comuns relativos ao cotidiano da vida no próprio lugar. O terceiro aspecto concerne o nível de articulação da experiência, tanto no sentido de inserir-se em redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto no que diz respeito a sua capacidade de estabelecer pactos ou interações com poderes públicos, preservando sua autonomia. O conjunto destes aspectos sinaliza a importância do caráter sociopolítico como critério de relevância devendo permear a experiência. O primeiro aspecto salienta o nível de aprendizado de uma cultura política democrática orientando os processos decisórios internos. Os dois últimos aspectos, em especial, além de apontar inovações na esfera da cultura política local, informam ainda sobre a capacidade da experiência em promover transformações no plano mais institucional da vida no território:

e) dimensão ambiental - Esta dimensão remete ao grau de vinculação da experiência em relação às características ambientais próprias num território. Neste sentido, merecem destaque alguns aspectos. Em primeiro lugar, importa avaliar a forma de manejo dos recursos ambientais através das atividades desenvolvidas. Neste quesito, a dimensão tecnológica assume extrema importância, tendo em vista a necessidade de qualificação da relação entre meio-ambiente e processo produtivo. Assim, deve-se avaliar o tipo de tecnologia empregada nas iniciativas/atividades, procurando identificar em primeiro lugar se a técnica é original (e construída de forma socialmente referenciada); se ela é oriunda de outras realidades e adaptada ao local; ou, se ela é convencional, seja no sentido de recuperação de processos tradicionais, seja no sentido de ser transplantada diretamente de outras lógicas sem considerar as especificidades do território. Conseqüentemente, é preciso considerar se as iniciativas utilizam insumos ou recursos próprios do seu território; se os recursos utilizados não têm efeito poluidor; se as fontes energéticas utilizadas são de base renovável; e finalmente, importa avaliar o nível de geração de resíduos pelas atividades, bem como, seu modo de tratamento. Em segundo lugar, importa avaliar o grau de centralidade do ser humano em relação aos processos utilizados. Isto quer

dizer que não basta a boa conservação dos recursos ambientais sem se considerar o humano. Ou seja, a dimensão ambiental necessariamente relaciona-se com a boa utilização dos recursos ambientais, sua preservação e bem-estar humano. Finalmente, há que se considerar a reeducação dos envolvidos nos processos de consumo.

Como acabamos de observar, a proposta de França Filho & Santana Júnior (2007) amplia definitivamente o horizonte da compreensão sobre o que é se desenvolver, a partir da crítica histórica ao viés economicista da visão dominante sobre desenvolvimento e dentro de um paradigma político contra-hegemônico de se pensar a realidade social. Eles avançam, principalmente, no aprofundamento de outras esferas fundamentais para se pensar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas nos seus espaços ou territórios, aprofundando a reflexão já consagrada sobre a ênfase na existência de outras dimensões ao se tratar de desenvolvimento, ao refletir sobre quais elementos são essenciais considerando cada uma destas dimensões. Desta forma, tais autores contribuem, significativamente, para a viabilidade das análises sobre experiências de desenvolvimento local das mais diversas naturezas políticas e, por conseguinte, fortalecem o discurso crítico sobre o desenvolvimento local.

Entretanto, considerando a formação histórica do Brasil e de outros países que viveram uma experiência profunda com a escravidão racial, enquanto colônias, e a consequente existência de profundas desigualdades entre negros e brancos, pensamos que os autores, apesar deste avanço, não dão conta de refletir sobre uma outra dimensão fundamental neste contexto: a dimensão racial proveniente dos impactos do racismo na sociedade.

Nesse sentido, potentes indicadores sociais desagregados por cor/raça demonstram a persistência de iniquidades sociorraciais como um dos efeitos do fenômeno do racismo. Assim, trazemos, logo abaixo, alguns dados desagregados produzidos pelo LAESER²⁴, a partir da PNAD²⁵ feita anualmente pelo IBGE, que representam diferentes dimensões da expressão do impacto do racismo na vida das pessoas negras (taxa de mortalidade por gravidez parto ou puerpério, taxa de mortalidade por homicídio na população masculina, taxa de analfabetismo, taxa de rendimento médio mensal e acesso ao poder institucional).

Primeiramente, apresentamos a composição demográfica por cor/raça no Brasil a partir da PNAD de 2007 (Gráfico 1).

²⁴ Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais do Instituto de Economia da UFRJ.

²⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

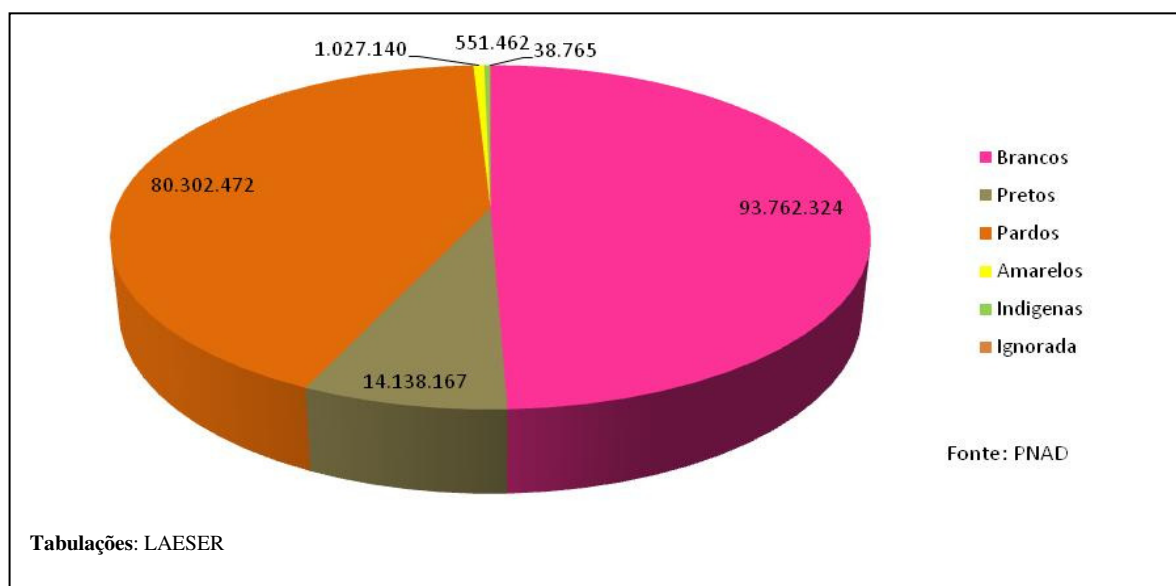


Gráfico 1 – Composição de cor ou raça, no Brasil, 2007

De acordo com o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2007-2008) produzido pelo LAESER, a PNAD 2007 foi a primeira pesquisa a indicar o fato da população autodeclarada branca não ser mais a maioria absoluta dos residentes no Brasil. Isto não acontecia desde a pesquisa censitária realizada em 1890 por órgãos oficiais. Este fato histórico vem sendo amadurecido já algum tempo. Segundo o mesmo relatório, no período de 1995 a 2006, o peso relativo da população branca havia declinado de 55,4%, em 1995, para 49,7 em 2006, perfazendo uma diminuição de 5,7%. Por outro lado, a população negra aumentou neste mesmo período de 45%, para 49,5% na população total, em termos relativos. (RELATÓRIO ANUAL DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL, 2007-2008, p. 179, 2008).

Para esse relatório, análises das alterações das composições de cor/raça ocorridas nos distintos grupos etários revelam que tal mudança é produto de fatores tanto demográficos, como sociopolíticos. Isto porque, no período de 1995-2006, houve uma melhora em indicadores como taxa de mortalidade infantil e esperança de vida para população negra; e, ao mesmo tempo, uma mudança na forma de autopercepção das pessoas negras, a partir dos impactos do discurso do Movimento Negro desde a década de 1970, uma vez que entre outros fatores houve também um aumento significativo no número de pessoas negras no grupo etário acima dos 20 anos e abaixo dos 49 anos especificamente (*ibidem*, p.30). É possível presumir que o censo do IBGE de 2010 consolide ainda mais essa alteração percebida pela PNAD.

Contudo, indicadores sociorraciais trazem a persistência das desigualdades entre brancos e negros, apesar da mudança do perfil demográfico, em parte, ser explicado por melhoras nos indicadores sociais que dizem respeito à população negra.

Levando em consideração a razão de mortalidade por gravidez, parto ou puerpério entre mulheres brancas e negras no ano de 2005 (Gráfico 2), percebemos que a mulher negra morre quase duas vezes mais que as primeiras em todas as faixas etárias.

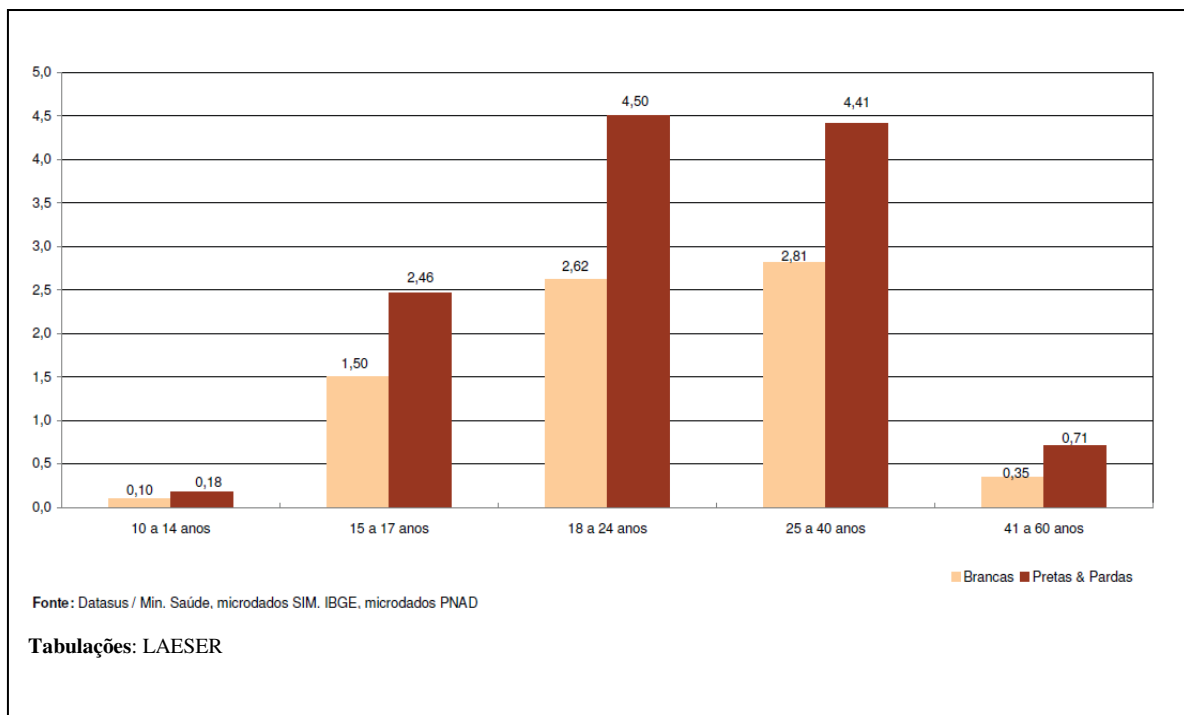


Gráfico 2 – Razão de mortalidade por gravidez, parto ou puerpério da população residente acima de dez anos de idade do sexo feminino por faixas etárias selecionadas, grupos de cor ou raça (branca e preta & parda), Brasil, 2005 (por 100 mil habitantes)

De acordo com o Relatório produzido pelo LAESER, de 1995 a 2005, não somente o número de morte de mulheres negras manteve-se maior do que o de mulheres brancas, como aumentou proporcionalmente mais, visto que a taxa era 43,2% superior em 2000 e passou a ser 72,4% maior do que as brancas em 2005 (*ibidem*, p.58).

Já o número de homens negros vítimas de homicídio em relação ao número de homens brancos entre o período de 2001 a 2007 (Gráfico 3) é o dobro de acordo com a pesquisa apresentada no gráfico abaixo.

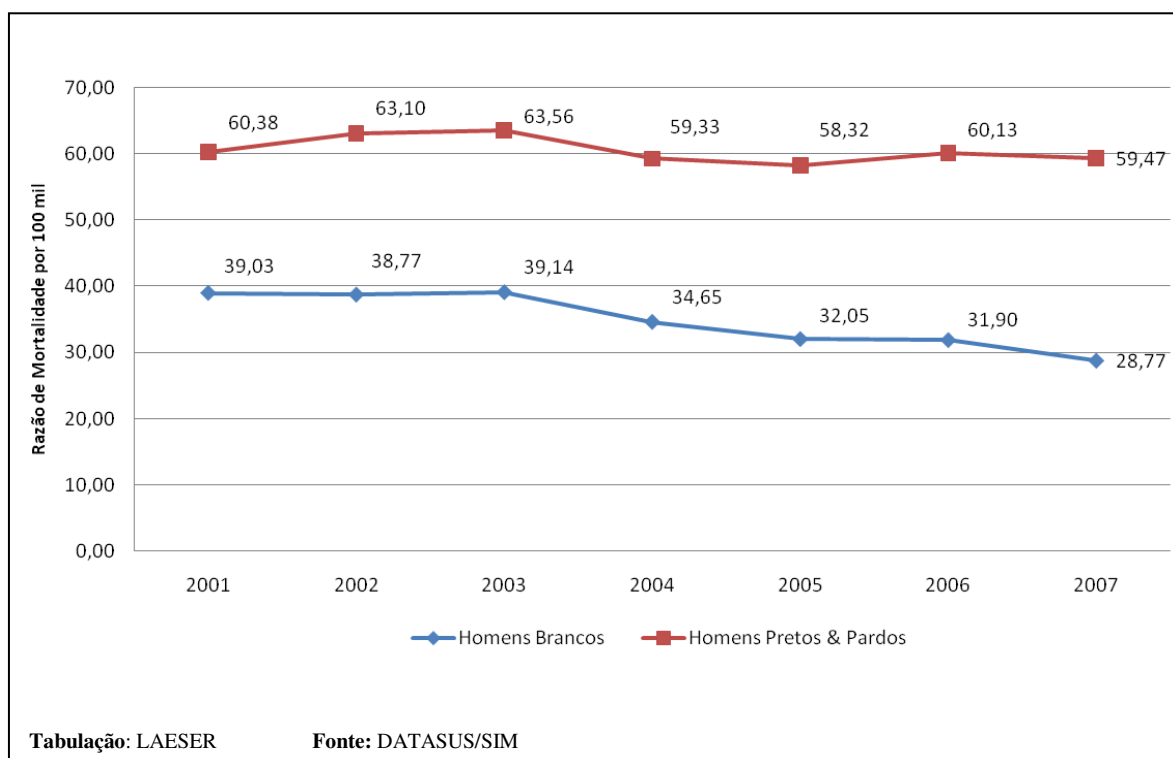


Gráfico 3 – Razão de mortalidade da população masculina residente segundo os grupos de cor ou raça por homicídio, Brasil, 2001-2007 (por 100 mil habitantes)

Inclusive, se observarmos mais atentamente o gráfico acima, perceberemos que no período analisado a diminuição no número de homicídio de homens brancos teve uma queda significativa, enquanto a diminuição do número em relação aos homens negros foi quase insignificante.

Tanto o dado sobre a mortalidade na gravidez, parto ou puerpério, quanto o número de homicídio entre homens desagregados por cor/raça expressam como mulheres negras e homens negros vivem uma situação de vulnerabilidade social gritante.

Se tratarmos da dimensão socioeducacional, a situação de vulnerabilidade não será muito diferente. Só para ficarmos num exemplo. Em relação à taxa de analfabetismo, segundo o relatório do LAESER a partir da PNAD, em 2006, havia 14,4 milhões de pessoas – com 15 anos de idade ou mais – que eram analfabetas. Deste total, 32%, ou 4,6 milhões eram brancas e 67,4 %, ou 9,7 milhões eram negras. Igualmente, apresentando a taxa de analfabetismo da população residente acima de 10 anos por cor/raça da PNAD de 2007 (Gráfico 4) através do trabalho do LAESER, podemos perceber que a proporção de analfabetos negros em comparação aos brancos é mais que o dobro em quase todas as faixas etárias apresentadas no gráfico abaixo.

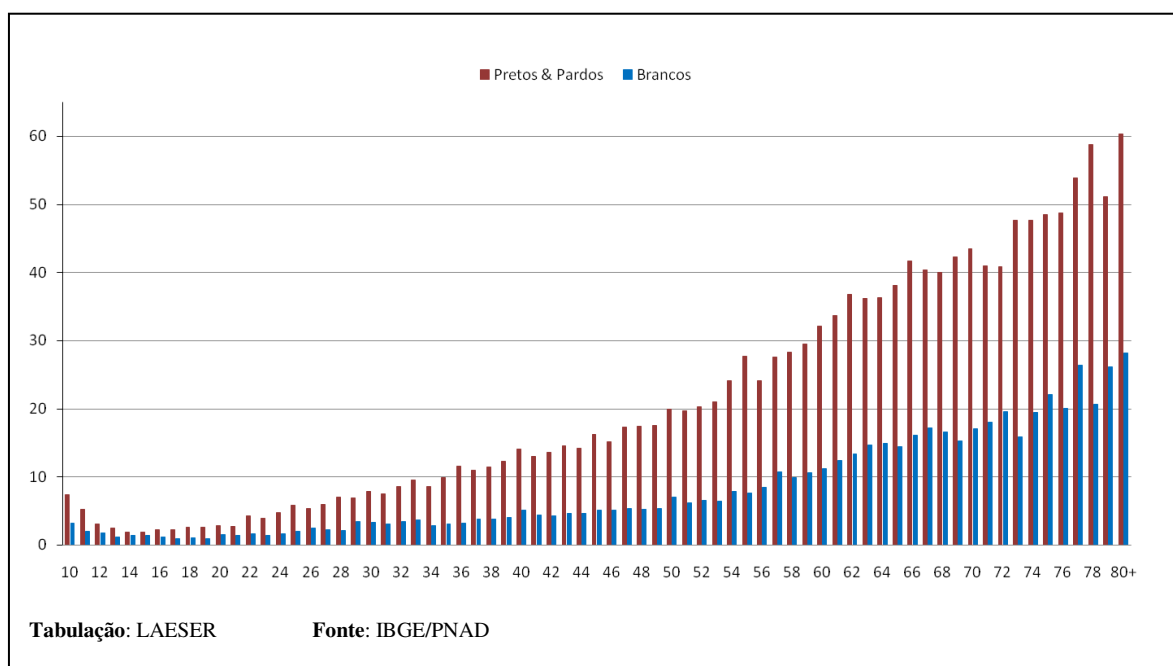


Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo da população acima de 10 anos segundo os grupos de cor ou raça, Brasil, 2007

Agora, se levarmos em consideração a dimensão socioeconômica, também podemos perceber as desigualdades entre negros e brancos. Por exemplo, em 2006, o rendimento médio mensal real do trabalho principal dos homens brancos em todo país equivalia a R\$ 1.164,00. Este valor no mesmo ano era 56,3% superior a remuneração obtida por mulheres brancas – que era R\$ 744,71 –; 98,5% superior a remuneração dos homens negros (R\$586,26); e, 200% superior a remuneração das mulheres negras, que equivalia a R\$ 388,18 (Gráfico 5), segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007-2008 (2008, p. 103). Com isso, é possível inferir a dupla discriminação (racial e de gênero) que recai sobre a mulher negra, visto que a mesma ocupa a base da pirâmide social. Senão, vejamos:

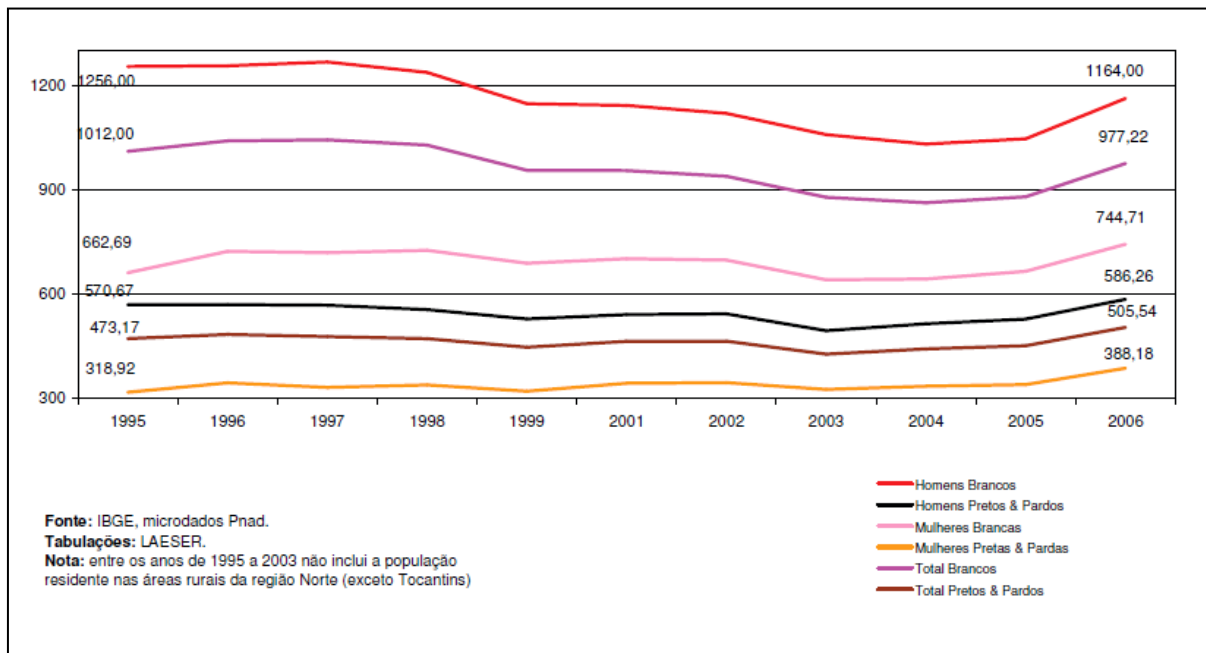


Gráfico 5 – Rendimento médio mensal real do trabalho principal da PEA residente ocupada segundo os grupos de cor ou raça (branca e preta & parda) e sexo, Brasil, 1995-2006 (em R\$ set- 2006, INPC)

Para concluir esta seção com dados estatísticos, pontuamos um dado exemplar encontrado no relatório produzido pelo LAESER, que diz respeito ao acesso do negro ao poder institucional e reafirma a desigualdade sociopolítica entre negros e brancos no Brasil. Em 2006, comparando-se a proporção relativa entre eleitos negros nas cinco regiões geográficas com o peso relativo deste grupo sociorracial na população residente nas mesmas, podemos perceber que há uma sub-representação do contingente negro no poder institucional do país.

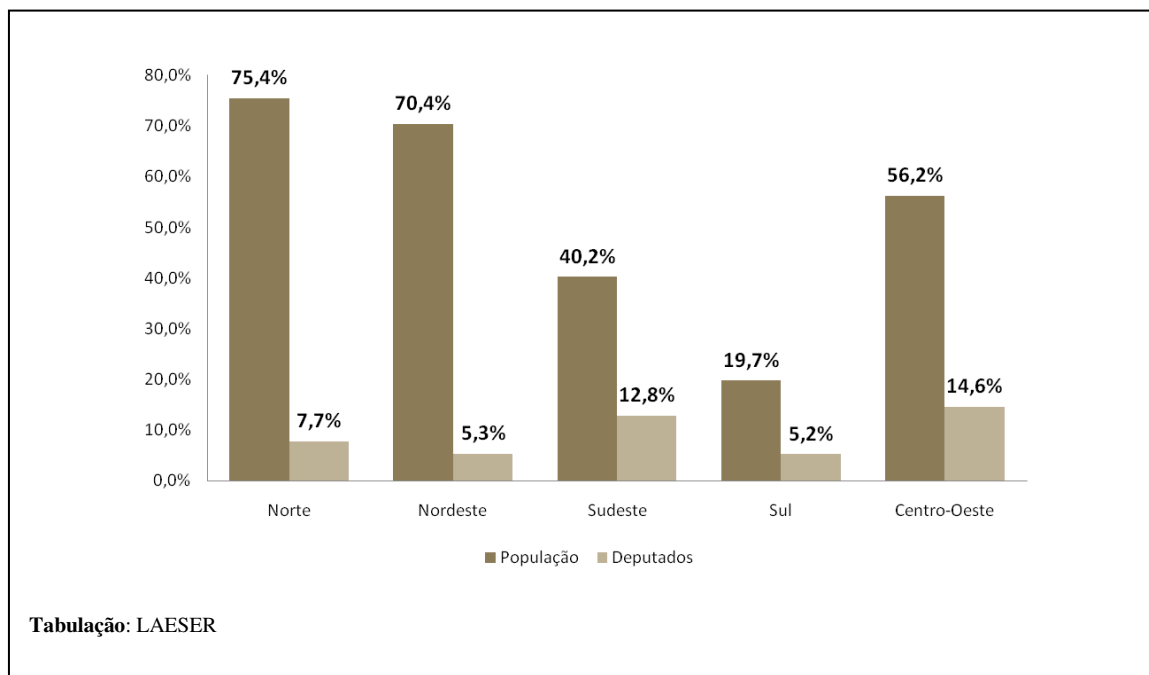


Gráfico 6 – Acesso ao Poder Institucional, eleitos na em 2006, por cor/raça

Os indicadores trazidos neste trabalho expressam um quadro de profundas desigualdades que são historicamente alimentadas pelo fenômeno do racismo e suas manifestações. De acordo com o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2007-2008), nos últimos anos, em alguns indicadores houve uma diminuição da desigualdade, mas, em outros, as distâncias se mantiveram e até aumentaram. De qualquer maneira, a causa central pouco tem sido tocada concretamente tanto do ponto de vista analítico quanto no que diz respeito às políticas públicas: o racismo.

Como podemos inferir a partir dos dados acima, existem alguns casos onde o tratamento desigual é de responsabilidade do próprio Estado, como por exemplo, na morte na gravidez, parto ou puerpério de mulheres negras, as quais muitas possivelmente não tiveram um atendimento digno nos hospitais públicos; e, na taxa de analfabetismo, fruto de um passivo histórico do Estado brasileiro, que durante décadas negligenciou o serviço educacional disponibilizado principalmente à população negra. No que se refere ao número de homicídios produzido pelo aparato estatal de segurança pública, os homens negros são as vítimas preferenciais. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência, de 2005, produzido pelo PNUD, a partir de uma pesquisa no Rio de Janeiro:

Foram analisados 1.538 casos, ocorridos de janeiro de 1998 a setembro de 2002, nomeados “autos de resistência” pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. Nesse período,

1.880 opositores foram mortos pela polícia. [...] a proporção de pretos, entre as vítimas da violência policial, é três vezes a proporção desse grupo na população como um todo. No caso dos brancos, as vítimas da ação policial representam menos da metade de sua participação na população fluminense. É importante enfatizar que os dados são relativamente semelhantes aos encontrados pelo estudo de Ignácio Cano, com números de 1993 a 1996, na capital fluminense. Os negros têm um peso 61% maior entre as vítimas do que na população [...]. O peso desproporcionalmente alto dos negros entre as vítimas mortas nas ações policiais constitui claro indício da existência de viés racista nos aparelhos de repressão. Pode-se argumentar, porém, que esse grupo é alvo mais freqüente da ação policial não em razão do fenótipo, mas porque pretos e pardos estão, em sua maioria, entre a população de baixa renda e, por isso, estariam mais envolvidos em crimes violentos [...]. A probabilidade de negros morrerem em confrontos com a polícia é muito maior nas favelas, que são os locais em que o número de mortos pela polícia é maior, mas a diferença entre brancos e negros continua desproporcional quando consideradas outras áreas urbanas. O viés racista na atuação das forças de repressão, além de por si mesmo ser ilegal, tende a produzir efeitos nas etapas seguintes do sistema de justiça criminal brasileiro: nas denúncias do Ministério Público, nas sentenças judiciais e na aplicação das penas (p. 91-92).

Portanto, por mais que se possa argumentar que tal viés da análise esteja inserido nas dimensões social, cultural e até econômica, consideramos que, dada a importância da questão, ela merece uma atenção especial. Por isto, neste trabalho, relacionamos, sim: racismo, desenvolvimento e administração. Tratar sobre a problemática do racismo no campo da administração torna-se imperioso, uma vez que este campo do conhecimento e prática é um espaço privilegiado para se tratar das políticas de desenvolvimento e das políticas públicas.

Ao buscarmos relacionar esses três elementos, observamos que na sociedade brasileira ideais como igualdade, democracia (democracia racial), solidariedade, respeito às diferenças são valores formalmente aceitos, mas, ao mesmo tempo, a realidade do país reafirma um contexto de desigualdades, hierarquias raciais, extrema competição e desrespeito às diferenças. Ao nos basearmos numa compreensão de desenvolvimento trazida por Celso Furtado, em que o mesmo enfatiza o contexto sociohistórico e subordina os meios e as técnicas aos valores subjacentes ao intento do desenvolvimento, pensamos que o racismo como uma consciência histórica que racializou o imaginário social e hierarquizou os seres humanos não pode ficar de fora do conjunto de impedimentos ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

De um modo mais amplo, é imprescindível relacionar o racismo ao debate e às práticas sobre desenvolvimento, já que o mesmo é um fenômeno estruturante das relações sociais, construindo hierarquias sociorraciais que legitimam desigualdades e privilégios, isto é, facilita o acesso de um determinado grupo a bens, políticas públicas e serviços públicos, ao passo que impede que outro grupo desfrute de tais elementos, bem como de direitos e do pleno gozo das riquezas produzidas por uma sociedade. Ao mesmo tempo, o racismo

impossibilita que a própria sociedade usufrua de talentos e massa crítica, por destituir a humanidade das pessoas negras e impedir que estas se “atualizem” e utilizem todo seu potencial como cidadãos plenos.

Com efeito, dentro de uma dimensão psicossocial, ao produzir uma hierarquia de cunho racial, legitimando uma pretensa inferioridade das pessoas negras, o racismo produz uma realidade na qual os padrões estabelecidos não contemplam a humanidade destas pessoas, inclusive, mantendo-as fora dos modelos de indivíduos pretensamente desenvolvidos. Esse entendimento enseja um esforço sobre-humano do negro em querer se adequar a uma realidade em que ele não está contemplado, levando-o a um “não-lugar”, a um estresse, a várias patologias e a uma desumanização do ser negro.

Do ponto de vista coletivo, é possível dizer que o Brasil perde, portanto, boa parte de sua capacidade em desenvolver-se plenamente devido a esta dinâmica, que tem como estratégia todo um processo de aculturação, homogeneização e “inferiorização” da população negra na sociedade. Assim, o racismo pode ser visto como um obstáculo ao desenvolvimento, ou à melhoria da qualidade da vida das pessoas. Logo, ao se levar em conta a dimensão racial, ou a dimensão da hierarquia construída entre negros e brancos, o desenvolvimento também pode ser encarado como a superação dos obstáculos produzidos pelo racismo, ou como a construção da emancipação da população negra, ou das comunidades negras.

A relação que propomos pode parecer inusitada e fora de propósito, por mais que os dados que foram apresentados anteriormente sustentem a nossa argumentação. Relacionar desenvolvimento e racismo, colocando o último como obstáculo ao primeiro e, a partir disto, exigir que o combate ao racismo seja transformado em uma dimensão para se auferir o desenvolvimento pode ser tomado como algo que ameaça a suposta relação harmônica entre negros e brancos no Brasil. Ou, ainda, ser considerado como algo sem importância.

Apesar dessa possível aparência, a questão que levantamos nesta dissertação não está fora de propósito, pois ela se inscreve num debate que foi central na passagem do século XIX para o século XX no Brasil: o fator racial como elemento determinante para as discussões sobre o desenvolvimento da nação brasileira.

Não obstante as desigualdades e a hierarquia sociorraciais continuarem presentes no decorrer do século XX, a problemática racial foi sendo deixada de lado, como podemos perceber na retrospectiva que apresentamos anteriormente sobre desenvolvimento. Assim, no capítulo seguinte, faremos uma retomada deste assunto na passagem do século XIX para o século XX no Brasil, bem como recobramos o conteúdo histórico do racismo dentro de uma perspectiva “diferencialista”.

CAPÍTULO II – RACISMO COMO CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E SUA ARTICULAÇÃO COM O IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

No capítulo anterior, problematizamos apontando os limites das análises sobre o desenvolvimento que não consideram a questão da desigualdade racial como uma dimensão analítica a ser observada. Como tal, fica subjacente nossa premissa de que a busca pelo desenvolvimento em sociedades como a brasileira exige uma reflexão sobre o racismo como questão importante para se chegar ao desenvolvimento. Deste modo, podemos pensar que as desigualdades raciais constituem-se em uma dimensão tão importante quanto as questões política, ambiental, cultural e social.

Nossa afirmação traz consigo, também, uma indicação de que o racismo foi sendo construído historicamente e se sedimentando na sociedade. Como resultado, tem-se o quadro de desigualdades sociais que conhecemos no Brasil. A reversão deste exige políticas e práticas específicas das pessoas, da sociedade, mas, sobretudo, do Estado, por meio de políticas públicas.

Entretanto, vale a pena refletir: racismo e desenvolvimento são coisas interligadas? Será que esse viés pode contribuir para a ampliação da análise do desenvolvimento? A colocação da dimensão racial não seria “forçar a barra”?

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar a pertinência da relação desenvolvimento e desigualdades raciais, seja a partir da gênese do próprio racismo, seja a partir da tradição histórica de relacionar o desenvolvimento com questões raciais no Brasil.

O racismo é um fenômeno complexo, que desafia a humanidade. É também de difícil entendimento, dado o seu caráter multifacetado. Hoje, vemos diversas expressões do racismo no mundo, como a perseguição aos imigrantes na Europa e o consequente empoderamento de grupos neo-nazistas, partidos de extrema direita e nacionalistas de perspectiva racista; assim como, os sucessivos casos de racismo no futebol dentro e fora dos campos aqui no Brasil e em outros países. Outrossim, notamos estruturações sociais no contexto nacional e global, onde as populações negras são quase sempre populações subalternizadas por uma ordem sociorracial que também imputa a um continente e seus descendentes (África) o sinônimo da desumanidade, pobreza, miséria e exotismo.

Mas quando e onde o racismo surgiu? Como ele eclodiu? Essas são perguntas pertinentes e as respostas a elas constituem-se em pilares fundantes da nossa argumentação. Neste caminho, seguiremos as trilhas abertas pelo trabalho de Moore (2007), Cunha (2004), M’Bokolo (2009), Munanga (2004), Skidmore (1976), Shwarcz (1993).

1. ANTERIORIDADE E ONIPRESENÇA DOS POVOS MELANODÉRMICOS

O racismo é um fenômeno existente em várias partes do mundo e carece de ser mais bem compreendido pelas pessoas. A origem e desenvolvimento do racismo na História é um dos grandes problemas que continuam a desafiar as ciências humanas, apesar de inúmeros trabalhos, reflexões e debate. Segundo Moore (2007), um dos grandes entraves para a compreensão deste fenômeno é o fato de grande parte da literatura existente sobre a questão racial estar focada na análise do mesmo a partir do século XVI. Com efeito, esta forma de análise toma como referência o processo das grandes navegações e colonizações realizadas pelos europeus nos continentes da África e da América, numa nítida perspectiva eurocêntrica da história, cunhada também como perspectiva “quinhentista” (MOORE, 2007).

Seguindo a trilha deixada por Moore (2007), é preciso nos remeter à questão não menos complexa do verdadeiro papel dos povos melanodérmicos (pele preta) na História antes de dar conta desse problema. Primeiramente, este autor recupera o trabalho do antropólogo espanhol Gervásio Fournier-González, o qual, em 1901, escreveu o livro *La Raza Negra es La más Antigua de las Razas Humanas*, defendendo a tese da antiguidade absoluta da “raça negra sobre todas as raças atuais” na Ásia, na América e na Europa.

Para ele, segundo Moore, o desenvolvimento e a formação da ‘raça mista ou morena’ no Mediterrâneo seria o resultado de mestiçagens posteriores originadas destas populações negras com ‘povos geográficos’ que se diferenciaram “racialmente” em tempos relativamente recentes. Tal processo diria respeito, seguindo o raciocínio de Fournier-González, ao desenvolvimento e formação da população branca no centro da Europa e da população amarela na Ásia. Moore nos conta que esta tese fora completamente ignorada à época, já que, naquele período, estava iniciando-se a colonização europeia do continente africano e os descendentes deste acabavam de sair de três séculos de escravidão nas Américas. Entretanto, ainda hoje, esta obra continua desconhecida nos estudos antropológicos.

Aproximadamente 50 anos mais tarde, outro cientista, o senegalês Cheik Anta Diop, também chegou à conclusão de que as populações leucodérmicas (brancos e amarelos) seriam como uma variação adaptativa das populações que migraram do continente africano há cerca de 50 mil anos. Sua tese foi publicada em duas obras; *The African Origin of Civilization: Myth or reality* (1974) e *Civilization or Barbarism* (1991). Em tais livros, Diop defende que,

até a fase do Paleolítico Superior²⁶, existiam somente populações melanodérmicas ocupando regiões do planeta (MOORE, 2007). O mesmo também sofreu grandes críticas por conta desta tese. Para alguns críticos, Diop estaria levantando apenas uma tese ideológica, exacerbando um afrocentrismo²⁷ e não fazendo ciência.

Todavia, devido aos achados paleontológicos apoiados pelas pesquisas da biologia molecular, a partir da década de 1980, foi possível demonstrar a origem africana de todas as populações humanas e o povoamento do planeta a partir deste continente e, conseqüentemente, a ubiquidade planetária da população negra, confirmando as hipóteses de Fournier-González e Cheik anta Diop. Hoje é sabido que:

O modelo que, de ora em diante, parece prevalecer malgrado resistências entre alguns paleontologistas, é aquele que consiste em aceitar que os homens modernos nasceram numa área local africana relativamente circunscrita; depois ter-se-iam propagado rapidamente a partir deste ponto para invadir o resto da África e depois o mundo na sua totalidade, substituindo nessa ocasião as outras populações humanas preexistentes [...] É por outro lado possível que a vantagem seletiva principal das populações de Homens modernos, tendo-se assim propagado, se deva ao fato de que deviam possuir uma língua elaborada; isso teve como efeito reforçar os laços sociais, favorecer a comunicação quando foram postas a funcionar técnicas de caça em grupo, e permitir a transferência rápida da informação útil durante os movimentos migratórios. (LUCOTTE, 1995, p. 21 *apud* M'BOKOLO, 2009, p. 27)

Com relação à querela ideológica existente no debate sobre a anterioridade africana, o historiador Elikia M'Bokolo (2009) alerta-nos para a irrefutabilidade e o real sentido desta:

[...] a questão da 'anterioridade africana' não se dirige em primeiro lugar, como parece tê-lo acreditado o historiador senegalês, à 'origem das civilizações', de que a África teria sido 'a mãe' antes de as transmitir a outros continentes. Como mostram hoje as inúmeras derivações do 'afrocentrismo', semelhante ponto de vista pode ser apenas, na verdade, a reapropriação pelos africanos de todos os preconceitos sobre os quais, antes deles, os europeus e outros tinham pretendido exercer a sua

²⁶ **Paleolítico** (*pedra antiga*), também conhecido como **Idade da Pedra Lascada**, neste período o homem fabricava utensílios de pedra lascada e madeira, é um período pré-histórico correspondente ao intervalo entre a primeira utilização de utensílios pelo homem (cerca de 2 milhões de anos atrás) até ao início do Neolítico (cerca de 10000 a.C.). **O Homem do Paleolítico Superior** já é obrigado a morar efetivamente nas cavernas (devido ao resfriamento intenso do planeta e o norte da Europa ter ficado coberto de gelo como consequência da 4ª Glaciação). **O Homem deste período é o Homem de Cro-Magnon**, que já é o homem propriamente dito. Caçava animais de grande porte (mamute, renas) utilizando para isso armadilhas montadas no chão. disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Paleol%C3%ADtico>>

²⁷ Matriz teórica que se desenvolveu no meio intelectual afro-americano dos Estados Unidos, através dos trabalhos de Molefi Kete Asante. Segundo Larkin Nascimento (2003) busca mergulhar na experiência de vida e perspectiva própria da comunidade de origem africana tanto do continente, quanto diaspórica, para desenvolver uma postura teórica própria e fundamentada na sua experiência histórica e cultural. Desta forma, explicita as populações africanas como sujeito de sua própria identidade, ao invés de serem definidas pelo o outro, a partir de premissas pretensamente universais, mas que no final das contas são produtos de um posicionamento específico, alheio e dominante (*idem, ibidem*).

hegemonia. Ao contrário, estamos hoje autorizados a dizer, de maneira ainda mais radical, que a questão da ‘anterioridade africana’ se impõe no próprio cerne dos processos de hominização e, de certa maneira, a montante da que se refere à eclosão das sociedades humanas e das suas civilizações respectivas. (M’Bokolo, 2009, p. 18)

Igualmente, Moore (2007, p. 36) pontua que a origem comum africana nada tem a ver com a vontade de uns ou de outros, mas, sim, com uma mera exigência geofísica e biológica, já que vários fenômenos interagiram no sentido de que os hominídeos surgissem em África primeiramente. Para ele, é importante levar em consideração a influência da posição da Terra em relação ao Sol, o que possibilitaria uma maior captação energética fundamental à vida. A inclinação do planeta em relação ao Sol permitiria que a região equatorial ficasse mais exposta às radiações solares, sendo possível, assim, que a África e a parte sul da América estivessem sujeitas a uma radiação solar mais intensa. Com efeito, isto influenciou grandemente o percurso evolutivo de diversas espécies no passado, visto que dificultou a formação das extensivas geleiras sobre estes territórios (*idem, ibidem*).

Os grandes achados paleontológicos dos fósseis em diversas partes da África, como no Chade, na Etiópia, no Quênia e na África do Sul conduziram à recapitulação, como em nenhum outro continente, da história evolutiva dos humanos antigos e modernos (MOORE, 2007). Os cientistas admitem – baseados em considerações geográficas, genéticas e climatológicas – que, dificilmente, a pigmentação dos primeiros *homo sapiens* não pudesse ter sido melanodérmica, já que, segundo os mesmos, nas regiões de grande incidência de raios ultravioletas, a cor fortemente pigmentada serve de proteção contra estes raios, permitindo a síntese da vitamina D, vital para os seres humanos. (CAVALLI-SFORZA & CAVALLI-SFORZA, 2002 apud MOORE, 2007).

De acordo com Moore (2007), a origem africana do gênero humano, inclusive dos humanos anatomicamente modernos, e a ubiquidade planetária de populações melanodérmicas trazem, portanto, nítidas implicações demográficas e históricas.

[...] Naqueles períodos longínquos, caso houvesse contestação pela posse de territórios com populações já racialmente diferenciadas, essa ubiquidade de populações autóctones de pele negra se constituiria na mais óbvia referência demarcatória para diferenciar oponentes”. (*Idem, Ibidem*, p. 49).

Com efeito, Diop, citado por Moore (2007), sinaliza para o entendimento de que o racismo fora, provavelmente, um dos subprodutos de violentas confrontações de povos que se sucederam no entorno do Mediterrâneo, Oriente Médio e Ásia Meridional por milhares de anos a partir do início do terceiro milênio antes de Cristo. Assim sendo,

A fenotipização dessa dinâmica de oposição e a sua progressiva sublimação simbólica – a migração para a esfera supraconsciente das tensões originadas em conflitos reais, que por sua vez, se converteram em potentes símbolos mitológicos e signos fantasmáticos – explicariam o caráter incompreensível do racismo (MOORE, 2007, 245).

Nessas disputas, haveria uma forte tendência à confrontação de dois modelos civilizatórios assimétricos. A saber: um modelo socioeconômico e político euro-asiático ou ‘setentrional’, fundamentado na vida nômade, proveniente de realidades com espaços pequenos e de clima gelado, com predominância do masculino; e outro mais antigo, existente no Egito (continente africano), Suméria, Elam (Oriente Médio) e a civilização de Harappa (Vale do Indo, no Sul da Ásia) – denominado de ‘meridional’ – desenvolvido dentro de um contexto de estabilidade sedentária e agrícola, pautada em normas coletivistas caracterizadas por um forte cunho feminino (DIOP *apud* MOORE, 2007, p.245). Estes confrontos teriam ocorrido no final do período Neolítico²⁸, por conta da última era glacial, que teria obrigado o deslocamento dos povos “euro-asiáticos-semitas leucodérmicos” para as terras do sul do planeta, as quais estariam em posse de povos de pele preta, de acordo com estudos científicos²⁹ (*Idem, Ibidem*).

Desse modo, fundamentado em YVANOFF (2005); ISAAC (2004); LEWIS (1982); MONNEYRON (2004), Moore (2007) aponta que, examinando os mitos arquetípicos dos povos euro-semitas da Europa e do Oriente Médio, a hostilidade e o medo da cor especificamente negra é um fenômeno quase que universal. Este se encontra nos mitos e nas culturas de praticamente todos os povos não-negros, resultante da ocorrência desses graves conflitos entre povos melanodérmicos e leucodérmicos nestas regiões, em épocas remotas. Para ele, não haveria outra explicação válida para a ocorrência, em várias partes do mundo, da repulsa e do medo que a cor negra causa: *‘luto, tenebroso, maléfico, perigoso, diabólico, pecado, sujo, bestial, primitivo, inculto, canibal, má sorte’* (*Idem, Ibidem, p. 50*). Esta quase onipresença da repulsa e medo só reafirmaria a tese da presença antiga dos povos melanodérmicos em todas as regiões citadas acima.

²⁸ O **Neolítico**, também chamado de **Idade da Pedra Polida** (por causa de alguns instrumentos, feitos de pedra lascada e pedra polida), é o período da Pré-História que começa em 8000 a.C.. Durante este período surge a agricultura, e a fixação resultante do cultivo da terra e domesticação de animais para o trabalho; provoca o sedentarismo (moradia fixa em aldeias). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Neol%C3%ADtico>>.

²⁹ Segundo o autor supracitado, ver: CAVALLI-SFORZA, Lucas & CAVALLI-SFORZA, Francesco. *Quem somos? História da diversidade humana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. / OLSON, Steve. *A história da Humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Diante disso, Moore (2007) pensa que toda a problemática da gênese histórica do racismo deve ser reanalisada, pois, segundo ele:

[...] Não vemos como desvincular a realidade contemporânea, dominada por uma visão negrofóbica em escala mundial, de uma realidade semelhante evidenciada nos mitos e nos textos mais antigos dos povos euro-semitas da Europa, do Oriente Médio e da Ásia Meridional, incluindo a própria *Bíblia*, de origem judaica, os textos védicos (particularmente o *Rig-Veda*), os textos fundadores do Zoroastrismo persa (*Zend Avestra*) e, finalmente, o *Alcorão* (*Idem, Ibidem*, p. 50).

Para melhor elucidar, ele cita como exemplo o *Rig-Veda* (*livro sagrado do Hinduísmo, composto entre 1000 e 500 a.C*), em que se encontram relatos épicos da invasão da Índia pelas tribos arianas e a consequente destruição da civilização harappana (melanodérmica) do Vale do Indo (Mohenjo-Daro, Chanhudaro, Harappa), há cerca de 1.500 a.C (*Ibidem*, p.51). As descrições das populações negras estão presentes em duas dimensões: conflito e malefício. Para o autor, esta obra religiosa ajuda a comprovar a existência de um proto-racismo na Antiguidade. Nela, já estariam contidas passagens que relatam a existência de conflitos entre os povos leucodérmicos invasores, que vieram do sul do Irã e da Ásia Central (citados como *árias*, ‘gente da pele nobre’) e seus oponentes, dravidianos, denominados como *dasyu* (denominação coletiva para ‘negros’) ou *anasha* (‘gente do nariz chato’). Ademais, referem-se ao Indra, possível líder dos invasores arianos, posteriormente, transformado em semi-Deus, por ter liderado o levante contra os povos conhecidos como *dasyu*.

2. SOBRE A PLURIGENÉTICA DO RACISMO E A LINHA DE LIGAÇÃO COM OS PROTO-RACISMOS DA ANTIGUIDADE

De acordo com este quadro, tem-se que o racismo não deve ter surgido num só lugar geográfico e cultural e nem num momento específico único, a partir do que se teria alastrado para outras sociedades. Fatos históricos e evidências apontam, pelo contrário, que o racismo teria eclodido em vários pontos do planeta, em diferentes momentos e em diversas culturas que não estavam conectadas entre si. Os violentos embates relatados no *Rig-Veda* e suas consequentes “fenotipizações” e “simbolizações” não foram algo exclusivo do contexto antigo da Índia. Ocorreram em todo o Oriente Médio, Ásia e na Europa Meridional. Estes conflitos aconteceram com certas similaridades, por exemplo, com povos como Jônios, Dórios e Aqueus: ancestrais dos gregos e romanos, para os quais voltaremos nossa atenção agora (MOORE, 2007).

2.1. O proto-racismo no período greco-romano:

O período Greco-Romano, compreendido entre os séculos VIII a. C e V d.C, teve a escravidão como principal e dominante modo de produção. A viabilidade desta se dava através da xenofobia como o princípio balizador na dinâmica das relações sociais, alicerçando a distinção dos seres humanos entre civilizados e bárbaros, superiores e inferiores, ‘aqueles que nascem para serem livres’ e ‘aqueles que nascessem para serem escravos’, viabilizando o modo de produção existente (MOORE, 2007). No entanto, Vidal-Naquet (1989), citado por Moore (2007, p. 64), afirma que a antiga escravidão na Grécia era ‘nacional’, pois foram os povos reconhecidamente gregos que foram, inicialmente, reduzidos à escravidão, visto que esta não parecia ligada ao conceito de mercadoria e ao estatuto do bárbaro. O vínculo entre escravidão/bárbaros se consolidaria a partir, segundo este autor, do contexto das Guerras Médicas contra os persas, ocasião em que o vocábulo ‘bárbaro’ passou a ser ressignificado como ‘não-grego’, numa relação assimétrica.

De acordo com Moore (2007, p. 55), no início não havia correspondência sistemática entre esta hierarquização e uma relação de superioridade e inferioridade inata com conotação puramente racial de fato. Os escravos, de modo geral, eram brancos europeus (considerados bárbaros), enquanto o domínio greco-romano estava circunscrito ao continente europeu apenas. Entretanto, esta situação mudaria com a extensão da hegemonia helênico-romana para a África e para o Oriente Médio. A partir do contato da civilização greco-romana com o “Outro” fenotipicamente diferente e pelo fato de tornar-se um império multirracial, a visão raciológica latente dessa civilização aflorou tenazmente (*Idem, ibidem*). Segundo Moore:

[...] É possível rastrear a evolução da visão raciológica dos gregos e romanos, ao longo desse período, evidentes nos textos produzidos pelas suas elites dominantes. Isso porque, antes de entrar numa relação de conflito e dominação com o mundo africano, representado no primeiro momento pelas grandes potências que foram Egito e Cartago, tanto gregos quanto romanos formularam uma precoce visão racializada. Esta se robusteceu à medida que a influência imperial da Grécia, e depois de Roma, se estendeu pelo Oriente Médio e pela África do Norte. No que concerne às bases do pensamento helenístico e romano sobre a natureza humana, o texto da *Iliada*, de Homero, registra enigmáticas referências a lutas violentas pela posse do Mediterrâneo, entre ‘xantus’ (cor clara) e ‘melantus’ (cor preta), que supostamente se referem aos autóctones (pelasgos) e aos invasores arianos (aquéos e dórios). Com toda probabilidade, trata-se de uma simbologização (transformação em mitologias e fantasmas) de confrontações reais entre povos europeus autóctones e sedentários de pele negra, por uma parte, e de invasores ariano-europeus nômades provindos dum berço frio euro-asiático. (Moore, *Ibidem*, p. 56)

Com efeito, elementos como a natureza e a inteligência humana foram abertamente definidos de acordo com critérios baseados no fenótipo. Fundamentado em Evans (1969), Moore informa:

A Fisiognomica, de Aristóteles [...] é racialmente determinista, fixando qualidades e defeitos morais do ser humano segundo critérios baseados puramente no fenótipo. Entre esses, ‘a cor demasiado negra é a marca dos covardes’, enquanto ‘a cor rosada naturalmente enuncia as boas disposições’. Nesse contexto, a designação genérica dos africanos como *etiop* (‘cara queimada’) não pode ser esquecida. (*Idem, Ibidem, loc. cit.*)

Ademais, foi primeiramente no período greco-romano que ocorreu o raciocínio pretensamente científico baseado no conceito de fenótipo racial. Apoiado em Loveday & Forster (1913), Moore (2007, p. 57) relata que a Fisiognomia foi o nome dado ao procedimento que se baseava na ideia de que uma observação da anatomia e do fenótipo conjugados daria uma visão da personalidade humana. Por conseguinte, segundo nos diz este autor, as características fenotípicas de alguns povos africanos com que os *fisiognomistas* tinham contato (egípcios, núbios e etíopes) foram frequentemente catalogadas de maneira negativa à medida que se desenvolvia essa suposta instrução ‘científica’.

Mas, será que houve relação direta entre a percepção dos caracteres fenotípicos e a estrutura das relações sociais e do modo de produção escravista greco-romano? Conforme Moore (2007, p.65), apoiado em Hartog (2004), o par dicotômico grego-bárbaro representaria, inicialmente, a visão política sobre o mundo, do ponto de vista grego. Esta clivagem sociopolítica, a qual só fazia sentido para os helênicos, referir-se-ia àqueles que conheciam a *polis* (os gregos que seriam livres e políticos) e aos que viviam submetidos aos reis (bárbaros submissos e dependentes da realeza). Desta forma, “*os bárbaros são virtualmente escravos, seus próprios modos de vida admitem uma servidão da qual são ‘incapazes’ de se desfazer, malgrado sua reconhecida reputação intelectual. Nesse sentido, por mais sábios que fossem os egípcios, eles seriam ‘politicamente’ inferiores*” (*Idem, Ibidem, p. 67*).

Isaac (2004) e Hartog (2004) *apud* Moore (2007, p. 69) argumentam que a relação escravidão-bárbaros-inferioridade tende a ser justificada pelo tripé clima onde se vive / traços físicos / caráter dos indivíduos. Isso pode ser observado, segundo Hartog *apud* Moore (*Ibidem, loc. cit.*), na tentativa de Aristóteles em recorrer às relações entre o meio ambiente e as características morais e físicas como fator explicativo da superioridade helênica. No dizer de Moore (2007), as ideias daquele filósofo tendem a demonstrar claramente a conexão entre imperialismo e o proto-racismo no pensamento grego. Vejamos abaixo:

As nações situadas nas regiões frias – e, particularmente, as europeias – são cheias de coragem, mas têm falta, sobretudo, de inteligência e habilidade técnica; é por isso que, vivendo em nações relativamente livres, são incapazes para organização política e impotentes para exercer a supremacia sobre seus vizinhos. Ao contrário, as nações asiáticas são inteligentes e de espírito inventivo, mas não têm nenhuma coragem – e é por isso que vivem numa sujeição e escravidão contínuas. Mas a raça dos gregos, que ocupa uma posição geográfica intermediária (meseíei), participa de maneira semelhante das qualidades dos dois grupos de nações, pois é corajosa e inteligente – e essa é a razão pela qual leva uma existência livre sob excelentes instituições políticas, sendo mesmo capaz de governar o mundo inteiro, sem lograr ter uma única constituição (Aristóteles extraído de HARTOG, 2004, p. 118 apud MOORE, 2007, p. 69).

Sendo assim, Aristóteles estabelece uma relação de poder, na qual os gregos poderiam dominar o mundo, por conta das características climáticas do seu ambiente e das qualidades morais derivadas daí. Isto posto, a hegemonia grega não seria um resultado da vontade dos homens (do fazer política), mas sim um dado imposto pela própria natureza, através da forte influência nos atributos físicos e morais. Desta forma, o determinismo geográfico é uma peça-chave para a consolidação do pensamento sobre o estatuto negativo do estrangeiro e, por sequência, da natureza escrava. A defesa política da escravidão dirigida a ‘bárbaros’ (estrangeiros) e não a gregos, estaria, com isto, fundamentada pelo filósofo grego (MOORE, 2007).

Igualmente, o determinismo biológico também cumpre um papel não trivial nesse contexto. Observando-se a questão das características físicas atreladas aos atributos morais, trazendo-se à tona a racialização do pensamento grego, como observamos anteriormente através da *Fisiognomia*, não é difícil considerar a existência de uma lógica de manutenção do poderio helênico através da descendência e linhagem do “sangue grego”. Isto está tacitamente expresso na citação anterior, quando Aristóteles indica que ‘a raça dos gregos’, e somente ela, ocupa uma posição privilegiada do ponto de vista geográfico, possuindo características fundamentais para uma posição de superioridade no mundo. Apoiado em Isaac (2004), Moore (*Ibidem*, p.70) informa que “[...] o problema da relação entre o *genos* [raça] e as qualidades morais de um povo é uma das pedras angulares do racismo grego”. Sem embargo, a suposição da continuidade entre qualidades físicas, mentais e morais, juntamente com o determinismo geográfico, torna-se, de fato, exequível através da ideia da hereditariedade das características adquiridas.

Paradoxalmente, Munanga (2004, p.22) informa-nos que “a mestiçagem étnica não criava problema na Grécia Antiga, pois o importante era pertencer a uma cultura. Num tal contexto, o ‘sangue’ não tem importância. Ser grego é aderir a um certo modo de

pensamento que torna o indivíduo plenamente livre, por intermédio dos conceitos forjados pela língua grega". Neste caminho, para este autor (*Ibidem, loc. cit.*), apoiado em Will, E. (1975), a mestiçagem era um fato antigo e tão presente no mundo greco-romano, que poderia ser entendida como uma estratégia política de dominação, uma vez que se buscava a fusão entre membros das classes dirigentes vencedoras e vencidas, e, no plano cultural, significava a descoberta do 'outro' (fosse ele judeu, romano ou iraniano) numa perspectiva universalista.

Dessa forma, do ponto de vista de Munanga (2004), o modelo greco-romano era fundamentalmente universalista, pois "*o essencial era a adesão a uma certa cultura, necessária para as elites, mas que não significava obrigatoriamente o abandono da cultura de seus ancestrais*" (*Idem, ibidem*, p. 24). Portanto, nesta perspectiva, tanto o modelo grego, quanto o modelo romano seriam indiferentes à noção de raça.

Diante do paradoxo apresentado, não deixamos de corroborar com o argumento trazido por Moore, tendo em vista os diversos elementos significativos da presença da noção de raça no pensamento e lógica de dominação greco-romana já citados acima. Fica nítido que esta querela tem a ver com as referências que os dois autores possuem. O ponto de vista de Munanga parece fundamentar-se na visão clássica dos estudos sobre o helenismo e o império romano, realçando aspectos da cultura e da política produzidas nestas matrizes culturais fundamentais para o que conhecemos como Ocidente hoje.

No entanto, pensamos que dentro da própria perspectiva trazida por esse autor, existem brechas que confirmam a existência da noção de raça no modelo greco-romano mais geral. Senão, vejamos: parece-nos que, no argumento de Munanga, em verdade, há uma ênfase no predomínio grego dentro dos limites do continente europeu, o que tenderia a afastar uma situação-problema que fosse de encontro ao bárbaro persa (africano e asiático), fenotipicamente mais diferente, atenuando, assim, o peso da aversão comprovada dos aspectos fenotípicos. Desta maneira, a mestiçagem poderia ser esse instrumento estratégico somente dentro de um contexto geográfico e fenotípico similar, isto é, dentro da Europa e, no máximo, numa região da Ásia onde os traços morfotípicos não eram tão diversos, por isso a citação do 'outro' iraniano feita anteriormente.

Esse modo de ver reforça a proposição de Moore, o qual afirma que o proto-racismo greco-romano originou-se a partir do contato dos povos europeus com o continente africano. Além disto, não podemos desprezar a indicação do uso da mestiçagem para o processo de dominação. Como veremos mais adiante, esta postura esteve, historicamente, marcada por uma lógica que sempre teve um entendimento deliberado sobre a ideia de raça, ao contrário de uma suposta indiferença no que se refere a esse aspecto. Tudo isto posto, a mistura para

dominar e, conseqüentemente, eliminar o ‘outro’ culturalmente e biologicamente também pode ser considerado na dinâmica greco-romana.

No final das contas, o paradoxo aparente entre Moore e Munanga mostra que o mundo greco-romano desenvolveu um proto-racismo universalista, através da mestiçagem biológica e cultural deliberadamente utilizada para dominação de populações no plano exterior. Por sua vez, no plano interior, os gregos construíram uma barreira proto-racista a partir da idéia do bárbaro e do *genos* grego, através de uma visão “fenotipocêntrica” e “protogenocêntrica”.

De todo modo, não por acaso, fica nítida a perspectiva eugênica de Platão para a manutenção da estrutura de poder e dominação helênica, como podemos observar abaixo na citação atribuída ao mesmo:

Primeiro, que os melhores homens tenham relações sexuais com as melhores mulheres tão freqüente quanto possível, enquanto o contrário deve se dar com os homens e mulheres mais inferiores; e, segundo, que se é para o nosso grupo ser o de melhor qualidade, a descendência dos primeiros deve ser criada, mas não a dos últimos. E tudo isto deve ser feito sem que seja notado por outros a não ser pelos governantes, para que nosso bando de guardiões continue tão livre da discórdia quanto possível (Platão extraído de ISAAC, 2004, p. 124 *apud* MOORE, 2007, p. 73).

Neste caminho, segundo Moore (*Ibidem*), apoiado em Isaac (2004), Aristóteles também

[...] Considera em sua Política uma legislação que pudesse regular a eugenia, expondo crianças deformadas, frutos de relações oriundas em desacordo com as regras que especifica ou, ainda, permitindo o aborto para os filhos concebidos dessas relações. Trata-se de medidas capazes de conter o desenvolvimento de uma prole ‘desnecessária’ ou que seja pura e simplesmente indesejável na sociedade, já que os caracteres físicos estariam em continuidade com a alma humana. A mesma concepção está presente nos relatos de Plutarco a respeito da eugenia imposta pelo Estado espartano, que sancionou uma lei na qual crianças deformadas ou doentes deveriam ser jogadas em uma ravina por não representarem vantagem ao Estado, isto é, sem qualquer utilidade na guerra. (Moore, *ibidem*, p. 74)

Com efeito, podemos compreender que a ideia de superioridade política e social grega, tão incensada historicamente, está, na verdade, também atrelada à ideia de pureza do *genos* (raça em grego) e à perfeição dos corpos. O proto-racismo grego foi original ao erguer os fundamentos filosóficos para a ideia da pureza racial – compartilhamento da mesma ancestralidade, do parentesco –, aliada a um modo de produção (escavidão) capaz de subjugar e exterminar o outro politicamente, *pari passu*, gerando o excedente produtivo para a sustentação de um grupo racial hegemônico. A *República* de Platão e a *Política* de Aristóteles

são, em grande medida, reflexões sobre como barreiras entre o grego e o bárbaro (o ‘Outro’ fenotipizado) podem ser erguidas com critérios raciais (MOORE, 2007).

2.2. O proto-racismo no mundo árabe

De acordo com Moore (2007, p. 83), através de farta documentação (textos sagrados, instituições, comportamentos sociais e práticas sexuais), o historiador Bernard Lewis³⁰ foi o responsável pela ampliação do espaço geo-histórico do racismo, ao incluir neste os países do Islã, desfazendo, assim, o monopólio ocidental deste fenômeno. Lewis também preencheu a grande lacuna que havia no entendimento sobre a instituição da escravatura no mundo árabe, já que a documentação e os registros para um estudo sobre a escravidão árabe-islâmica eram bastante escassos, visto a completa relutância dos estudiosos árabes em pesquisar este aspecto no passado, por conta das relações políticas entre os árabes com a África Subsaariana, afinal de contas a escravização dos negros africanos sempre fora considerada um passivo europeu (*Idem, Ibidem*).

A falta quase total de fontes entre o fim do século I e o século VII, período anterior ao processo de islamização no mundo árabe, faz com que a dinâmica racial instituída neste contexto seja delineada no tempo a partir do século VII ao XIV. Foi nessa época que se deu o declínio da escravidão multirracial, consolidando-se e expandindo-se a escravidão propriamente racial com a exploração exclusiva de mão-de-obra africana escravizada (MOORE, 2007; M’BOKOLO, 2009). Neste sentido, M’Bokolo (2009) é taxativo:

Se o tráfico e a escravatura pré-islâmicos se mantiveram, até onde se pode saber, marginais em relação ao continente africano, as coisas mudaram bruscamente com a instauração do Islã, e mais precisamente, com a criação do califado, quando da morte do profeta Muhammad, e com a expansão militar e religiosa dos árabes e da nova religião [...] A escravatura tornou-se cada vez mais, com o tempo, a condição específica e exclusiva dos africanos negros. Homens ou mulheres, os escravos brancos eram destinados a tarefas exigindo certas qualificações e susceptíveis de elevar aqueles que a elas se entregavam. Assim, por exemplo, a profissão de cantora manteve-se, se tal se pode dizer, o privilégio das ‘escravas cantoras’ (*kayna*, pl. *.kian* ou *kaynat*). Ora, de acordo com os critérios mais espalhados a *Kayna* ideal era cantora berbere que, recrutada com idade de nove anos, tinha passado três anos nas céleres escolas de Medina, três em Meca e nove anos em Bagdá. Aos africanos foram pelo contrário confiadas as tarefas que o tempo contribuiu para desvalorizar: eunucos, escravos de plantações etc. (M’BOKOLO, 2009, p. 215).

³⁰ Ver: Lewis, Bernard. *Race et couleur en pays d’Islam*. Paris: Payot, 1982.

Lewis, Bernard. *Race and Slavery in the Middle East: an historical enquiry*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

A relação entre a expansão da nova religião e a expansão militar foi decisiva para o desenvolvimento da tecnologia do tráfico e da escravatura dos negros africanos. Produziram-se escravos de maneira maciça, sendo a escravidão legitimada pela “guerra santa” (*jihad*), em que qualquer infiel poderia tornar-se escravo. Além disso, o *jizya* (imposto, tributo) era, cada vez mais, cobrado em escravos pelos governos muçulmanos. Para tal empreitada, três eixos do comércio de africanos foram desenvolvidos para abastecer o mundo árabe-muçulmano em escravos, a saber: Saara, Mar Vermelho e Líbia-Egito. A utilização dos escravos africanos no mundo muçulmano, no geral, deu-se em três vias: trabalhos domésticos, serviços das armas e o trabalho, principalmente, agrícola (*Idem, Ibidem; CUNHA, 2004*).

No tocante a possíveis influências dos árabe-muçulmanos no modo de organização da escravidão de africanos, Moore (2007) nos informa que os Estados escravistas do Império Bizantino e Persa foram as principais referências nos métodos e práticas adotados por aqueles. Neste sentido, ele expõe um argumento de Paul Lovejoy, que pensamos ser pertinente.

Nos séculos VIII, IX, X, o mundo islâmico tinha se tornado o herdeiro dessa longa tradição de escravidão, continuando o padrão de incorporar escravos negros da África às sociedades ao norte do Saara e ao longo do Oceano Índico. Os Estados muçulmanos desse período interpretavam a antiga tradição escravista de acordo com a sua nova religião, mas muitos dos usos dados aos escravos eram os mesmos de anteriormente – eles eram utilizados nos serviços militar, administrativo e doméstico. As designações, os tratamentos das concubinas e outras características da escravidão foram modificados, mas a função dos cativos na política e na sociedade era em grande parte a mesma [...] durante mais de setecentos anos antes de 1450, o mundo islâmico era praticamente o único eixo de influência na economia política da África, consolidando-se, pois, o processo de escravidão (LOVEJOY, 2002, p. 47 *apud* MOORE, 2007, p. 86).

De forma geral, existem duas compreensões sobre a percepção do mundo árabe-islâmico, em relação aos negros. A primeira descreve o mundo islâmico como uma sociedade igualitária no plano social, desprovida de qualquer discriminação racial (percepção positiva). A outra revela a existência de um quadro de discriminação social, divisão de papéis, fantasmas sexuais, com que há uma identificação inconsciente positiva com o que é claro e negativa com o que é mais escuro (percepção negativa) (MOORE, 2007; M’BOKOLO, 2009).

Moore, quando analisa uma das obras mais representativas do mundo árabe, não titubeia ao indicar o seu ponto de vista:

De fato, nos contos das *Mil e Uma Noites*, os negros aparecem freqüentemente nas funções subalternas de carregadores, empregados domésticos, escravizados, cozinheiros, responsáveis pelos banhos, raramente ascendendo socialmente. Isso é bem ilustrado pela história de um bom escravizado negro que, após uma vida de fé e

virtude, foi recompensado depois da morte ao tornar-se branco (MOORE, 2007, p. 84).

Entretanto, M'Bokolo é mais comedido ao tratar da problemática da relação racismo e escravidão no contexto árabe. Para o mesmo,

Apesar dos trabalhos pioneiros, tudo ou quase está ainda por fazer e a impressão do conjunto é que todas as atitudes possíveis se encontram no mundo árabe desta época [...] Se a relação entre a escravatura e racismo está em certa medida estabelecida, continua a ser difícil destrinchar o conjunto dos raciocínios nos quais assentam o racismo e o seu contrário, a evolução destes sentimentos através dos períodos significativos da história do mundo muçulmano e as suas variações em função das regiões e dos grupos sociais [...] Mas, enquanto não tivermos uma autêntica história das mentalidades, é impossível dizer qual das duas percepções era dominante, ou em que momento, em que país ou em que grupo. A tradição associada à desvalorização dos negros já estava bem formada no século X (M'Bokolo, 2009, p. 233-234).

Apesar disso, consideramos a afirmação da existência e predominância do racismo na dinâmica das relações sociais no contexto árabe-muçulmano pelos elementos já expostos acima e, inclusive, trazidos pelo referido autor. A exclusividade da escravidão de negros-africanos já reverbera tal fato. Conquanto o próprio M'Bokolo (2009, p. 233) dizer: “[...] *a prática do tráfico e da escravatura imprimiu, aqui como alhures, de maneira decisiva a sua marca sobre as mentalidades, designando às vítimas o lugar mais baixo na escala social e características infamantes.* Por outro lado, não podemos deixar de afirmar que a prática do tráfico e da escravidão, antes de se concretizar, necessita de uma construção mental e justificativa moral anterior que possibilitem a legitimação do ato de subjugar o outro (a idéia de uma tal inferioridade do africano permitiria a sua escravidão).

Com efeito, segundo Moore (2007), baseado em Lewis (1982), a naturalização da escravidão negra encontra seu fundamento na lenda muçulmana que diz que ‘Ham’, filho de Noé e ancestral dos negros, fora condenado a ser negro por causa do seu pecado e, portanto, a maldição de ser negro e escravizado seria transmitida a todos os descendentes. Só que, segundo estes autores, a origem da maldição de Ham é bíblica e rabínica (Gênesis IX-1-27). Na versão judaica, a maldição fala de escravidão, sem referir-se à cor da pele. Além do mais, lança-se sobre Canaã, o mais jovem filho de Cam, e não sobre seus outros filhos, entre os quais Kush, presumido ancestral dos negros. Logo, os escravizados dos Israelitas seriam os cananitas, descendentes próximos de Canaã. Este seria um exemplo de como mitos religiosos podem ser usados ideologicamente.

Esse suporte de cunho ideológico-religioso teve seu correspondente numa perspectiva científica da época, através da tradução para o árabe das mais importantes obras dos

pensadores e cientistas gregos e romanos, a partir do século VII. Aqui, encontramos, concretamente, a linha de conexão entre duas matrizes civilizatórias (o mundo greco-romano e o mundo árabe-muçulmano), que engendraram na antiguidade os fundamentos do racismo moderno e contemporâneo. Entre esses pensadores, podemos destacar o médico grego Cláudio Galeno (129-200), o qual, através da medicina romana, deu bases para a expansão do Império Árabe, a escravização negra e a consolidação do racismo nesse contexto. Segundo os postulados desse grego, o corpo humano expressaria quatro ‘humores’ determinantes da essência não somente dos indivíduos, mas, sobretudo, das raças. Seus ensinamentos foram reproduzidos com certas alterações por pensadores árabes, tornando-se importantes para a construção da supremacia racial árabe (*Idem, Ibidem*). Neste caminho, Moore exemplifica a forma como ocorria esta apropriação.

Al-Masudi (falecido em 956), ao discorrer sobre os negros, de forma geral, cita os dez atributos que Galeno conferiu especificamente a eles: ‘cabelos crespos, sobrancelhas pouco abundantes, narinas largas, lábios grossos, dentes pontudos, cheiro da pele forte, olhos pretos, rachas nas mãos e nos pés, desenvolvimentos das partes genitais e uma petulância excessiva, resultado, na concepção de Galeno, da forma imperfeita do cérebro, que explica também a fraqueza de inteligência’ [...] No século X, Al-Masudi explicava a fraqueza da inteligência do negro pela ‘organização imperfeita de seu cérebro’ [também] (Al-Masudi extraído de LEWIS, 1992, p. 52 *apud* MOORE, 2007, p. 52)

Um dos interessantes modos de observar as dinâmicas raciais no contexto árabe-muçulmano é recorrer às produções poéticas e anedotas que ilustram a inferioridade atribuída aos negros. Moore, em sua obra, na qual nos baseamos, faz um ótimo apanhado de exemplos que reafirmam este ponto de vista. Para isso, lança mão do potente trabalho de Lewis (1982), como dito anteriormente. Estes registros trazem, no geral, tanto uma ideia da depreciação dos africanos, quanto uma “valorização” dos mesmos, só que os esforços para atribuição de valores positivos aos negros possuíam, paradoxalmente, pressupostos negativos e equivocados.

Inicialmente, um primeiro eixo de análise se volta para os próprios poetas árabes negros do período pré-islâmico (clássico) ou do início do Islã. Os mesmos eram normalmente conhecidos como os corvos dos Árabes (*aghribat al-Árab*). Nesse sentido, a cor da pele constituía-se em uma fonte de marca e sofrimento, algo perceptível em diversos poemas e relatos que indicam a existência de insultos, discriminação e autodepreciação, o que demonstrava também que esses poetas árabe-muçulmanos negros tinham noção de que este estatuto de inferioridade se devia a sua ascendência africana (MOORE, 2007, baseado em LEWIS, 1982).

Segundo Moore (*Ibidem*), apoiado em Lewis (1982), a literatura árabe clássica (na Arábia pré-islâmica) também se constitui numa fonte muito interessante. Nela, podemos observar textos favoráveis aos Zanj (negros da África Oriental) e críticos aos detratores desses. Tal contexto tende a significar, por outro lado, a existência de discriminação contra os povos africanos já no período anterior ao Império Árabe-muçulmano. De todo modo, nesses textos, segundo os referidos autores, existe, normalmente, a refutação das acusações geralmente feitas aos negros e buscam-se as qualidades e sucessos dos mesmos. De acordo com Lewis (*Ibidem*) *apud* Moore (*Ibidem*),

[Nestes textos] encontra-se o mesmo esquema diretor: discussão das origens dos negros, as razões de sua cor e a rejeição dos mitos que lhes são hostis. Colocam no primeiro plano as qualidades positivas dos negros e chamam a atenção para o fato de que o negro é uma qualidade para certas plantas, certas rochas ou certos animais. Eles insistem na idéia de que os brancos não podem pretender uma superioridade baseada em sua cor, porém merecê-la por sua piedade e boas ações. (LEWIS, *ibidem*; *apud* MOORE, *Ibidem*, p. 92)

Jahiz de Basra (776-869), um importante autor árabe, combatia a correspondência entre o negro e a feiura e insistia na ideia de que o negro era belo na natureza, no reino animal e entre os homens. Em seu ensaio, falava dos Zanj da seguinte forma: “*Eles são fortes, corajosos, alegres e generosos, não como são apresentados, pelo fato da fraqueza de sua inteligência, de sua indiferença às conseqüências de seus atos*” (Lewis, *Ibidem apud* Moore, *Ibidem*, p.91). Como é observável, há uma contradição bastante clara nesta fala. Ao mesmo tempo em que ele elogia os africanos, acusa-os de ignorantes e estúpidos, demonstrando os limites da valorização feita, em que a inteligência estava ao largo das demais características positivas.

Cunha (2004) afirma que as nuances de cor desempenhariam um papel regulador nas relações entre brancos e negros no mundo árabe-muçulmano, através de contatos sexuais, codificados num sistema complexo de dominação escravista, com um conjunto de mitos, tabus, fobias e preconceitos contra os africanos escravizados. Neste caso, segundo Moore (1995),³¹ trazido por Cunha (2004):

O código ético mediante o qual os árabes regularam as relações entre brancos e negros já havia sido elaborado no século VII d.c., designando claramente os delineamentos social, político e o papel sexual atribuídos para brancos e negros em um ambiente de manifesta desigualdade. Os dominadores (árabes) monopolizaram o poder político, religioso e social e ofereciam ‘proteção’ as populações

³¹ Ver a obra: MOORE, Carlos. Afro-Cubans and the Communist Revolution, In.: Carlos Moore (org), *African Presence in the Americas*. Trenton: African World Press, 1995.

subalternizadas. Por sua vez, estes últimos deviam obediência a cosmovisão árabe (Islã), lealdade absoluta como soldados e fanáticos nas conquistas imperialistas da expansão islâmica. (MOORE, *apud* CUNHA, 2004, p. 41)

A partir disto, o modelo racial árabe-muçulmano teve condições de assegurar sua continuidade através de uma política de miscigenação racial, a qual foi fundamental no processo de ampliação do Império Árabe e para o processo de islamização na África (*Ibidem*), visto que

[...] a ‘mulatização’ se constituiu em um processo de transição da escravidão à liberdade e o reconhecimento social num ambiente que era decididamente anti-negro. A conversão religiosa e adoção dos modos árabes, da língua, e dos preconceitos árabes foram o corolário da ‘mulatização’, ou o processo pelo qual os negros se viam integrados na sociedade árabe, porém não mais como negros, mas como árabes. A integração e a ‘mulatização’ unilateral (homem árabe/ mulher africana) eram inseparáveis neste processo de mobilidade social vertical para população *abd* [escrava]. Daí, o caráter “ameno” das relações entre brancos e negros nesses lugares (*Idem, Ibidem, loc. cit.*)

De acordo com Moore *apud* Cunha (2004), a mestiçagem (ou mulatização) para os árabes significou um ‘sistema de cooptação do mulato’ para o grupo dominante, que evoluiu através dos séculos nas sociedades árabes, convertendo-se numa necessidade racial, simplesmente, porque os brancos árabes não podiam excluir o mestiço com base na cor sem se auto-excluir. Guardadas as devidas proporções, o sistema de cooptação do mestiço também fora vivido pelo mundo greco-romano com suas dinâmicas de conquistas na Europa e África (MUNANGA, 2004), como também tornou-se uma das principais problemáticas nos países da América, colonizados por Espanha e Portugal. Qualquer semelhança com o modelo racial brasileiro não é mera coincidência.

A prática socioeconômica e a justificativa jurídico-religiosa da escravidão racial foram iniciadas no mundo árabe-muçulmano do século IX, sob o Califado Abássida, no sul do Iraque. O conjunto de ideias e práticas sobre a escravidão racial com base nas características supostamente inferiores existentes nos traços fenotípicos foi transferido para a Península Ibérica pelo Império Árabe-muçulmano (período Omayade), como produto da conquista e ocupação secular (711-1492) dos árabes naquele território. Isso quer dizer que “(...) *as teorias raciais que iriam irrigar as consciências da Península Ibérica, uma das conseqüências da implantação do Império Árabe nesta porção da Europa meridional, surgiram no Oriente Médio*” (MOORE, 2007, p.95-96).

2.3. Características e dinâmicas do racismo

Diante das passagens apresentadas acima, Moore (*ibidem*) pensa que é possível inferir como as características fenotípicas (traços e feições, cor da pele, textura dos cabelos, forma do nariz) desempenharam, historicamente, um papel-chave na demarcação de oposições na dinâmica dos conflitos que surgiram “na Antiguidade, em uma época caracterizada por grandes ondas migratórias, invasões de territórios e distúrbios nas civilizações assentadas no Mediterrâneo, no norte da África, no Oriente Médio e no sul da Ásia” (MOORE, 2007, p. 258). De acordo com esse autor, os modelos de relações raciais contemporâneos tendem a ser provenientes destes proto-racismos, os quais foram estendidos, a partir de novas invasões e conquistas, para outras regiões do mundo ao longo da História.

Essa dificuldade da própria Humanidade em perceber a natureza do racismo e suas implicações estariam intimamente ligadas ao que Moore entende como “simbologização”, a saber, como “*representação imaginada que emerge de uma reformulação distorcida dos próprios símbolos*” (MOORE, 2007, p. 244) (transformando-os em mitologias e fantasmas), em que um novo imaginário coletivo é constituído, passando a ter uma vida autônoma e tornando-se uma “*nova realidade que não é reconhecida pelo ser humano como sendo de sua própria autoria*” (*ibidem, loc.cit.*).

O homem cria representações simbólicas que reconhece, mas também representações simbólicas que lhe escapam após tê-las concebido. Trata-se de formas de consciência determinadas historicamente e, conseqüentemente, desprovidas de sua própria memória. Desse modo, têm a capacidade de subjugar, individual ou coletivamente, o próprio sujeito que as criou. Ao longo da história humana, os processos de simbologização, que implicam, sempre, uma ‘perda da memória autoral’, têm dado origem a diversos mitos fundadores de crenças, cosmogonias e religiões. A religião, os mitos cosmogônicos, o sexismo, o anti-semitismo, o racismo, e a homofobia são exemplos característicos de irredutíveis formas de consciência determinadas pela história. De todas elas, o racismo aparece nitidamente como a forma de consciência mais violenta e abrangente, porquanto ele implica uma vontade e intenção de extermínio do Outro Total. (MOORE, 2007, p. 244).

Como fenômeno potente que é, o racismo tem uma enorme capacidade de secretar as suas lógicas. Muitas vezes relativizado, subestimado e visto apenas pelos seus efeitos mais perceptíveis, comuns e individuais (como um problema de relações interpessoais, de valores morais ou religiosos e como um simples preconceito), ele conserva em si uma complexidade enorme, tal qual sua influência ao longo da história da humanidade, como pudemos sucintamente descrever. Por isso, lançamos mão do fundamental marco paradigmático trazido

por Moore (2007) e Cunha (2004) para tentar enfatizar o papel estruturante do racismo, que, juntamente com outros fenômenos sociais (sexismo, machismo, homofobia, capitalismo), engendram desigualdades e malefícios de toda ordem à Humanidade.

Nesse sentido, do ponto de vista de Moore, o entendimento do racismo ao longo da história depende “*da possibilidade que temos de captar suas dinâmicas cambiantes e adaptativas, como forma de consciência e catalogá-las em marcos conceituais suficientemente flexíveis e amplos, para poder traduzir a sua concretude*” (MOORE, 2007, p. 247). Dessa forma, dentro da perspectiva “diferencialista” proposta por ele, primeiramente três premissas podem ser postuladas sobre o caráter complexo do racismo, a saber:

- (i) o caráter metamórfico - o racismo é necessariamente plural; existem racismos;
- (ii) a temporalidade - o racismo não é um fenômeno historicamente recente, tendo sido gerado muito antes da escravidão nas Américas;
- (iii) a espacialidade - o racismo não é uma construção ideológica específica e exclusiva das sociedades européias (MOORE apud CUNHA, 2004, p.43)

Partindo disso, podemos vislumbrar, de acordo com esse autor, que, de modo geral, é possível identificar três dinâmicas convergentes e interdependentes dentro do fenômeno do racismo. A “**fenotipização**” de diferenças civilizatórias e culturais, através da organização da sociedade numa ordem sistêmica, tendo como critério central o fenótipo, com o fim de “[...] *exercer uma gestão monopolista dos recursos globais, de modo a excluir o grupo dominado e subalternizado*” (MOORE, 2007, p.248). Numa tal ordem social, a miscigenação torna-se um recurso politicamente deliberado como forma de dominação, produzindo uma realidade “pigmentocrática”. Assim como, são sociedades tipicamente patriarcais, marcadas por relações paternalistas, consubstanciando um contexto também sexista, androcêntrico e machista. Ademais, o sentido do econômico muitas vezes, nestes territórios, é compreendido nos limites do patrimonialismo (*idem, ibidem*).

De acordo com o referido autor, o entrelaçamento das relações clientelistas e paternalistas, mais o modo patrimonialista no pensar e cuidar do que é público num contexto sociorracial pigmentocrático produz uma realidade calcada em elementos como “[...] *o imobilismo social, o obscurantismo cultural, o conservadorismo e o desmoração ético e moral*” (MOORE, 2007, p.55). Ou seja, um estado de iniquidades, miséria para grande parte da população, subdesenvolvimento crônico da sociedade e uma ignorância perpétua para as elites dominantes. Segundo Moore (2007), essa é a realidade historicamente presente em lugares como a Índia, Oriente Médio, Europa Mediterrânea e na América Latina.

A segunda dinâmica do racismo seria a “**simbologização**” da ordem “fenotipizada”;

através da transferência do conflito concreto para a esfera do mitológico e fantasmático, mascarando uma consciência grupal de rejeição ao outro fenotipizado com a demonização das características fenotípicas e culturais deste, para a exaltação das características do segmento populacional dominador (MOORE, 2007). De acordo com Moore (*ibidem*), é a dinâmica de simbologização que torna o racismo um fenômeno que a Humanidade tem enorme dificuldade de compreender, em virtude da capacidade de distorção dos processos simbólicos, que implicam na ‘perda da memória autoral’ do próprio ser humano.

Segundo o supracitado autor, essa ‘perda de memória autoral’ não seria algo inexplicável. Ela aconteceria porque os objetos dos processos de simbologização dizem respeito normalmente a elementos que colocam “*em risco toda a ordem simbólica sobre a qual repousa a sociedade [...] [visto que] O ser humano, ser racional dotado de consciência, encontrou um meio para fugir dos problemas além da sua compreensão: a fuga para o âmbito extra-racional, por meio da sacralização, da ‘tabuização’ ou da ‘pecamização’*” (*ibidem*, p.249).

Nesse caminho, a simbologização também pode ser entendida como um mecanismo através do qual parcelas da humanidade têm reelaborado, de modo apaziguante e harmonioso, “*grandes momentos [...] de conflitos exterminatórios [sic] e os de angústias existenciais insuportáveis, geradoras de medo intenso, transformando-os em mitos eminentemente narcísicos*” (*ibidem*, *loc.cit.*). Dos processos de “simboligização”, teriam sido criadas quatro grandes linhas “simbólicas” na história da Humanidade, a saber: a consciência espiritual-religiosa, a consciência úterofóbica-misogênica (sexismo), a consciência negrofóbica (racismo) e a consciência homofóbica (MOORE, 2007).

Por fim, como terceira dinâmica, **o estabelecimento de uma ordem social baseada numa hierarquia raciológica** com “*a subordinação política e socioeconômica permanente do mundo populacional conquistado*” (MOORE, *Ibidem*, p.247), através da **elaboração de estruturas intelectuais normativas (ideologias)**.

Para o racismo estruturar relações sociais de superioridade de um grupo diante do outro racial (fenotipizado), através de um contexto implacável de hegemonia quase total no plano econômico, político e psicocultural; sem, contudo, o grupo subalternizado reivindicar a partilha do poder sistematicamente. É preciso construir “*toda uma ordem filosófico-moral sustentadora desses privilégios: a ideologia*” (MOORE, 2007, p. 255).

No ponto de vista do autor referido, são através do espaço ideológico que se organizam as diversas formas que operacionalizam o racismo no cotidiano através das dimensões econômicas, políticas e psicoculturais. Na maioria das vezes, as ideologias de

sustentação do racismo viabilizam um ‘Pacto Social’, através da criação de um ambiente social de intimidade orgânico entre o grupo racial hegemônico e o próprio segmento racial dominado. Isto porque, a dinâmica geral do racismo permite que a mesma secrete suas próprias ideologias. Deste modo, esta dinâmica contribui significativamente para a existência de uma sociedade multirracial fundamentada na hegemonia sociorracial de um determinado grupo.

De acordo com a afirmação do autor, é comum a confusão entre o racismo e suas próprias ideologias, pois estes chegam a ser tão importantes quanto o mesmo. Uma vez que as ideologias racistas terminam sendo a noção mais próxima da complexidade do entendimento sobre o racismo, justamente porque denota um conjunto de idéias deliberadamente racional que organizam uma visão de mundo. No entanto, a partir do ponto de vista de Moore, o racismo se configura como uma ‘metaconsciência’ histórica, por conta da sua dinâmica simbólica e resiliência, os quais permitem que ela forme ou contribua para a construção do mundo racional-consciente. Neste caminho, ele considera inclusive que o racismo pode construir instrumentos ideológicos que podem parecer anti-racistas.

As ideologias racistas são abrangentes na medida em que o racismo também é abrangente; na vida cotidiana, ele não aparece mais como um corpo estrangeiro, identificável, chegando a ser fácil negar a sua existência. No seu ponto mais alto de sucesso evolutivo, o racismo, como forma de consciência grupal, não parece mais como racismo e, até mesmo, se nega como tal. É essa característica de poder se ‘negar a si mesmo’ que lhe confere tal plasticidade e resistência aos esforços de mudança (MOORE, 2007, p. 256).

Sem impedimento, podemos sinalizar que em contextos como Brasil, uma nova agenda do desenvolvimento deve levar em consideração essas três dinâmicas, pois expressam modos de articulação do racismo com uma estrutura social marcada por desigualdades, concentração de renda e uma dificuldade das populações marginalizadas em construir ou participarem de espaços públicos para debaterem problemas e reivindicações coletivas.

Nesse sentido, pensar uma tal idéia de dimensão racial possibilitaria identificar nuances e lógicas do racismo nos territórios e por conseguinte ensejar uma gama de ações voltadas ao combate deste fenômeno e seus efeitos e o desmonte da ordem hierárquica racializada, através de práticas socioeducacionais e socioculturais de fortalecimento da pluralidade étnico-racial e da diferença como valores importante para a democracia e a prática política.

2.4. Racismo como consciência histórica

Como dito anteriormente, é muito comum se compreender o racismo como uma ideologia, ou doutrina. De acordo com Cunha (2004), particularmente, a dificuldade de boa parte da intelectualidade brasileira em tratar do racismo como uma categoria analítica advém dessa limitação epistemológica quando se busca estabelecer a sua definição.

Cunha (2004) coloca que, diante da complexidade do fenômeno e sua capacidade de transformação e adaptação observáveis ao longo da história, o racismo fluiu em contextos de choques civilizatórios, contextos de escravidão, em relações de castas, em relações reguladas pelo capitalismo – produzindo o horror do sistema de *apartheid* e segregação racial na África do Sul e nos EUA, respectivamente – e, ao mesmo tempo, teve a capacidade de ser adaptado, no Brasil, ao discurso culturalista anti-racialista presente, por exemplo, no mito da “democracia racial”.

A fluidez do fenômeno faz com que apareça como se dotado de vida própria; em alguns momentos, se coloca acima da percepção racional, em outros, assume tal nível de sofisticação que dificulta a sua materialização. O racismo sobreviveu às tentativas de sua desconstrução teórica que, ao negarem o caráter biológico da raça - sua categoria central - não lograram “extinguir” o fenômeno. Pelo contrário, na ausência da raça, transmutou-se, abrigando-se no interior da própria perspectiva que buscava negá-lo, o culturalismo (*idem, ibidem*, p. 47).

Desse modo, Cunha (2004) e Moore (2007) propõem pensarmos o racismo como uma ‘consciência histórica’, ou uma ‘metaconsciência’, uma vez que seria possível considerar o inconsciente coletivo

como categoria que poderia propiciar uma base a partir da qual se possa construir um entendimento sobre a capacidade de recriação e reprodução do racismo ao longo do tempo e em diferentes espaços. [...] [Ao mesmo tempo], essa categoria permitiria apreender tanto a fluidez do fenômeno como sua aparente falta de racionalidade – explicação lógica – presente nos comportamentos individuais e coletivos que perpetuam as desigualdades de tratamento entre pessoas e grupos, em razão de diferenças fenotípicas, étnicas, raciais e culturais (CUNHA, 2004, *loc. cit.*).

Do ponto de vista do autor supracitado, pensar o racismo como consciência histórica, ou como uma metaconsciência, desvendaria “*dimensões quânticas desse fenômeno, que escapam aos limites do paradigma racionalista, traduzido na busca pela definição*” (*idem, ibidem*, p.49). Para ele, tende a ser problemática a busca de uma definição de um fenômeno cuja natureza é marcada por uma grande complexidade e imprecisão. Assim, segundo ele,

seria mais relevante indicar de que modo o racismo se insere num sistema mais amplo e articulado.

Todavia, compreendemos que seja salutar uma diligência em construir uma definição de racismo, notadamente para os marcos deste trabalho, uma vez que este se insere no debate sobre a problemática racial pelo viés crítico ao esforço, cada vez maior, no campo acadêmico-político, de se relativizar o racismo como uma categoria analítica e fenômeno relevante no mundo de hoje.

Por exemplo, Moore (2007) pensa que, em pleno século XXI, não é possível ignorar a gestão racializada e monopolista dos recursos da sociedade, tanto em nível nacional, como em nível global, já que esta é uma das mais marcantes realidades da vida na sociedade. Para esse autor, o racismo impede as pessoas no acesso aos recursos vitais segundo seu fenótipo, ao mesmo tempo em que enseja vantagens, benefícios e liberdades a outros também em função de seu fenótipo. Dessa forma:

A função básica do racismo é blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja, dominância se expressa por meio de um *continuum* [grifo do autor] de características fenotípicas, ao mesmo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado. A estigmatização da diferença com o fim de ‘tirar proveito’ (privilégios, vantagens e direitos) da situação assim criada é o próprio fundamento do racismo. Esse nunca poderia separar-se do conjunto dos processos sistêmicos que ele regula e sobre os quais preside tanto em nível nacional quanto internacional. Na contemporaneidade, o racismo está arraigado em todas as instâncias de funcionamento do mundo, tanto na econômica como na política, na cultural e na militar (MOORE, 2007, p. 284).

Com isso, podemos inferir que o racismo é uma forma de consciência grupal historicamente originada, resultante da aversão, por vezes do ódio, às pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de traços fenotípicos, tais como cor de pele, tipo de cabelo, características faciais, etc. Ademais, tem por finalidade a estruturação e a sustentação de sistemas de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas. (GOMES, 2005; MOORE, 2007).

Por ser uma consciência historicamente fundamentada, segundo Moore (2007), o racismo seria intrinsecamente transversal, atravessando todos os segmentos da sociedade e todas as formas de organização social, tais como religiões, ideologias, partidos políticos, e afetando todas as camadas da sociedade. Em relação às sociedades multirraciais, como o Brasil, a gestão dos recursos organizar-se-ia também por intermédio do fenótipo, visto que o racismo buscaria retirar o ‘Outro Total’, fenotipizado, do circuito de usufruto dos recursos, marginalizando-o, substituindo-o, ou eliminando-o através da assimilação ou qualquer outra

forma radical.

A seguir, iremos expor um exemplo histórico de uma das dinâmicas do racismo (como estruturas intelectuais normativas) que, ao mesmo tempo, representa a resiliência deste fenômeno aos novos contextos sociohistóricos e socioespaciais do século XIX, na Europa e Estados Unidos, diante da hegemonia do cientificismo e positivismo como modo de explicação do homem.

2.5. Racismo científico: expressão de um Racismo do “tipo novo”

Um dos bons exemplos de ideologias racistas constituídas ao longo da história foram as teorias científicas criadas no século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, que buscavam justificar a pretensa superioridade racial dos brancos, bem como os privilégios advindos, historicamente, do racismo, em pleno período de domínio colonial e construção de uma ordem capitalista.

As teorias racistas do século XIX foram a representação de uma transformação desse fenômeno adaptado ao novo contexto socioeconômico de sociedades (como a americana e a do norte da Europa) caracterizadas pelo processo de industrialização e por uma ciência positivista ávida em classificar e ordenar todas as coisas. Neste contexto, *raça* foi instituída a um conceito biológico, sinalizando a ideia de diferenças genealógicas entre seres humanos. Tal dinâmica contribuiu para o alargamento da base de sustentação do racismo para além do “fenotipocentrismo”, trazendo um outro modelo de racismo: o racismo “genocêntrico”, dando um desfecho a um caminho aberto ainda por filósofos gregos, como Aristóteles e Platão. Como ideologias de sustentação da ordem vigente, tais teorias racistas, baseadas em supostas leis biológicas e naturais, foram correlacionadas a uma dimensão sociohistórica da realidade moderna.

Abaixo, descreveremos, sumariamente, três abordagens racistas, de caráter científico, que orientaram o que chamamos de racismo do “tipo novo”, ou o racismo atrelado à ideia de raça proveniente do saber científico e articulado com o processo de industrialização de sociedades ditas modernas, a saber: a abordagem etnológico-biológica, a abordagem histórica e o darwinismo social.

2.5.1. Abordagem Etnológico-biológica

De acordo com Skidmore (1976), esta abordagem foi sistematizada nos Estados Unidos, nas décadas de 1840-1850, a partir dos trabalhos de etnógrafos como Samuel Morton, Josiah Nott e George Glidden, os quais, através de ‘provas’, como medidas cranianas de múmias egípcias, concluiriam que as raças humanas tinham sempre exibido diferenças fisiológicas em sua conformação racial-genética. Apesar da origem norte-americana, essa vertente se estendeu rapidamente para a Europa, como na Inglaterra, França, Alemanha e Itália, ganhando propagadores poderosos, os quais foram as principais referências para o pequeno número de etnógrafos e antropólogos brasileiros neste período. Destaca-se o suíço Louis Agassiz, eminente zoólogo, radicado nos Estados Unidos, pesquisador da universidade de Harvard e que foi um dos maiores propagadores dessa abordagem.

A abordagem etnológico-biológica sustentava o argumento de que as raças humanas foram criadas através de diferentes matrizes das espécies (poligenia), as quais corresponderiam às diferenças raciais observáveis. Desse modo, tal abordagem defendia que a desejada inferioridade das raças (negra e índia) podia ser correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos e que as mesmas eram resultado direto da sua constituição como espécies diferentes (SKIDMORE, 1976; SHWARCZ, 1993).

Os principais instrumentos utilizados pelos defensores dessa perspectiva eram provenientes da, até então, recente disciplina da Antropologia Física. Esses instrumentos davam base “científica” aos preconceitos já existentes sobre os não-brancos. Assim, a frenologia e a antropometria foram procedimentos utilizados para interpretar a capacidade humana a partir do tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. Uma outra disciplina, a Antropologia Criminal (tendo o italiano Cesar Lombroso como principal expoente), defendia a ideia de que a criminalidade seria um fenômeno de origem físico e hereditário (SKIDMORE, 1976; SHWARCZ, 1993).

Todavia, segundo Skidmore (1976), esse argumento poligenista foi derrubado, logo depois, pela teoria de Darwin, a qual restabeleceu a visão monogenista como predominante, mas sem o fundamento religioso que antes a alicerçava.

2.5.2. Abordagem Histórica

Essa abordagem emerge igualmente na Europa e nos Estados Unidos, em pleno século XIX, sendo também influente no Brasil, como veremos num outro momento. Do ponto de vista de Skidmore (1976), essa teoria racista procuraria correlacionar fatores das diferenças físicas (de viés poligenista) com evidências históricas. Para os defensores dessa vertente, as raças humanas poderiam ser diferentes uma das outras, sendo que, independente de qualquer coisa, os brancos sempre teriam sido superiores a todas as outras raças, pois esse seria um fato comprovado pela história, que demonstraria uma sucessão de triunfos da raça branca, dentre as quais se destacaria o grupo anglo-saxão.

Entre as figuras que mais se destacam nessa abordagem, está o conde Gobineau (1816-1882), autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853). Ele compreendia que 'da mistura de espécies humanas diferentes' resultaria a 'degeneração da raça' (SHWARCZ, 1993). Além disso, a abordagem histórica racista enriquecer-se-ia, mais tarde, com o culto ao arianismo (proposto, principalmente, pelo ideólogo Houston Stewart Chamberlain), que se irradiou, primeiramente, no contexto alemão depois da guerra franco-prussiana (1870-1871) (SKIDMORE, 1976). Segundo Skidmore (1976), dada a construção frouxa do mito do arianismo, o mesmo foi rapidamente atrelado à crença na superioridade anglo-saxônica, bem como na superioridade dos 'nórdicos', indicando que esses representantes da raça branca teriam atingido o ápice da civilização e, conseqüentemente, os mesmos estavam destinados pela natureza e pela história a controlar o mundo.

2.5.3. Darwinismo Social

O darwinismo social, seguramente a principal abordagem racista de caráter científico, surgiu das interpretações dentro do pensamento social da teoria de Charles Darwin publicada na obra paradigmática *A origem das espécies* (1859). Tal teoria, através de um enfoque estritamente no campo da biologia, indicava que as espécies eram provenientes de uma mesma origem (monogenia) e a seleção natural de espécies animais e vegetais – ou a persistência do mais apto à preservação das variações individuais favoráveis e à eliminação das variações nocivas – era o principal fenômeno no mundo natural e biológico (SHWARCZ, 1993).

As propostas e conceitos básicos da obra de Darwin, como 'competição', 'seleção do

mais forte’, ‘evolução’ e ‘hereditariedade’ foram aproveitados imediatamente para a análise do comportamento das sociedades humanas. Várias áreas do conhecimento no campo social começaram a aplicar tais conteúdos:

[...] na psicologia, com H. Magnus e sua teoria sobre as cores, que supunha uma hierarquia natural na organização dos matizes de cor (1877); na lingüística, com Franz Bopp e sua procura das raízes comuns da linguagem (1867); na pedagogia, com os estudos do desenvolvimento infantil; na literatura naturalista, com a introdução de personagens e enredos condicionados pelas máximas deterministas da época, para não falar da sociologia evolutiva de Spencer e da história determinista de Buckle. No que se refere à esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de ‘seleção natural’ como justificativa para a explicação do domínio ocidental, ‘mais forte e adaptado’ [...] (SHWARCZ, 1993, p. 56).

Para Skidmore (1976), se, por um lado, a teoria de Darwin relativizou a poligenia existente na base do viés etnológico-biológico e, secundariamente, na vertente histórica; por outro, por ela enfatizar o caráter evolutivo das espécies do ponto de vista biológico, foi possível que os teóricos racistas das outras abordagens migrassem, sem grandes traumas, para o paradigma do darwinismo social. Isso porque, ainda era possível indicar a superioridade dos brancos através do determinismo racial, já que supostamente o argumento de que as raças ‘superiores’ predominaram ou se adaptaram dentro do contexto histórico-evolutivo, frente às raças ‘inferiores’ que pareciam fadadas a desaparecer, era evidente.

Para Frederickson – um estudioso do pensamento racial norte-americano –, citado por Skidmore (*ibidem*, p.68), ‘*a essência do pensamento poligenista em matéria de raça foi preservada numa moldura darwiniana*’. Nesse sentido, como prova da conciliação e simbiose entre as teorias poligenistas e o darwinismo social, Skidmore (*ibidem*) informa:

Darwinistas sociais descreviam os negros como ‘espécies incipiente’, tornando assim possível continuar a citar toda a evidência – da anatomia comparada, frenologia, fisiologia, e etnografia histórica – oferecida previamente em apoio da hipótese poligenista, ao mesmo tempo em que se dava à teoria racista uma nova respeitabilidade conceitual. (Skidmore, *ibidem*, p.69)

Portanto, para as teorias raciais científicas da época, dentro desse novo marco conceitual, a seleção natural implicava ainda pensar na ideia da degeneração sociorracial, através de leis da natureza que eram tomadas pela sociedade de modo determinista e premonitória; por exemplo, na percepção da relação existente entre a ideia de raça e as diferentes experiências nacionais. Com efeito, o darwinismo social não somente foi uma

vertente do pensamento racista, como a base de sustentação de outros vieses interpretativos que representavam o pensamento social do século XIX (SHWARCZ, 1993).

A *eugenia* (eu: boa; genus: geração) foi uma espécie de doutrina e prática avançada do darwinismo social. Baseada no diagnóstico dessa teoria, que indicava a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, a eugenia foi criada em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton, naturalista e geógrafo especializado em estatística, fortemente influenciado pela obra clássica de Darwin (SHWARCZ, 1993). O texto fundador da eugenia, chamado *Hereditary Genius*, foi publicado já em 1869. De acordo com Shwarcz (*ibidem*), Galton tencionava mostrar, através de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação.

Como resultado, a eugenia propôs as proibições aos casamentos interraciais, restrições aos ‘alcoólatras, epiléticos e alienados’, etc., com a finalidade de um maior equilíbrio genético, aprimoramento das populações e a identificação precisa ‘das características físicas que apresentavam grupos sociais indesejáveis’ (GALTON *apud* SHWARCZ, 1993). Nesse sentido, a eugenia passou a ser tanto um procedimento científico, quanto social.

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de ‘nascimento desejáveis e controlados’; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SHWARCZ, 1993, p. 60).

Consequentemente, o movimento da eugenia, de acordo com Shwarcz, fustigou uma administração científica e racional da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social, através, por exemplo, de políticas de controle da fecundidade e de discursos de caráter moral a respeito dos vínculos afetivos. Além disso, na virada do século XIX para o XX, a eugenia transformou a *degeneração* em metáfora explicativa dos caminhos e desvios do progresso no mundo, uma vez que este estaria vinculado unicamente às sociedades formadas por brancos puros, livres inclusive de miscigenação, e não às sociedades compostas por negros, índios e mestiços.

Segundo Stepan, citada por Shwarcz (1993), o início do século XX testemunhou a fundação de várias sociedades de eugenia, como *German Society for Race Hygiene (1905)*; *Eugenics Education Society in England (1907-1908)*; *Eugenics Record Office in the United States (1910)*; *French Eugenics Society in Paris (1912)*. Ademais, inúmeros congressos internacionais de eugenia ocorreram nesse período, tais como em Londres (1912), Nova York

(1921 e 1923). Por fim, ainda foi inaugurada uma federação internacional das sociedades eugênicas, em 1921, a qual teve, ironicamente, como presidente Leonard Darwin.

3. RACISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Diante desse quadro mais geral sobre as teorias científicas racistas, o Brasil, ao final do século XIX, era um país que havia conseguido, recentemente, sua independência (em 1822). A partir do início da segunda metade deste século, já se sentia os ventos do início da desconstrução da estrutura escravocrata, com a instituição da Lei Eusébio de Queirós (1850), que firmava o fim do tráfico negreiro, fruto da pressão inglesa e abolicionista internacional.

Já na década de 1870, o movimento abolicionista começou a se intensificar dentro do próprio país, articulado ao movimento republicano, com a promulgação da Lei do Ventre Livre (em 1871). Desse modo, a década de 1880 testemunharia dois grandes acontecimentos: a instauração da Abolição dos escravos, em 1888; e a Proclamação da República, um ano mais tarde. Emília Viotti da Costa, citada por Pina (2009), afirma que Abolição e República foram expressões de uma mesma realidade, sendo produtos, no plano institucional, de transformações ocorridas na dinâmica socioeconômica do Brasil de caráter liberal, influenciadas pela dinâmica do capitalismo internacional. Abolição e República, então, foram responsáveis pela destruição da estrutura das relações monárquicas.

No Brasil, aconteceu a passagem do Império para a República, que se caracterizou também por profundas transformações materiais, com o início da transição do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, só consolidada pós-1930, com a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre e pela mudança da base econômica (do açúcar para o café).

Também se registra, já nas décadas iniciais do século XX, um breve surto industrial e a expansão das redes de comunicação (ferrovias, portos, telégrafos), produzindo um grande incremento na circulação de riqueza entre as regiões Sul e Sudeste do país, o que fez de São Paulo o novo pólo econômico da nação. Neste contexto, intensificam-se os princípios do liberalismo, que vai se constituir como um núcleo ideológico importante do período, segundo as novas bases do capitalismo no Brasil (PINA, 2009, p.68-69)

Todos esses acontecimentos estavam conectados de modo que representavam uma articulação com as propostas de cunho liberal e do capitalismo internacional, que pulsavam a partir da Europa e dos Estados Unidos. Tais propostas foram reproduzidas no Brasil de maneira a posicionar o país dentro da reconfiguração do sistema capitalista internacional.

Assim, as elites brasileiras da época tiveram a capacidade de reformar as estruturas institucionais do Brasil imperial, sem, contudo, possibilitar que transformações mais radicais pudessem pôr em risco o quadro de poder vigente. Nesse caminho, brancos, mestiços e negros libertos continuaram nas mesmas condições sociais, ou seja, os primeiros como grupo dominante e os dois últimos como grupos subalternizados.

Todavia, a população brasileira, nessa época, era constituída, em grande parte, por negros e mestiços. A título de exemplificação, Kátia Matoso (1992), citada por Pina (2009), informa que a província da Bahia possuía 1.379.616 habitantes distribuídos de forma dispersa por seus 72 municípios, a partir do censo populacional de 1872. Em relação à origem racial da população, os dados desse censo indicam que, entre a população livre, 331.479 eram brancos; 49.882 eram índios ou caboclos; e 830.431 eram negros ou mulatos. Os escravos, negros ou mulatos perfaziam um total de 167.824 indivíduos. Assim sendo, esses dados demonstram o quanto a população de negros e mestiços era a grande maioria da população da Bahia. Apesar das contestações posteriores sobre os referidos dados, esse foi o primeiro grande censo realizado em todo o Brasil, sendo, portanto, uma referência pertinente (PINA, 2009).

Tal situação representava um grande entrave para o grupo hegemônico nacional, tendo em vista que a ideia de nação civilizada, em busca de progresso ou desenvolvimento estava intimamente ligada ao fator racial, ou à exclusão de negros e mestiços da sociedade brasileira, visto que esses eram percebidos como raças inferiores. De acordo com Pina (*ibidem*):

O liberalismo, o industrialismo, o positivismo e o cientificismo foram algumas das principais idéias da época que deram suporte ideológico aos ideais de liberdade e de democracia difundidos pela propaganda republicana, em oposição aos princípios monárquicos do final do século XIX.

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, consolidada com a abolição da escravatura (1888), significou a entrada do Brasil em um novo tempo no que se refere à relação capital e trabalho; porém, não significou o fim do pensamento racista. Este momento será palco de intensos debates sobre a composição racial brasileira e das diversas tentativas de explicação do Brasil pela via do componente racial. Foi um momento de visões pessimistas sobre o destino de uma nação marcada pela “inferioridade” da raça negra. (Pina, *ibidem*, p.70):

Segundo Munanga (2004), essa pluralidade racial, nascida do processo colonial, representava, na cabeça da elite brasileira, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que intentava ser branca e desenvolvida. Dessa forma, o fim do sistema escravista, em 1888, colocou às elites nacionais, notadamente aos pensadores nacionais, uma problemática que se tornara central, a saber: como construir uma nação desenvolvida e uma identidade nacional dentro dos limites do paradigma das teorias racistas,

tendo em vista a nova categoria de cidadãos – os ex-escravizados negros – e a grande quantidade de negros e mestiços enfatizada logo acima?

Com efeito, a raça tornou-se o eixo do grande debate acerca da identidade nacional e do projeto de desenvolvimento (ou de futuro) que se travava a partir do fim do século XIX até meados do século XX (MUNANGA, 2004). Tal questão seria tratada dentro dos marcos das teorias científicas racistas vindas da Europa e dos Estados Unidos, adotadas pelas elites brasileiras, entre o início dos anos 1870 até a década de 1930. Nesse sentido, é só observarmos de que modo a elite intelectual daquele período refletia sobre a problemática do projeto de nação brasileira e seu desenvolvimento:

Apesar das diferenças de ponto de vista, a busca de uma identidade étnica única para o País tornou-se preocupante para vários intelectuais desde a primeira República: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre etc., para citar apenas os mais destacados. Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação. O objetivo que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo.

Todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço (MUNANGA, 2004, p. 55).

A partir daqui, trataremos algumas considerações sobre Sílvio Romero e Nina Rodrigues, os quais, do nosso modo de ver, apresentam dois pontos de vista diversos no trato da questão racial no período. Isso porque, primeiramente, Sílvio Romero tinha uma concepção de que a mestiçagem poderia ser a resolução possível para o problema da pluralidade racial do Brasil, uma vez que seria possível, assim, produzir o branqueamento da maioria negra e mestiça, o que seria um fator fundamental para o país na constituição de um povo condizente com o ingresso do Brasil no grupo de países industrializados e desenvolvidos.

Todo brasileiro é um mestiço, quando não é no sangue, o é nas idéias. Mas não é por isso que o Brasil será uma nação de ‘mulatos’, porque na mestiçagem a seleção natural faz prevalecer, após algumas gerações, o tipo racial mais numeroso, que no caso do Brasil é a raça branca, graças à intensificação da imigração européia, ao fim do tráfico negreiro, ao decréscimo da população negra após a abolição e ao extermínio dos índios. Dentro de dois ou três séculos, a fusão entre as três raças será talvez completa e o brasileiro típico, mestiço, bem caracterizado.

O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e torna-se um

ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de repensar na América um grande destino histórico (Sílvio Romero *apud* MUNANGA, 2004, p. 56).

O mesmo, um ano mais tarde, ficara um pouco pessimista a respeito do processo de branqueamento da população brasileira. Vejamos:

É preciso ser completamente ignorante em coisas de antropologia e etnologia para desconhecer o duplo fenômeno da persistência dos caracteres fundamentais das raças, por um lado, e, por outro, o fenômeno de cruzamento de todas elas, sempre que se acham em contato. O desaparecimento total do índio, do negro, e do mestiço poderia ocorrer apenas, se toda a miscigenação futura incluir um parceiro extremamente claro [...] (Sílvio Romero *apud* MUNANGA, 2004, p. 57).

Por sua vez, Nina Rodrigues, mais fielmente ligado às teorias científicas racistas, condenava a enorme quantidade de negros e o elevado índice de mestiçagem no Brasil, não apresentando muito otimismo sobre o futuro brasileiro.

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sílvio Romero. Não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo território do país, considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda a população brasileira (Nina Rodrigues *apud* SKIDMORE, 1976, p. 78).

De acordo com Munanga (2004), a institucionalização e a legislação da diferença eram o único caminho que Nina Rodrigues oferecia para responder à dificuldade de construção de uma única identidade nacional. Dessa maneira, Nina Rodrigues dizia:

Posso iludir-me, mas estou profundamente convencido de que a adoção de um código único para toda a República foi um erro grave que atentou grandemente contra os princípios mais elementares da fisiologia humana. Pela acentuada diferença de sua climatização, pela conformação e aspecto físico do País, pela diversidade étnica da sua população, já tão pronunciada e que ameaça acentuar-se ainda, o Brasil deve ser dividido, para os efeitos da legislação penal, pelo menos nas suas quatro grandes divisões regionais que [...] são tão naturais e profundamente distintas (Nina Rodrigues *apud* MUNANGA, 2004 p.60).

Apesar da não aceitação da tese de Nina Rodrigues no debate instaurado sobre o Código Penal de 1890, Silva Jr. *apud* Paixão (2003) indica que este documento, todavia foi muito restritivo as manifestações sociais, políticas e culturais da população negra recém-liberta, uma vez que “*entre outras cláusulas restritivas, ficavam tipificados como crime a capoeiragem, o batuque, o espiritismo, o curandeirismo e a imputabilidade penal caía para os 9 anos de idade (ibidem, p. 70).*”

A partir disso, para Jaccoud (2008), o argumento do branqueamento (perspectiva mais voltada para a proposição de Sílvio Romero) como uma estratégia de desenvolvimento do país surgira de modo a conciliar a crença na superioridade branca atrelada à busca progressiva do desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um elemento péssimo para o projeto de nação. Do ponto de vista desta autora, ao contrário do racismo científico,

[...] a tese do branqueamento sustentava-se em um otimismo face à mestiçagem e aos ‘povos mestiços, reconhecendo, dessa forma, a expressiva presença do grupo identificado como mulato, sua relativa mobilidade na sociedade da época e sua possibilidade de continuar em uma trajetória em direção ao ideal branco (JACCOUD, 2008, p. 49).

Do nosso ponto de vista, a diferença entre Sílvio Romero e Nina Rodrigues também pode ser apreciada a partir do modelo de análise sobre o racismo, ora trazido aqui. Com efeito, pensamos que a via defendida por Sílvio Romero estaria mais atrelada a uma leitura racista presente na lógica do racismo pigmentocrático pré-industrial, mais ligado aos países multirraciais na sua origem, como o Brasil. Com esse tipo de racismo, a “mulatização” ou mestiçagem é utilizada como instrumento de dominação, conforme apresentamos no contexto árabe-muçulmano da antiguidade, apoiados em Cunha (2004) e Moore (2007). Sem embargo, podemos afirmar que, inclusive o Brasil, nesse sentido, não teria tanta originalidade no papel desempenhado pela mestiçagem como fator de mobilidade social, visto que esta estratégia também já era utilizada em outros países multirraciais da América Latina e Oriente Médio.

Por outro lado, Nina Rodrigues, por estar extremamente atrelado ao cientificismo da época, terminou por reprisar uma concepção racista mais propriamente ligada ao racismo do tipo novo, desenvolvido no contexto da Europa e Estados Unidos industrializados, cientificistas e positivistas, em que o conceito de raça foi ligado ao determinismo biológico da época. Ou seja, as teorias científicas racistas, produto deste novo racismo ligado aos países do norte, “berço da modernidade”, compreendiam a mestiçagem como um elemento degenerativo, longe de ser um instrumento de melhoramento da raça ou de dominação de grupos subalternizados. Para isso, propuseram, por exemplo, a eugenia, como vimos anteriormente.

Nesse caminho, Jaccoud (2008) faz uma importante síntese do que representou a articulação das ideias republicanas de desenvolvimento com o racismo no Brasil, entre o século XIX e o início do século XX.

[...] no Brasil, o início da República não foi marcado pela construção de uma dimensão política formuladora de ideais de igualdade e homogeneidade do corpo social. Ao contrário, foi a teoria do branqueamento que pôde sustentar, durante algumas décadas, um projeto nesse sentido. A idéia de que o progresso do país dependia não apenas do seu desenvolvimento econômico ou da implantação de instituições modernas, mas também do aprimoramento racial de seu povo, dominou a cena política e influenciou decisões públicas das últimas décadas do século XIX, contribuindo efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país, sobretudo, ao restringirem as possibilidades de integração da população de ascendência africana. O projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca. A entrada dos imigrantes europeus e a miscigenação permitiriam a diminuição do peso relativo da população negra e a aceleração do processo de modernização do país. (Jaccoud, 2008, p. 49)

Igualmente, Paixão (2003) também indica que o processo de branqueamento se basearia na promoção das políticas de imigração (provenientes notadamente de países europeus, vista a sua superioridade racial), e no desaparecimento gradativo do contingente negro no Brasil, já que este grupo era tido como inferior tanto do ponto de vista genético, quanto do ponto de vista moral e cultural, sendo um efeito óbvio da seleção natural. Segundo nos informa este mesmo autor, apoiado em Shwarcz.

João Baptista de Lacerda [diplomata brasileiro], no I Congresso Internacional das Raças em 1913, afirmou que em um século não haveria mais negros no Brasil. Raciocínio semelhante teve Roque Pinto que, no Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no começo dos anos 1930, estimou que em 2012 a composição racial no Brasil seria de 80% brancos, 17% indígenas, 3% de mestiços e 0 % de negros.

Consoante, entre 1884 e 1913, emigraram para o Brasil 2,7 milhões de europeus. Tal processo acabaria associando-se à inviabilização da reprodução social e econômica da população descendente de escravos através do fechamento, para este contingente, do mercado de trabalho formal. Assim, Foot, Hardman & Leonardi (1988) estimaram que, em 1915, da força de trabalho empregada nas indústrias da cidade de São Paulo, 85%, fosse formada por estrangeiros (PAIXÃO, 2003, p. 70).

Consequentemente, ‘pretos’ e ‘pardos’ que, em 1890, eram 56% da população brasileira, tiveram uma diminuição de sua participação para 34% em 50 anos (já em 1940). Como podemos observar abaixo (Tabela 1), houve uma mudança radical do perfil racial da população do país a partir desta década (PAIXÃO, 2003).

Pop./Ano	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000
Branca	38,1	44,0	63,5	61,7	61,0	54,8	51,7	53,8
Parda	42,2	41,4	19,4	26,5	29,5	38,4	42,6	39,2
Preta	19,7	14,6	14,6	11,0	11,0	5,9	5,0	6,2

Tabela 1: Distribuição da população brasileira de acordo com cor/raça (%) (*)

Fonte: Recenseamento geral da população brasileira, IBGE (a partir do censo de 1940)

Fonte secundária: (PAIXÃO, 2003, p.71)

* Nos Censos de 1900, 1920 e 1970 não foi levantada a cor/raça da população e não estão incluídas as outras categorias (amarelos, caboclos e indígenas)

Segundo nos conta Hofbauer (2006, p.213), ainda em 1945, no final do Estado Novo.

“Getúlio Vargas justificaria a assinatura de um Decreto-Lei (1945) que deveria estimular a imigração européia com as seguintes palavras: ‘[...] a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características básicas mais desejáveis de sua ascendência”.

Foi esse o projeto de desenvolvimento nacional que levaria o Brasil a moldar-se ao quadro capitalista internacional, iniciando o seu processo de industrialização, substituição de mão-de-obra e reorientação para o processo de urbanização crescente. Todo esse processo pode ser visto como a expressão do racismo, alicerçado no forte determinismo biológico, operando, assim, um alijamento da população negra também mantida nas situações mais subalternas possíveis, reafirmando a premissa racista da gestão monopolista dos recursos por parte de um grupo sociorracial hegemônico em detrimento de outro grupo subalternizado.

Dessa forma, a relação desenvolvimento e dimensão racial fica patente tanto nas formulações dos intelectuais mais significativos da virada do século XIX para o XX, como nas políticas do Estado brasileiro. A proposta da nossa dissertação é retomar essa discussão, invertendo os termos, “positivando a relação”. Ou seja, compreender o desenvolvimento neste momento, como, dentre outras coisas, uma possibilidade de desarticulação dos mecanismos de racismo e promoção da igualdade racial. Vislumbramos que a elaboração da dimensão racial nas análises do desenvolvimento pode ser uma contribuição nessa direção. Tal tarefa é o objeto do próximo capítulo, através da compreensão da percepção de algumas lideranças do Movimento Negro do estado da Bahia.

CAPÍTULO III – COMO AS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO NEGRO ENXERGAM A INCORPORAÇÃO DO RACISMO NA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO?

No capítulo anterior, percebemos uma forte vinculação entre um ideário de desenvolvimento e o fenômeno do racismo, através do racismo “científico” importado e adaptado ao contexto brasileiro entre o final do século XIX e início do século XX. Tal relação foi feita de forma a viabilizar uma nova estrutura sociorracial hierarquizada, mesmo num contexto de pós-escravidão e início do regime republicano no Brasil. Neste capítulo, pretendemos observar a percepção de algumas lideranças do Movimento Negro situados no estado da Bahia sobre a relação existente entre racismo e desenvolvimento. Antes, contudo, explicitaremos como essa relação ficou estabelecida entre as décadas de 1930 e 1970.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO DE ASCENSÃO E PREDOMÍNIO DO MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL”

A partir dos anos 1930, o Brasil assistiria a paulatina alteração do discurso racista no campo político e nos esforços de interpretação do processo de desenvolvimento do país, através da substituição do conceito de raça baseado no determinismo biológico pela dimensão cultural e social como fator explicativo das desigualdades entre grupos sociorraciais. Essa mudança teve vínculo direto com a relativização do paradigma “biologicista”, da Antropologia Física, por conta do surgimento da Antropologia Cultural (Franz Boas³²). Nessa época, emergiu um pensamento racial no Brasil, em que destacar-se-ia a ideia de uma mestiçagem cultural a partir do “encontro das três raças que se amalgamaram no país”. Desse modo, produziu-se um contexto de suposta “convivência harmônica” que permitiria ao Brasil não reprisar os problemas sociorraciais existentes em outros lugares – como nos Estados Unidos –, forjando-se, assim, a constituição de um povo e uma cultura “genuinamente brasileira” (JACCOUD, 2008).

Segundo Jaccoud, essa operação – ou o desuso do determinismo biológico na ideia de raça – não logrou, de fato, uma transformação profunda na dinâmica sociopolítica e sociorracial que viabilizasse a igualdade entre os cidadãos na recente República brasileira.

³² Franz Boas defendeu a tese de que as diferenças culturais entre os povos não resultam de fatores relacionados com inferioridades biológicas, mas sim de fatores de desenvolvimento histórico de diversas ordens. É considerado figura proeminente da Antropologia Cultural.

Mais uma vez, não é o espaço político o local em que se reafirmam, no país, os ideais de integração social e de alicerce da nação. Ao mesmo tempo, se a democracia racial afirma-se como deslegitimadora da hierarquia social ancorada na identificação racial, ela não deixa de fortalecer o ideal do branqueamento ao promover a mestiçagem e seu produto, o mulato (Jaccoud, 2008, p. 51).

De todo modo, a questão racial no Brasil acabou sofrendo uma mudança, uma vez que o país passou a ser visto como uma autêntica “democracia racial” – expressão cunha por Roger Bastide na década de 1940, em artigos para a imprensa nacional – a partir, principalmente, da divulgação dos trabalhos de Gilberto Freyre na década de 1950 (*idem, ibidem*). De acordo com a Jaccoud (2008), entretanto, a base do discurso da não existência de problemas raciais no Brasil estaria atrelada ainda a concepções racistas e a favor do branqueamento. Senão vejamos.

Assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem, a democracia racial reinventa uma história de boa convivência e paz social que caracterizaria o Brasil. Todavia, cabe lembrar que tal análise, ancorada na cultura, não implica na integral negação do caráter irreversível da inferioridade dos negros. Mesmo na obra de Gilberto Freyre, observa-se a presença de elementos do pensamento racista prevaletente no início do século. [...] Freyre não escapa da caracterização de traços psicológicos inerentes à raça ou à afirmação de superioridade dos negros chegados no Brasil, face aos demais, devido a sua anterior mistura com a raça branca, em especial como sangue árabe. Ele reconhece, ainda, os benefícios do processo de branqueamento da sociedade [...]. Segundo [o próprio] Freyre, ‘Talvez em nenhum outro país seja possível ascensão social mais rápida de uma classe a outra: do mucambo ao sobrado. De uma raça a outra: de negro a ‘branco’ ou a ‘moreno’ ou ‘caboclo’ (Freyre, 1936 extraído de JACCOUD, 2008, p.51-52).

Com o passar do tempo, o ideal do branqueamento, após ter surtido efeito em boa medida, foi cedendo lugar a afirmação e valorização da miscigenação como a produtora do povo brasileiro. Desta maneira, o discurso da existência de uma “democracia racial” dominou a sociedade brasileira, apesar, por exemplo, das intervenções críticas de intelectuais como Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos no TEN³³, e acompanhou o projeto desenvolvimentista dos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e, principalmente,

³³ Dentro do contexto da pauta democrática na Constituinte de 1946, o TEN liderou o processo de construção do Comitê Democrático Afro-Brasileiro em 1945, no Rio de Janeiro; a Convenção Nacional do Negro nos anos de 1945 e 1946 e o 1º Congresso do negro Brasileiro em 1950 (LARKIN NASCIMENTO, 2003).

A experiência do Comitê foi um exemplo histórico da tortuosa relação entre o movimento negro da época e a esquerda brasileira, visto que naquele momento a UNE (União Nacional dos Estudantes) e o Partido Comunista haviam se aliado ao mesmo, sendo que inclusive a primeira havia emprestado a sua sede para abrigar as reuniões e atividades. Entretanto, segundo Larkin Nascimento (2003), o Comitê só tivera o apoio das duas entidades até quando fora conquistada a anistia e libertação dos presos políticos (na sua imensa maioria brancos de classe média ou abastada), pois logo depois estas duas instâncias da esquerda brasileira não quiseram mais apoiar os trabalhos na luta pela defesa da população negra, referindo-se ao perigo do racismo às avessas e do risco da divisão da classe operária, já que alegavam que o problema no Brasil era de ordem “social”, e não racial (*idem, ibidem*).

do período do governo militar com o seu “milagre econômico” na década de 1970. Como resultado, a questão racial sumira do debate público nacional. Neste sentido, Heringer (2002), informa que a ditadura militar, durante as décadas de 1960 e 1970, impedira quase todas as formas de liberdade intelectual e atividade política, dificultando a organização dos movimentos sociais, inclusive do Movimento Negro.

A democracia racial passou de mito a dogma no período dos governos militares. Em 1970, o Ministro das Relações Exteriores declara que ‘não há discriminação racial no Brasil, não há necessidade de tomar quaisquer medidas esporádica de natureza legislativa, judicial ou administrativa para assegurar a igualdade de raças no Brasil’ (extraído de Telles, 2003, p.58 *apud* JACCOUD, 2008, p. 52).

Entretanto, estereótipos, preconceitos e discriminações raciais permaneceram na sociedade brasileira, durante todo este período, prejudicando fortemente a população negra na dinâmica de acesso às oportunidades, mobilidade intergeracional e no processo de competição social (JACCOUD, 2008).

Por outro lado, durante a década de 1970, surgiriam novas organizações dentro da luta e resistência da população negra, as quais reconfiguraram a luta contra o racismo, moldando o que chamamos hoje de Movimento Negro contemporâneo. Emblematicamente, nasceram o bloco afro Ilê Aiyê (na Bahia) e o MNU (Movimento Negro Unificado, de caráter nacional), como expressão política e cultural de uma nova geração de jovens negros influenciados, entre outras coisas, pelas perspectivas marxistas (da luta contra a ditadura), luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis (*Black Power*) e a luta pela descolonização de países africanos. Tudo isto engendrado numa sociedade fortemente influenciada pelo novo padrão de comunicação baseado nos satélites e no aparelho de televisão (ALMEIDA JÚNIOR, 2005).

Ao final da referida década, com a progressiva diminuição da repressão da ditadura militar brasileira, o Movimento Negro inicia uma ofensiva contra o mito da “democracia racial”, buscando denunciar a existência do racismo no Brasil e seus efeitos como a enorme e perene desigualdade sociorracial e as barreiras psicossociais enfrentadas por negros e negras.

Feitas estas breves considerações sobre o período de ascensão e predomínio do mito da “democracia racial”, trataremos agora da percepção de importantes figuras do Movimento Negro que vêm participando, a partir da década de 1970, do debate sobre a questão racial e a luta contra o mito da “democracia racial”. A perspectiva, neste próximo tópico do trabalho, é tratar sobre o ponto de vista destes interlocutores no tocante ao debate acerca do desenvolvimento no Brasil e de que modo a problemática do racismo pode ser incorporada.

2. DIÁLOGO SOBRE A PROBLEMÁTICA DO RACISMO E AS POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA A AGENDA RENOVADA NO PENSAR O DESENVOLVIMENTO

Dialogamos, neste trabalho, com quatro personalidades representativas no Movimento Negro baiano e nacional: Luiza Bairros, Luiz Alberto, Vilma Reis e Sílvio Humberto. A escolha destes nomes se deve ao fato deles comporem o grupo de lideranças legítimas dentro do Movimento social Negro e que ao mesmo tempo têm se detido mais a problemática do nosso trabalho (sobre o racismo e os modelos de desenvolvimento do Brasil), através de suas atuações políticas e profissionais. Levantamos o nome de outras figuras representativas, porém por dificuldades de agenda e limites metodológicos da nossa pesquisa, decidimos desenvolver um diálogo com estes quatro sujeitos políticos.

Antes de tratarmos propriamente do conteúdo das entrevistas, apresentamos abaixo um pouco da trajetória e atividades políticas desenvolvidas por cada um desses interlocutores.

Luiza Bairros

Luiza Bairros, natural de Porto Alegre, RS, chegou a Salvador em 1979, período em que começou sua militância no Movimento Negro Unificado (MNU). Era a época de desafio ao racismo, um tema proibido de ser tratado por conta da vigência da ditadura militar. Em 1981, iniciou outra batalha: a formação do Grupo de Mulheres do MNU que unia o combate ao racismo à guerra contra as desigualdades de gênero. Dez anos depois, Luiza Bairros assumiu a coordenação nacional do MNU, organização que integrou até 1994. Pós-Graduada em Sociologia pela *Michigan State University*, nos Estados Unidos, tornou-se pesquisadora associada do Centro de Recursos Humanos da UFBA e fundou, em parceria com a *National Conference of Black Political Scientists/NCOBPS* (Conferência Nacional de Cientistas Políticos Negros), organização norte-americana, o Projeto Raça e Democracia nas Américas. O objetivo da iniciativa é promover a troca de experiências entre estudantes de pós-graduação afro-brasileiros e pesquisadores afro-americanos. Luiza Bairros também atuou como consultora do Sistema Nações Unidas no Brasil, no processo de construção da III Conferência Mundial Contra o Racismo, que proporcionou sua experiência na coordenação de projetos de cooperação internacional, como o Programa de Combate ao Racismo Institucional, implantado nas prefeituras de Recife (PE) e Salvador (BA) e no Ministério Público de Pernambuco. E atuou junto ao Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento

Internacional – DFID, em projetos de cooperação de interesse da população negra no Brasil. Atualmente, ela é Secretária de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia³⁴.

Luis Alberto

Luiz Alberto, natural de Maragogipe – BA, é um dos fundadores e ainda membro do Movimento Negro Unificado (MNU), já participou de outros movimentos populares e sindicatos, sendo fundador da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Ingressou na Petrobrás como vigilante e depois passou a técnico-químico, sendo atualmente, petroleiro aposentado e dirigente sindical. Na década de 1990, em 1997, tornou-se o primeiro deputado federal negro, eleito pela Bahia, totalmente vinculado ao Movimento Negro, e também o primeiro a ser nomeado vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Desde 2000, de forma contínua, é um dos representantes da Bahia na Câmara dos Deputados, onde criou o Núcleo de Parlamentares Negros do PT. Ele já foi Secretário de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI). Atualmente, desempenha suas atividades legislativas como Deputado Federal³⁵.

Vilma Reis

Vilma Reis, natural de Nazaré das Farinhas, na Bahia, é ativista do Movimento de Mulheres Negras e mestra em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA), pesquisando o Impacto de Raça sobre as Políticas de Segurança Pública em Salvador e seus resultados na vida de jovens-homens-negros. Também é pesquisadora Associada do Projeto Raça e Democracia nas Américas, Programa da UFBA e da Associação Nacional de Cientistas Políticos Negros/as dos EUA, e foi bolsista da *Howard University/Global Exchange*, no Programa de capacitação para mulheres Afro-Brasileiras, no *Ralph Blanch Institut For International Affair*. Além disto, Vilma Reis é educadora, conferencista e colaboradora de algumas organizações negras de Salvador como o Instituto Cultural Steve Biko, no seu Programa de Direitos Humanos e Anti-

³⁴ Fonte: Currículo produzido pela própria entrevistada.

³⁵ Fontes:

<<http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=LUIZ+ALBERTO&leg=53>> e http://www.deputadoluizalberto.com.br/modules/mastop_publish/?tac=14.

Racismo. Atua no CEAFFRO (programa de educação e profissionalização para igualdade racial e de gênero do CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais, Unidade de Extensão da UFBA) desde o ano de 2000, sendo técnica de acompanhamento pedagógico do projeto Ampliando Direitos e Horizontes, atuando no seu programa de Mídia *Advocacy* para o Enfrentamento do Trabalho Infantil, Doméstico e pela Garantia dos Direitos das Adolescentes Trabalhadoras Domésticas. Atualmente, ela é Coordenadora Executiva do próprio CEAFFRO e Presidenta do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia (CDCN)³⁶.

Silvio Humberto

Sílvio Humberto, natural de Salvador, é um dos fundadores e atual Diretor-executivo do Instituto Cultural Steve Biko. Já fez parte do Movimento Negro Unificado (MNU). Possui doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Mestre em Economia pela UFBA. É professor assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana desde 1993. Tem experiência nas áreas de Economia, Desenvolvimento Econômico, Políticas Públicas, Ações afirmativas, Relações raciais, Relações Internacionais com foco nas relações Brasil-África. Tem participado de conferências, Washington, D.C(2008), Moçambique (2008), Luanda (2006) África do Sul (2007), Conferência BIKO30:30, Membro da Cadara (Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros)³⁷.

Agora, partiremos para o teor do diálogo realizado com estes sujeitos a partir de três questões orientadoras, a saber, qual a relação entre racismo e desenvolvimento? Em que medida a presença da temática racial pode contribuir para o desenvolvimento? Como incorporar o racismo nas experiências de desenvolvimento (local)?

2.1. Qual a relação entre racismo e desenvolvimento?

Para a entrevistada Luíza Bairros³⁸, de acordo com suas observações, existem duas considerações sobre a relação entre o racismo e desenvolvimento: uma de ordem negativa e outra de ordem positiva. Primeiramente, a de ordem negativa, segundo a sua visão, refere-se à

³⁶ Fonte: Disponível em: < <http://www.ceafro.ufba.br/equipe/default.asp>>.

³⁷ Fonte: Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4705846H3>> .

³⁸ BAIROS, Luiza. Entrevista concedida ao autor, em outubro de 2008. Localizada no Apêndice A.

existência, nas propostas de desenvolvimento, da invisibilidade do racismo na vida das pessoas negras e, como consequência, as políticas de desenvolvimento não têm tido impacto sobre as mesmas.

Acho que um exemplo bem evidente disso, de tudo que o Brasil já teve, do ponto de vista de desenvolvimento rural, do ponto de vista de propostas de diminuição da pobreza rural, são anos e anos de muitos milhões de dólares que o Banco Mundial, por exemplo, botou no Brasil, mais especificamente no Nordeste, pra combater a pobreza rural. No entanto, as comunidades negras rurais nunca conseguiram ser mais diretamente contempladas por esses programas. Isso vem em função do fato de que, na medida em que não se associa o fato de que o pertencimento racial pode ser associado, e é muitas vezes associado, com essas ideologias, que são ideologias racistas. Isso sempre vai atuar no sentido de fazer com que esses grupos sejam “invisibilizados” ou que a situação de pobreza de determinados grupos, ou a situação de exclusão de determinados grupos seja vista como se fossem coisas naturais (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

A segunda consideração, de ordem propositiva, indica para a necessidade de apontar o que existe de positivo em vincular a temática racial ao debate em questão, o que tem a ver com a contemplação dos interesses dos grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira e nas políticas públicas e ações em prol do desenvolvimento.

[...] eu acho que ela [a relação entre a temática do racismo e desenvolvimento] deveria também contemplar uma outra que é tentar apontar pra o que existe de positivo em se considerar essa questão [racial] e a questão do desenvolvimento. Por quê? Porque deve haver nesses grupos que se consideram grupos raciais ou grupos étnicos específicos também uma motivação, digamos assim, pra participar dessas iniciativas, que são iniciativas de desenvolvimento desses grupos se verem ou se perceberem minimamente representados nas suas próprias formas de trabalhar, nas suas próprias formas de fazer as coisas.

[...] Qual é o tipo de sensibilidade, digamos assim, que essas intervenções governamentais devem ter, no sentido de resgatar esses modos tradicionais e fazer com que eles sejam potencializados em benefício dessas comunidades com as quais o poder público geralmente trabalha e que o poder público é chamado a trabalhar? Então eu acho que são esses dois aspectos que vejo nessa relação entre etnicidade ou pertencimento racial e desenvolvimento (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

Do ponto de vista do entrevistado Luiz Alberto,³⁹ a ideia hegemônica de desenvolvimento forjada pelos países ricos e assumida, em desvantagem, pelos países “em desenvolvimento” está atrelada ao determinismo econômico, ou ao crescimento econômico, em detrimento de outras dimensões “*que consigam incorporar as demandas e as perspectivas da maioria do povo*” (SANTOS, 2008, APÊNDICE). Entretanto, o conceito de desenvolvimento, para ele, deve estar vinculado ao contexto sociohistórico e às perspectivas

³⁹ SANTOS, Luiz Alberto. Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2008. Localizada no Apêndice B.

civilizatórias de cada sociedade. Nesse sentido, no caso do Brasil, pensar o desenvolvimento do país é levar em consideração a sua pluralidade étnico-racial. Senão, vejamos o que ele expressa:

Primeiro, que esse conceito de desenvolvimento está vinculado a perspectivas sociais e civilizatórias de cada sociedade. Então, o conceito de desenvolvimento, por exemplo, que as nações mais ricas do mundo têm é diferente de sociedades, vamos dizer assim, mais pobres, ou em desenvolvimento, ou daquelas que foram historicamente espoliadas pelo Colonialismo. Então, vincular, muitas vezes, o conceito de desenvolvimento tem a ver muito mais com o crescimento econômico, independente dos resultados que isso se desdobra com a população ou não. No capitalismo, o desenvolvimento tem um sentido muito mais de acumulação de riquezas, os pequenos grupos econômicos e sociais, do que efetivamente um conceito de um modelo de desenvolvimento que consiga incorporar as demandas e as perspectivas da maioria do povo. Isso tem a ver, portanto, com sociedades de diversidade étnica bastante significativa, como é o caso do Brasil (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Todavia, ele pensa que, historicamente, o Estado brasileiro não procedeu dessa maneira. De acordo com o mesmo, no Brasil, a perspectiva sempre foi de crescer economicamente, mas sem uma distribuição da riqueza produzida, alijando notadamente a população negra, a população indígena e as mulheres. Para ele,

[...] historicamente, o Brasil teve modelos de desenvolvimento específicos, porém tem uma coisa em comum entre esses modelos que foram experimentados, desde o período da ditadura militar, quando o Brasil cresceu numa taxa de 8% e 10% em sua economia, mas produziu uma imensa pobreza, uma imensa exclusão, amplificou-se a desigualdade. Pós-ditadura militar, esse conceito permaneceu. Vivemos num período atual, do governo Lula, que tenta construir uma ponte entre desenvolvimento econômico e inclusão social, mas ainda não se achou esse caminho, de forma que a população mais pobre, principalmente a população negra, tenha a oportunidade de fazer parte desse processo de desenvolvimento com inclusão social. Alguns programas, algumas políticas públicas têm dialogado com isso, mas ainda persiste uma concepção, uma cultura que precisa ser rompida pra que nós tenhamos uma relação direta entre desenvolvimento e a perspectiva de inclusão de setores da população que têm características próprias, que é o caso da população negra, o caso da população indígena, o caso da questão de gênero, a questão das mulheres, enfim, não se dialoga com essas... (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Portanto, para esse entrevistado, num contexto de sociedades multirraciais, que possuem comprovadamente fortes desigualdades sociorraciais, como é o caso do Brasil, faz todo o sentido relacionar racismo e desenvolvimento. Apesar disso, de acordo com seu ponto de vista, os gestores públicos não levam em consideração os indicadores sociais produzidos pelo próprio Estado, que apontam para tais desigualdades. Ilustrativamente, ele expressa:

Em que pese o Estado brasileiro, curiosamente, produzir indicadores, informações que demonstram um grau de exclusão da população negra, das mulheres, das mulheres negras, da juventude, me parece que essas informações não batem com os burocratas que administram o modelo de desenvolvimento no Brasil e que insiste em desenvolver. Portanto, há uma relação muito forte entre a questão racial no Brasil e o contexto de desenvolvimento econômico que até então foi experimentado. Então, isso tem, de alguma forma, aprofundado mais, cada vez mais, as desigualdades, a pobreza, o distanciamento muito grande entre o acesso aos benefícios do desenvolvimento, do crescimento. Não preciso falar do desenvolvimento, mas do crescimento econômico dessas populações, que se contrapõe, na verdade, a uma concentração de riqueza e renda muito forte de um setor branco, empresarial, ou seja, da burguesia brasileira e de uma classe média que, de alguma forma, emerge nesse processo, pois mantêm-se as características que a burguesia tem, ou seja, branca, masculina, que tem acesso aos benefícios desse modelo de crescimento econômico que o país investiu nesse último período (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Sobre a relação entre racismo e desenvolvimento, a entrevistada Vilma Reis⁴⁰, de forma enfática, diz que a luta contra o racismo no Brasil “é uma questão-chave para o desenvolvimento”. Ela informa que a problemática racial não deve ser encarada como algo só pertinente à população negra, mas a toda a sociedade brasileira.

Primeiro [...] como dizia Guerreiro Ramos lá em 1949, há uma noção equivocada no país de que a tarefa de lutar contra o racismo no Brasil seria tarefa dos negros. Nós entendemos que a tarefa de lutar contra o racismo no Brasil é uma questão-chave para o desenvolvimento. Não pode ser tarefa nossa, tem de ser tarefa do país, porque ou é isso ou o país não se desenvolve. Então, esse é um desafio muito grande e a gente precisa ainda de uma longa caminhada (REIS, 2009, APÊNDICE).

Desse modo, ela expõe uma das formas de produção da invisibilidade política da problemática racial quando avalia que, apesar do papel histórico da população negra, o Estado brasileiro não tem tido uma postura republicana e democrática de modo a convocá-la através de suas instituições e organizações ao verdadeiro debate sobre os rumos das políticas públicas do país, resguardando sua autonomia e levando em consideração os seus anseios políticos. A partir disso, sem embargo, podemos inferir que uma das formas de operação da invisibilidade seria feita através do “jogo da participação”, ou seja, a legitimação de decisões tomadas nos gabinetes, a partir do convite de setores da população negra para o diálogo, sem, no entanto haver a construção de uma arena política que, de fato, possibilite que esses atores influenciem profundamente os rumos das ações ou das políticas públicas.

⁴⁰ REIS, Vilma. Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2009. Localizada no Apêndice C.

Acho que o relatório anual sobre as desigualdades raciais que o Marcelo Paixão⁴¹ acabou de lançar aí, que vem exatamente com oito pontos, um deles, o ponto oito, pra mim, é o ponto mais importante do relatório, que é o ponto onde ele vai olhar para todos esses desenhos de desenvolvimento do país e diz assim: “Tem um furo aqui principal que tem a ver com a questão de controle das instituições políticas, e, sem isso, nós não temos condição de discutir desenvolvimento nenhum”. *Ou seja, para os governos, o que nós temos vivenciado é: eles fazem [de conta] que nós estamos nesse debate, mas nós não estamos no debate. É uma coisa esquizofrênica mesmo* (REIS, 2009, APÊNDICE).

A princípio, Sílvio Humberto⁴² retoma o debate sobre o racismo enquanto barreira para o alcance da plena cidadania das pessoas negras. Reforçando o ponto de vista de Moore (2007), o entrevistado pensa que a escravidão não gerou o racismo, mas o contrário: o racismo justificou a escravidão racial no Brasil, tanto que, no pós-abolição, tal fenômeno continua, segundo ele, atuando na construção de barreiras de ascensão social para as pessoas negras, comprovando o seu caráter mutante e de autonomia frente à instituição da escravidão. Nesse sentido, ele faz uma reflexão:

Eu cheguei recentemente a uma conclusão que, quando você chegou em 1888 (Abolição da Escravatura), se deixassem os negros entregues à sua própria sorte não teria nenhum problema, as barreiras seriam menores. O problema é que, além de você deixar os negros à sua própria sorte, constituíram-se barreiras. Um dos elementos de você aprimorar as reminiscências da escravidão que foram aprimoradas após a abolição foi, por exemplo, você interditar um analfabeto. A maioria da população não sabia ler e escrever. Quando você muda um dos códigos de ascensão social, precisa ler e escrever, e você não dá acesso para as pessoas fazerem isso, você vai manter... (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Nesse caminho, levando-se em consideração o racismo como construtor de barreiras sociais e seu caráter adaptativo, o entrevistado articula a ideia de como o racismo opera em contextos diversos, quando o mesmo mascara-se sob outras lógicas explicativas que não conseguem relacionar formas diferentes da expressão do referido fenômeno.

Por exemplo, Campinas, onde negros estão se tornando minoria, onde você conseguiu fazer migração europeia pesada, onde tinha um coreto dos homens de cor e o dos brancos, os negros andando três juntos, a polícia parava, tinha determinados lugares que os negros não entravam. Aqui [Salvador], como é maioria, você bate no geral, estabelece o controle social, porque você sabe com quem você tá lidando. Quando você diz assim: “*Vou perseguir os ambulantes, estabelecer normas de controle dos ambulantes, vou controlar as ruas, vou promover uma limpeza nas ruas*”. Você está tratando de quê? Você vai dizer que é para os brancos? Você vai afirmar especificamente que é pra população negra? Pega no geral. Então, quando

⁴¹ Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007 – 2008. LAESER – Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais das Relações Raciais. Instituto de economia. UFRJ. Coordenado por Marcelo Paixão.

⁴² CUNHA, Sílvio Humberto. Entrevista concedida ao autor, em setembro de 2008. Localizada no Apêndice C.

you olha pra essa realidade aqui, quando eu falo do social eu estou falando do racial (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Assim, segundo Sílvia Humberto, não é possível pensar em desenvolvimento sem o recorte racial, na medida em que o racismo se apresenta multifacetado na realidade social brasileira. Dessa maneira, ele considera que a pobreza e as desigualdades se apresentam de forma repartida e diferenciada e diz ainda que isso precisa ser considerado na elaboração das políticas de desenvolvimento, as quais precisam ser heterogêneas e focalizadas para ter efetividade.

Se você especificar com relação à questão negra, e os números estão aí mostrando, não dá pra você pensar em desenvolvimento econômico nesse país – saindo da retórica e indo para a prática e pensar essa inclusão social da população – sem o recorte racial. Não é um mero recorte do ponto de vista retórico, mas você pode apresentar isso, discutir desenvolvimento...

[...] Então, não adianta eu pensar em políticas que não tratem isso de forma diferenciada. Eu preciso entender que eu tenho uma desigualdade que se apresenta de forma diferenciada, por isso a pobreza se reflete dessa forma. Então, eu estou lhe dizendo o quê: que essa relação, desenvolvimento e [racismo] [...] Quando digo assim: pensar essas políticas de desenvolvimento, combater a desigualdade, eu preciso considerar a desigualdade repartida, diferenciada, heterogênea. Para eu poder ter efetividade na aplicação de políticas, eu posso chamar de políticas focalizadas, que venham combater esse fato: atingir os jovens, atingir as mulheres e atingir a população negra (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Consequentemente, de acordo com a percepção desse entrevistado, não existiria somente uma determinante para explicar a pobreza e as desigualdades, pois a realidade é mais complexa: o que existe são algumas determinantes que concorrem para a construção e manutenção dessa realidade de pobreza e desigualdade. Assim, Sílvia Humberto afirma que não se trata de substituir uma determinante pela outra, mas atentar para a interação delas.

Nesse sentido, o mesmo informa:

[...] quando você vai pensar o desenvolvimento econômico [...] as pessoas dizem assim: “*ah! Como é que você pode? Porque as coisas estão tão imbricadas, o social e o racial, como é que você vai separar isso?*” O problema é que essas pessoas estão tentando trazer um determinante pro outro. Tem horas que um pode determinar, pode ser determinante ou os dois podem aparecer de forma juntas. Não tem nenhum problema, porque o racismo não é isso, o racismo aqui se permutou na pobreza. O racismo pegou os negros e jogou na pobreza. E tem determinados problemas que você vai sentir que ultrapassa a pobreza (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Sendo assim, é salutar indicar que a percepção de Sílvia Humberto conflui para a proposta do nosso trabalho de indicar a importância de destacar a existência de uma dimensão

racial como mais uma categoria fundamental para pensar critérios de relevância na avaliação de políticas e práticas de desenvolvimento.

Além disso, dentro de uma análise histórica, para esse entrevistado, quando os economistas e políticos brasileiros se voltaram para pensar um caminho para o desenvolvimento do país a partir de 1950, perderam a oportunidade de resgatar a problemática racial presente ao longo da história do Brasil. Isso porque, segundo a visão dele, esses desenvolvimentistas optaram por compactuar com a democracia racial sem procurar, porém, promovê-la de fato, uma vez que isso exigiria a realização de ações concretas que, do ponto de vista deles, significaria reabrir a discussão das raças em termos do determinismo biológico, tal qual se fez na virada do século XIX para o século XX e que, mais tarde, o culturalismo poria abaixo.

Eu discuto [em sua tese de doutorado⁴³] por que aqueles que pensavam desenvolvimento econômico, que, na verdade, você pensa o Brasil ali nos anos 1950 e desenvolvimentista, eles voltam ao passado pra entender por que o Brasil é atrasado. Por que, ao você olhar para esse atraso, você não considerou que a questão racial era um problema? Você tratou que o problema do Brasil era a pobreza, era o atraso. E um atraso sem cor [...] é importante entender por quê. Foi a pergunta que eu fiz aos economistas: Por que as pessoas que estudaram o desenvolvimento e historiadores da economia não consideraram isso como um problema? O negro veio como relevante até 1888; depois de 1888, ele vira trabalhador nacional, ele ganha um título de trabalhador nacional. Só que o imigrante que entra a partir daí... Se tem vários trabalhos sobre imigração, se tem pouquíssimos trabalhos, até então, falando sobre essa trajetória do negro pós-abolição. Em tese, ele virou trabalhador nacional, só em tese. Então, não tem lugar na agenda do desenvolvimento, para pensar o desenvolvimento, o papel que joga o racismo. Por quê? Porque, você vai estar convencido de uma realidade que vai ser construída, que nós tivemos uma democracia racial, porque, quando eles estão discutindo isso, eles estão discutindo a partir de 1950, eles pensam de 1950 para cá. O primeiro livro de Furtado é de 1950 para cá. Então, eles voltam para estudar o passado não interessados em reconstituir os fatos históricos, apenas fazer uma retrospectiva econômica. Contar como foi [...]. Então, do ponto de vista econômico, do ponto de vista do desenvolvimento, o que eu fui mostrando é que, mesmo com esse discurso, mesmo assumindo democracia, mesmo assumindo paraíso racial, porque eu digo, também, que a democracia racial é um processo de reeducação dos brancos de retirar a mentalidade escravagista. E eu vou transformando na cabeça dos negros progressivamente em um conflito rico e pobre, porque no pensamento liberal cabe rico e pobre. No ponto de vista liberal, não cabe preto e branco, porque ele foge da lógica econômica. Como é que se justifica o “*self made man*”? Porque envolve uma outra ordem de fatores, tanto que o modelo da democracia racial, ele é com base no Culturalismo (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Adiante, Sílvio Humberto aprofunda que, possivelmente, existe um problema epistemológico, o qual tem dificultado a percepção de que a dimensão racial é importante para

⁴³ CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: Sociedade-Racismo-Economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902**. 2004. 279 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

se pensar o desenvolvimento, porque aqueles que vêm refletindo, historicamente, sobre esse tema não compreenderam que o racismo é um fenômeno estruturante das relações sociais. Essas pessoas não teriam pensado dessa maneira, porque compactuaram com a ideia da existência de uma democracia racial, como se, a partir daí, o país já tivesse resolvido essa questão. Com efeito, segundo ele, esse modo de pensar refletiria o modelo racial brasileiro fundado no mito da “democracia racial” como uma instituição reguladora das relações sociorraciais no Brasil.

Então, esses elementos que, quando você vai discutir desenvolvimento econômico isso não aparece, porque esses pensadores do desenvolvimento econômico estavam convencidos que o Brasil era uma democracia racial, pronto e acabou. Eles não problematizaram isso, porque, no imaginário social, isso era dado. O fato deles não problematizarem isso não significa que o problema não existe [...]. Então [...] quando você chega nessa discussão do desenvolvimento, você sempre vai pensar o desenvolvimento a partir de políticas universalistas e isso você nunca vai conseguir... A dificuldade é do ponto de vista epistemológico. Tem um problema epistêmico aí, e que, na realidade, você está convencido é o que vem até os nossos dias no debate sobre políticas públicas. Porque você está convencido de uma visão de desenvolvimento onde você não incorpora esses elementos, onde o racial não é problema, porque você não reconhece que o Brasil tem um modelo racial (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

A partir do esforço de Sílvio Humberto em relacionar racismo e economia, podemos depreender que a democracia racial está contribuindo, historicamente, para a construção da invisibilidade das assimetrias de poder entre brancos e negros. Temos, também, condições de afirmar que a visão economicista de desenvolvimento obnubila outras dimensões dos processos de desenvolvimento, a saber, as dimensões destacadas atualmente como a social, política, ambiental, cultural e, principalmente, a que nós estamos propondo, a dimensão racial.

Se eu admito que tem um modelo racial, e nós admitimos que existe um modelo racial, tanto que no meu trabalho eu falo assim: eu falo de uma aproximação ao modelo racial brasileiro e não um modelo brasileiro de relações raciais, porque eu coloco o racial no mesmo patamar do econômico. Você não fala assim: “É um modelo brasileiro de relações econômicas”. Você fala: um modelo econômico brasileiro, porque ele é central. Ele determina. Eu digo: o racial também. O racial está passivo de ser uma política. Nós tivemos uma política. A forma de eu equalizar, chamar isso de democracia racial... Foi essa forma que eu fui mostrando pra poder demonstrar essa relação entre o racial e o econômico (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

2.2. Em que medida a presença da temática racial pode contribuir para o desenvolvimento?

Indagada sobre como a presença da temática racial pode contribuir para a questão do desenvolvimento, Luíza Bairos apresenta algumas considerações pertinentes à vivência da identidade racial, sobre como ela pode se expressar de formas diversas. Ela diz que isso deve ser considerado nas propostas de intervenção nos diferentes territórios e grupos. Ainda para a mesma, a efetividade das ações depende de que as pessoas envolvidas “*se sintam contempladas nas suas maneiras de ser, de agir, de pensar, de trabalhar, etc.*” (BAIROS, 2008, APÊNDICE). Nesse sentido, ela traz uma reflexão densa sobre os diferentes modos como a identidade racial pode ser expressa.

E aí eu fico me lembrando de uma coisa que eu desenvolvi na minha cabeça a partir da leitura de vários diferentes autores, mas que surgiu mais especificamente de um texto que eu li uma vez, que era de Stuart Hall, que era o seguinte, ele dizia: as pessoas negras não vivem a sua condição racial todas da mesma forma. Nem sempre esse ser negro e ter consciência desse pertencimento racial se expressa exatamente da mesma forma. Existem coisas, por exemplo, que a gente identifica imediatamente como sendo negras. Coisas que estão presentes nessa parte mais superficial da cultura, como a culinária, o entretenimento, a música, etc., etc., e às vezes a gente fica procurando o ser negro nessas coisas e não encontra nelas. E ele chamou atenção pra uma coisa muito interessante que era o seguinte: muitas vezes, pra uma determinada comunidade, ser negro está expresso, por exemplo, no apego que ela tem ao território que habita. É de como, por exemplo, ela, diante da possibilidade de ser deslocada, vamos dizer assim, desenvolve uma luta comunitária pra poder preservar aquele lugar, pra poder continuar morando naquele lugar. Ele diz que, muitas vezes, há elementos aí de memórias de pertencimento racial ou de pertencimento étnico nestas lutas por um território que não se expressam necessariamente nessas linguagens que a gente está acostumado a ver no movimento negro ou coisa que o valha, mas que o elemento racial está ali colocado [...]. Muitas vezes, essa identidade étnica ou identidade racial é devida através de outras formas de manifestação. Do mesmo modo, por exemplo, se a gente traz para um outro extremo e traz isso para o urbano, como a gente identifica, por exemplo, em expressões musicais, como é o caso do funk, como é o caso do rap, por exemplo, onde não necessariamente vai haver uma menção ao ser negro, dentro dessas músicas, pode não acontecer, mas isso acaba sendo vivido por construções que tem a ver com o gênero. De como a feminilidade é construída nas letras dessas músicas, de como a masculinidade é construída nas letras dessas músicas, que podem não ter nenhuma referência à cor da pele, pode não ter nenhuma referência a um fato histórico que nos une enquanto negros, por exemplo, mas que é uma forma de viver o racial, seja através de uma masculinidade subalternizada, ou seja, através de uma masculinidade exageradamente forte e com capacidade de poder sobre a mulher. Do mesmo modo, ao contrário: mulheres negras podem ter, dentro dessas expressões musicais, aparecerem como as super-feminilizadas, como as super-sensuais sem se referir em momento nenhum à cor da pele, mas aquilo é uma expressão da identidade racial, no caso, vivida através do gênero.

Então, eu acho que nessa relação entre etnicidade e desenvolvimento, eu acho que a gente tem que estar atento talvez mais. É pra isso, que outras formas ... Essa etnicidade poderia estar se manifestando em determinados espaços em que elas estão encobertas de uma maneira tal que, às vezes, fica difícil, inclusive, pra quem quer fazer uma intervenção, no sentido do desenvolvimento, de localizar exatamente qual

é o tipo de linguagem ou qual é o tipo de proposta que poderia sensibilizar aquele determinado grupo a ponto dele se reconhecer ali dentro daquela proposta e, em se, reconhecendo, tomando aquela proposta como sua e, conseqüentemente, se habilitando politicamente a usufruir dos benefícios que o desenvolvimento causa, que ele pode causar (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

Como podemos notar, a entrevistada enfatiza que a identidade racial não deve ser compreendida somente sob o ponto de vista de uma noção de resistência – em que se pode viabilizá-la através de um discurso deliberado e estruturado, como o do movimento negro, ou do modo como as pessoas vivenciam essa identidade racial de resistência sem uma intencionalidade política estruturada. Para Luíza Bairros, além da identidade racial praticada no âmbito da resistência, há uma outra forma de sua expressão que se dá em termos de uma representação subalternizada atrelada ao racismo.

Além disso, a entrevistada traz outro aspecto de contribuição da inserção da temática racial no debate sobre o desenvolvimento. Para ela, em termos quantitativos, os indicadores sociais desagregados por cor/raça são o ponto de partida mais pragmático que se tem para avaliar a distribuição desigual dos recursos sociais entre negros e brancos. Os mesmos ajudam a perceber “*como o desenvolvimento é muitas vezes incapaz de atingir determinados grupos*” (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

Eu acho que esse tipo de desafio é um desafio grande. O que nós temos empiricamente, digamos assim, pra dizer que o desenvolvimento exclui determinados grupos e tende a excluir aqueles grupos que são racialmente oprimidos ou grupos etnicamente desvalorizados socialmente, o que nós temos concretamente sobre isso são os indicadores sociais. Na medida em que a gente desagrega os indicadores sociais por raça, por cor, etc., a gente pode ter uma dimensão de como o desenvolvimento é, muitas vezes, incapaz de atingir determinados grupos. E eu acho que ainda é o ponto de partida, digamos, mais concreto que nós temos pra poder ter uma ideia do que é a forma desigual com que os grupos étnicos e raciais se apropriam dos benefícios do desenvolvimento. Mas, pra além desse lado quantitativo, eu acho que tem essa outra coisa que falei anteriormente me referindo a esse texto antigo de Stuart Hall (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

Luiz Alberto, ao tratar da possível contribuição da presença dessa temática para o debate sobre desenvolvimento, traz-nos uma reconstituição histórica dos processos políticos que possibilitaram uma discussão mais profunda sobre a concepção de desenvolvimento. Primeiro, quando ele informa que o Movimento Negro colocou na agenda nacional a questão do racismo, adquirindo como resultado a sua criminalização na Constituição de 1988, inicialmente. Para ele teria ocorrido, aí, uma “judicialização” desse fenômeno.

A partir disso, intensificaram-se as reivindicações por políticas públicas que pudessem reverter a situação social da população negra, tendo como marco a III Conferência Mundial

Contra o Racismo, a Xenofobia e as Discriminações Correlatas, em Durban, na África do Sul, o que instou o Estado brasileiro a construir uma gama de ações em prol do combate ao racismo e da promoção da igualdade racial.

Entretanto, o entrevistado identificou, por fim, que, nesse processo, o Movimento Negro não construiu estratégias de ocupação de espaços na esfera de poder do Estado. Com efeito, ele compreende que essa dinâmica geral, historicamente empreendida por esse movimento social, vem contribuindo para o processo de redemocratização do país, bem como forçando a agenda do desenvolvimento a tornar-se mais ampliada.

Nesse caminho, de acordo com Luiz Alberto, a contribuição da dimensão racial para o desenvolvimento se daria a partir da possibilidade que esta tem de redirecionar e modificar a própria noção de desenvolvimento comumente atrelado ao crescimento econômico, uma vez que adiciona toda uma problemática racial construída ao longo da trajetória histórica da população brasileira.

Olha, eu acho que tem duas coisas aí que precisam ser pensadas. Uma, é o papel que o movimento social negro tem que cumprir. Acho que até a década de 1990/2000, o movimento negro teve um papel importantíssimo nesse processo de incluir na agenda nacional o debate da luta contra o racismo. Tanto é que a Constituição brasileira incorporou elementos, do ponto de vista da funcionalidade de uma legislação de combate ao racismo, mas, ao mesmo tempo, deixou de incorporar princípios de inclusão social da população negra, ou seja, criminalizou o racismo, transformou o racismo num elemento de punição judicial, judicializou o racismo. Mas, por outro lado, não apontou para a construção de políticas públicas que levassem em consideração os efeitos do racismo. A partir de 1988 é que emerge um outro debate, onde o movimento negro, a partir principalmente da Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo e Xenofobia, na África do Sul, é que se avolumou um debate vinculado às políticas públicas, principalmente as políticas de ação afirmativa, cotas nas universidades, o debate sobre a inclusão de reservas de vagas no mercado de trabalho. Aí, surge o debate e a apresentação no Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial, que se desdobrou num debate nos estados. Por exemplo, no caso da Bahia, tem uma proposta em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado, tem uma proposta em tramitação na Câmara de Vereadores de Salvador, ou seja, é nesse momento que se debate uma outra coisa, ou seja, sai da esfera da judicialização do racismo para um debate sobre que propostas de políticas públicas nós queremos para incluir a população negra nesse terreno.

Vinculado a isso, tem um outro elemento que o movimento negro de alguma forma não atentou, que foi o debate sobre a disputa do Estado. Quer dizer, como é que você pode obrigar o Estado a promover políticas de inclusão, sem que próprios beneficiários não tenham papel ativo na estrutura do Estado? Então, isso é um elemento que a gente, de alguma forma, me incluo inclusive nisso, nós negligenciamos no debate político, ou seja, como é que nós poderíamos vincular isso às demandas de políticas de inclusão com perspectivas de programas políticos de ocupação de espaço no Estado, diria, candidaturas negras para o Parlamento nacional, para os parlamentos estaduais, para os parlamentos municipais, para os executivos, ou seja, a disputa de um poder institucional que, em última instância, é quem administra, é quem organiza as ações de políticas de inclusão. Então, sem a presença dos interessados, é muito difícil que isso se realize de forma plena [...] E aí, eu entendo que essas ações, esses elementos são fundamentais para incluir na

agenda de construção de uma perspectiva de inclusão da população negra, não só no modelo de desenvolvimento que o Brasil se propôs a fazer, mas redirecionar, modificar esse conceito de desenvolvimento quando terá que levar em consideração essas particularidades culturais, étnicas da população brasileira (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Para ilustrar, ele cita a realidade baiana e a relação entre os seus aspectos culturais e a indústria do turismo. De acordo com sua percepção, particularidades culturais da população negra são utilizadas historicamente com a finalidade de se obter o famigerado crescimento econômico, através da indústria do turismo, sem, contudo, os ganhos serem apropriados devidamente por essa população. Com efeito, podemos inferir que na medida em que se inclui a dimensão racial como critério de análise, conseguimos perceber a apropriação indébita dos ganhos econômicos por um grupo sociorracial hegemônico.

Eu acho que o modelo de desenvolvimento que a Bahia poderia abraçar pra dar conta dessa diversidade étnico-racial no estado, um estado eminentemente negro, e a gente fala diversidade, mas na verdade tem uma presença marcadamente negra e da cultura africana, é que, como a Bahia, pelo menos como alguns territórios baianos ou na maioria dos territórios baianos, você tem que vincular uma política – a Bahia sempre viveu isso –, vincular um elemento da cultura baiana, e cultura num sentido amplo, não é no sentido do lúdico, mas no sentido de como a população se relaciona com seu território, com a natureza e com o território. Ou seja, em todo e qualquer território baiano você vai encontrar formas de construção de vida vinculada à cultura africana, seja na forma de realizar o trabalho, o trabalho como forma de transformação da realidade em benefício da população, das pessoas, das formas específicas. E aí se traduz isso no artesanato, nas formas de realizar o trabalho na roça, na própria relação da população com os simbolismos, vamos dizer assim, do lúdico. Tudo isso a elite baiana sempre utilizou, essas especificidades como uma mercadoria do turismo. Como no mercado do turismo você sente mobilizado, foi sempre apropriado pela indústria do turismo, que é dominada por uma elite branca que, a partir de Salvador, movimenta todo esse universo e ganha o acúmulo de riqueza com isso (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Ao ser indagada, Vilma Reis ressalta que a população negra ficou de fora do debate feito sobre desenvolvimento nacional nas últimas décadas, o que, na sua ótica, significa que a política de desenvolvimento do país foi deixar a população negra de fora dos benefícios sociais advindos do crescimento econômico.

[...] cada vez que o país fez silêncio sobre nós, era uma política, era uma política para nós. Quer dizer, esse argumento que nós trilhamos ao longo dos últimos 40 anos, no interior do Movimento Negro de que não havia uma política de desenvolvimento, há sim, de nos deixar fora. Então, acho que o esforço feito, por exemplo, por Ana Luiza Flauzina⁴⁴, quando ela vai olhar, pelo campo jurídico, como o país arbitrou secularmente contra nós, eu acho que é um esforço fundamental o que ela fez (REIS, 2009, APÊNDICE).

⁴⁴ FLAUZINA, Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Dessa forma, a entrevistada indica a existência de uma espécie de “sectarismo étnico-racial” das elites brasileiras:

[...] a gente tem aquilo que o Luiz Mir, no seu livro *Guerra civil: Estado e trauma*, ele vai chamar de sectarismo étnico-racial das elites brasileiras, que é uma elite que resolveu discutir o Brasil sem o Brasil, sem o Brasil na sua pluralidade, na sua totalidade, portanto. Então, você tem uma elite que está aberta pra discutir, pra debater grandes questões, mas não tolera ser interpelada exatamente por aquilo que ela concebeu como grupo dominado, e o grupo dominado é exatamente a população negra e os povos indígenas (REIS, 2009, APÊNDICE).

Além disso, Vilma Reis pontua o modo como, na trajetória recente do país, aqueles maiores interessados em tratar da temática racial buscaram colocar-se mesmo diante de um quadro adverso. Desse modo, ela faz uma reconstituição histórica do esforço do Movimento Negro em construir a sua inserção nas questões de desenvolvimento do país num contexto mais próximo. Assim, a entrevistada indica que o debate do desenvolvimento como crescimento econômico nas últimas duas décadas foi muito prejudicial à parcela da população negra. Trazendo alguns elementos que complementam a revisão histórica feita por Luiz Alberto anteriormente sobre as iniciativas desse movimento social para a inserção do debate racial na agenda pública mais recente, Vilma Reis afirma:

[...] a partir dos anos 1980 de desenvolvimentistas brasileiros que eles vão passar por isso que a gente chama quase de uma era de demência. Mas eles, essa crítica que esse cara fazia, até esses tão terríveis do tucanato, como Mendonça de Barros e todos eles, eles vão dizer: o que é que o Brasil fez nos últimos 20 anos? O Brasil tentou estabilizar a economia. O Brasil não fez outra coisa. Só que isso é um modelo de desenvolvimento, mas eles não admitem como modelo de desenvolvimento. E nesse debate aqui, a população negra estava absolutamente alijada. Então, qual é o momento que novamente, com todos os equívocos. O país vai fazer isso com a participação da população negra? É a partir da criação dos GTI's⁴⁵, em 1995, quando Hélio Santos e todo aquele grupo de negros do PSDB é mobilizado, a partir de São Paulo, pra pensar em “qual é a saída”, “o que é que vamos fazer?”. E não era por falta de sistematização das lideranças negras. Não era de forma alguma, porque fomos nós que, em 1988, diante do centenário da Abolição, botamos em xeque o governo de Sarney e falamos: “Chega. Aqui não vamos passar”. E a gente vai levar mais 7 anos pra conseguir gestar o GTI. E pós o GTI, aí a gente vai levar mais 6 anos de quarentena, porque o Brasil só consegue efetivamente organizar uma agenda política, com participação da população negra pra pensar em política de desenvolvimento a partir de 2001, no contexto da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo (Durban, 2001) com uma agenda formal (REIS, 2009, APÊNDICE).

⁴⁵ Grupo de Trabalho Interministerial com a função de estimular e formular políticas de valorização da população negra. Fora criado em 20/11/1995, no plano federal, como resposta à caminhada dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, realizado pelo Movimento Negro.

Sílvio Humberto destaca que a presença da dimensão racial na elaboração das políticas de desenvolvimento tem uma importância que é de garantir a sua efetividade. Nesse sentido, ele pensa:

[...] na medida em que você reconhece que ela existe, que ela é fato, do ponto de vista desde a concepção, você contribui para a efetividade da própria política pública. Porque você sabe que ela não é só retórica. A gente não está falando hoje quando diz assim; *não dá pra pensar em políticas públicas, se eu não trabalho a discussão sobre a promoção da igualdade racial* (eu estou tirando do campo do racismo enquanto preconceito). E quando eu digo que ele é transversal, que ele estrutura as relações, eu estou dizendo: *“Pensar o desenvolvimento econômico hoje sem fazer a discussão do racial, sem discutir a questão de gênero, eu não vou ter efetividade nas políticas”* (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Com efeito, a partir de uma ênfase na esfera econômica, ele procura aprofundar essa dimensão no sentido de articulá-la com outros âmbitos da vida social, buscando pensar o desenvolvimento nos termos da sustentabilidade, através do exercício da transversalização de diferentes esferas, entre elas, a dimensão racial encoberta no cotidiano das cidades. Senão, vejamos:

Você tem que discutir, do ponto de vista econômico, como é que isso [a dimensão racial] vai se transversalizar dentro da educação, desde a hora que eu vou pensar trabalho e renda nessa cidade, nas relações internacionais da cidade, na hora que vem instalar os empreendimentos, como é que eu vou discutir do ponto de vista da sustentabilidade da cidade que envolve as regiões entre racismo ambiental, falta de esgoto no lugar. Assim, por que em um lugar eu posso aterrar um rio descendo, não me preocupo em fazer nenhum tratamento e vou deixar desaguar lá na orla do subúrbio? Deixa aquela orla do jeito que está lá (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

2.3. Como incorporar o racismo nas experiências de desenvolvimento (local)?

Luíza Bairros diz que ainda está por se saber de forma estruturada de que maneira deve-se fazer a incorporação da temática racial nas iniciativas de desenvolvimento, uma vez que existe ainda uma inserção subordinada desse debate em outros projetos políticos que não priorizam tal temática.

Tenho a impressão de que, com tudo o que existe ou tem existido em vários lugares do Brasil, de intervenção em comunidades quilombolas, é que daí talvez surja um dia alguma proposta, alguma coisa. Mas eu ainda vejo que hoje a gente ainda corre atrás das possibilidades, a gente não está ainda na condição de impor uma forma de trabalhar com as comunidades negras a partir do nosso ponto de vista, não é assim ainda. **A gente ainda está tentando inserir as nossas coisas dentro de intervenções mais amplas que são pensadas fora do nosso espaço de poder, vamos dizer assim. Então, eu acho que isso é uma coisa que a gente está definitivamente se devendo ainda. Como é que a gente age dentro de uma**

determinada área integradamente a partir dessa visão, essa visão de que existem desigualdades que são concretamente baseadas na diferença de pertencimento étnico ou racial [grifo nosso]. Que existem desigualdades que também são de gênero para dentro desses grupos e como é que se pensa um tipo de intervenção, onde a eliminação dessas desigualdades seja o que orienta o trabalho como um todo (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

A incorporação da problemática racial, segundo Luíza Bairros, tende a se dar na medida em que exista a participação efetiva na gestão pública dos atores sociais que estão, enquanto sociedade civil, demandando ou trabalhando com a questão racial.

Porque, quem é que faz programa de desenvolvimento? Não é a sociedade sozinha, a sociedade até participa. Agora isso é uma coisa que vem fundamentalmente de uma ação que é pública, de uma ação que é governamental em muitos sentidos, entendeu?! [...]. Tem a ver com gestão, tem a ver com a ação pública. Quer dizer, qual é a possibilidade que a gente tem de incluir ou de inserir na ação pública, na ação governamental esses princípios que foram, na verdade, princípios cunhados e desenvolvidos a partir da ação dos movimentos negros, principalmente? [...] Então, essas questões aqui poderão ser respondidas na medida em que a gente efetivamente passar a ocupar espaços decisão da política pública. Quer dizer, a gente não chegou lá ainda (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

Com a sua experiência na gestão da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI), ela consegue identificar que existe a necessidade de aproximar os sentidos políticos das proposições do âmbito do movimento Negro da esfera pública institucional na efetivação de políticas públicas, respeitando as características intrínsecas de cada espaço.

Eu tinha dito [...], logo que cheguei aqui que é uma coisa, quer dizer, já estava pra mim muito evidente desde o início que aquilo que a gente trabalha no movimento social não é exatamente aquilo com o que a gente trabalha dentro do governo. Que lá, no movimento, a gente tem uma formulação, aqui dentro do governo a gente tem uma outra formulação. É aquilo que eu exemplificava, é aquilo que lá a gente chama de violência policial, aqui a gente chama de segurança pública. Então, eu via um pouco assim de quem nessas estruturas governamentais, é fazer com que essa tradução que é feita do movimento social pra dentro do governo, que perde alguns sentidos quando a tradução é feita, era papel da gente fazer o quê; esticar isso mais que o possível para aproximar do que foi isso que a gente criou lá. Aproximar o máximo possível disso que a gente criou lá enquanto movimento social pra que essa ação, essas políticas públicas possam efetivamente, ou, pelo menos minimamente, responder ao que é demanda da sociedade.

Nessa questão do desenvolvimento, acho que existe uma questão do *gap* enorme entre o que a gente pensou e entre as formas como os governos agem. Existe um *gap* enorme (BAIRROS, 2008, APÊNDICE).

Tratando dos obstáculos para a incorporação da temática racial nas agendas de desenvolvimento, Luíza Bairros indica que o fato de a compreensão de que o racismo é um fator estruturante das relações sociais não ser hegemônica constitui-se no principal obstáculo

tanto para a desejada presença de pessoas negras nos espaços de poder no Estado, quanto para a efetivação dos projetos políticos de interesse da população negra brasileira. Dessa forma, a entrevistada discorre da seguinte forma:

Eu acho que é assim: a pergunta serve em dois sentidos, quer dizer, pra nossa ausência nesses espaços e, conseqüentemente, pra ausência dos nossos interesses ou dos nossos direitos naquilo que é produzido como proposta pra sociedade, que os governos produzem como proposta para a sociedade. Acho que é fundamentalmente o fato de não existir uma consciência mais generalizada de que o racismo é estruturante das relações sociais. Essa crença não está ainda garantida. Na medida em que ela não está garantida, não consegue, a gente não consegue afirmar lá em cima, na hora que as coisas são pensadas, onde é que a gente entra. Quer dizer, desde que eu entrei aqui, nas coisas que eu faço de contatos com outras secretarias, outros secretários, reuniões, etc., eu não sei quantas vezes eu já perguntei: “Por que é que a SEPROMI não entrou nisso?”.

[...] Eu acho que é fundamental pra alguém que ocupa um lugar como esse ter a exata noção da diferença entre o que é ocupar um cargo e ocupar um espaço de poder, porque senão a gente vai ficar sacralizando isso, falando por aí que isso aqui é um máximo, quando, na verdade, isso aqui é como eu disse, é um outro espaço de luta contra o racismo [...].E na medida em que dentro dessa esfera, tu não consegue criar uma, não vamos dizer nem um consenso, mas que não consegue ter uma hegemonia em termos de se pensar o racismo como estruturante das relações sociais, conseqüentemente, também a gente nunca vai ter garantidos esses determinados direitos que nós temos e que são violados por conta de nossa condição racial (BAIROS, 2008, APÊNDICE).

Para incorporar elementos da resistência popular (por exemplo, podemos citar a luta contra o racismo), Luiz Alberto indica a necessidade de mudanças profundas na relação paternalista, autoritária e antidemocrática que o Estado estabelece historicamente com a sociedade civil. Ele coloca que é preciso pensar justamente em outros modos de conceber o desenvolvimento que dê conta dos anseios de grande parte da população. Ou seja, podemos inferir que pensar desenvolvimento com uma noção de dimensão racial vai ao encontro dessa perspectiva, por exemplo.

Se essas pessoas que estão hoje no Estado [baiano], ou pelo menos parte delas, vêm do movimento, o ritual tem de ser trabalhado no sentido de quebrar esse ritual, não pra não ter nenhum, mas construir um outro, até porque todo o Estado em que nós vivemos foi feito pra beneficiar a elite branca, e não a população pobre negra. E então, se eu não trabalhar esse rompimento, todos não vão conseguir fazer. E, portanto, as amarras que existem entre o Estado, as autoridades públicas e o movimento social vão permanecer: a relação paternalista, autoritária, antidemocrática. Então, por isso que eu dou ênfase ao papel que o Estado tem que ter. E esse Estado que nós herdamos tem de ser modificado, ele não pode continuar sendo o mesmo que nós encontramos. Nós precisamos fazer modificações profundas para incorporar elementos da resistência popular, da resistência do povo para mudar essa relação e o papel da sociedade civil, da sociedade organizada dos “desvios” do Estado, ou seja, isso significará discutir formas específicas ou diferenciadas de desenvolvimento econômico, social, que interesse o conjunto da população. Não significa que trazer pra cá um grande investimento e uma montadora de automóveis

seja a redenção econômica e social da população. Isso vai implicar o contrário, inclusive, isso depende muito de como você se relaciona com os investimentos (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Nesse caminho, esse entrevistado propõe como uma estratégia de desenvolvimento contra-hegemônico o fortalecimento institucional das organizações das populações negras, sobretudo. Consequentemente, ele pensa que, na medida em que as mesmas estejam mais fortalecidas, poderão influenciar na mudança do modelo atual de desenvolvimento do estado da Bahia. Tal reflexão, do nosso modo de ver, representa uma forma muito concreta de incorporação da dimensão racial, na proporção que se preconiza o “empoderamento” de setores historicamente marginalizados também pela sua condição sociorracial.

Então, como é que nós podemos modificar essa situação [desigualdades sociorraciais]? Primeiro, fortalecendo as formas organizativas das populações. Eu dou aqui em exemplo, as populações negras, usando um termo mais amplo, as populações tradicionais da Bahia, que invariavelmente são as populações negras, ou seja, os pescadores, marisqueiras, trabalhadores rurais, comunidades quilombolas, todas elas têm formas específicas de organização. A primeira coisa que o Estado e o governo nosso da Bahia precisaria levar em consideração é fortalecer essas formas organizativas para que elas se apropriem da riqueza produzida por elas. E aí você, de alguma forma, estabelece um outro patamar de relação entre a produção: quem produz e quem apropria. Então, na medida que essas organizações sejam fortalecidas, elas terão condições de influenciar neste modelo de desenvolvimento que o estado da Bahia precisa implementar [...] (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Como exemplo, Luiz Alberto cita o caso da Bahia, o qual, segundo o mesmo, tem todas as características desafiadoras para a incorporação dessas estratégias.

Então, um modelo pra Bahia com as suas características é investir no fortalecimento institucional dessas comunidades; um diálogo amplo do Estado com essas comunidades para que elas tenham um papel, inclusive na definição das chamadas macropolíticas, não só das políticas específicas e pontuais, ou da micropolítica econômica do governo, mas na macropolítica. Dizer o seguinte: bom, o Estado quer investir hoje, por exemplo, na indústria naval, tem que chamar as populações, as comunidades que vão ser impactadas por esse investimento pra discutir com elas que forma é essa que pode evitar o impacto muito grande nessas comunidades e como elas podem intervir nisso. Senão, esse modelo, esse investimento vai se traduzir em agressões a essas populações, beneficiando populações inclusive que não são nem do estado e são migradas pra cá, porque são investimentos de um alto grau tecnológico que não encontra a mão-de-obra, que não encontra, vamos dizer assim, um ambiente preparado no estado para dar conta desse investimento. Então, eu acho que precisa de uma repactuação, um debate político que envolva o movimento negro, os movimentos de pescadores e marisqueiras [...] (SANTOS, 2008, APÊNDICE).

Ele destaca, então, a necessidade de o poder público viabilizar a participação desses setores subalternizados sociorracialmente (chamar para o debate), procurando construir um

espaço público democrático, no sentido desses influenciarem os rumos do projeto de desenvolvimento de forma que sejam beneficiados.

Vilma Reis, por sua vez, faz uma reflexão crítica acerca de uma das perspectivas alternativas no fazer econômico e pensar do desenvolvimento, qual seja, a economia solidária. Para ela, os marcos de discussão sobre a economia solidária são ainda “extremamente brancos” e trazem uma perspectiva ocidentalizada das relações socioeconômicas, já que não se aproveitam as experiências históricas de sobrevivência e resistência da população negra nas relações de produção, consumo e solidariedade. Ela, nesse caminho, indica possibilidades de incorporação da dimensão racial no debate do desenvolvimento quando observa a importância dessas experiências históricas e concretas que se fundamentam na solidariedade, cooperação, reciprocidade e redistribuição, princípios caros, incorporados a uma ideia de economia solidária.

Então, eu acho que tem todos esses mecanismos que nós criamos. Acho que a gente ainda vai descobrir o caminho pra nós, povo negro, em relação à chamada economia solidária. Acho que os marcos ainda são extremamente brancos, extremamente brancos. Todos os paradigmas são brancos, são de uma lógica branca e que não incorpora as formas, por exemplo, como nós que, às vezes, uma mulher que tem uma guia de acarajé, ela sustenta 20 pessoas e emprega 10. E essas formas elas não [...], esses modos, cada mulher que vende comida, como Alaíde do Feijão, como que a gente vai considerar essa mulher empresária? E outras mulheres que vão fazer outros tipos de empreendimento. As mulheres que costuram. As mulheres que estão [...]. E o mínimo de nós que está em outros campos, que é mínimo mesmo: Eu, você, Mona, Nara, todo mundo está, esse campo mínimo aqui que está nas profissões liberais, dos profissionais liberais [...]. Esse é o mínimo aqui, mas a pergunta é como que 50% da população brasileira, submetida àquelas condições que eu descrevi nesse instante, que é..., ou do subemprego, ou quando nós temos, na formalidade, estamos nas piores condições dessa formalidade. Pra mim a pergunta é: como a gente conseguiu? E como que a gente investe e leva os nossos modos pra dentro, por exemplo, do chamado “empreendimentos alternativos”, ou da economia solidária e quando que esses nossos modos vão ser incorporados sem parecer nada exótico? Sem parecer algo que não é válido pra gente poder existir e fazer a coisa. Pra mim, acho que tem esse desafio no meio. Cada vez que eu estou nessas discussões, eu sinto um profundo desconforto, porque eu acho que novamente a receita vem de outro lugar e não de nós. Pergunta-se pouco para nós, como que isso deveria ser feito, mas existem as receitas pra fazer, porque no passado se nós fomos capazes de, para formar os homens negros, fazermos os liceus de ofício e as sociedades Monte Pio. Se a gente foi capaz de formar, de ensinar as mulheres como organizar as grandes bancas de costura, como elas eram as aguadeiras dos grandes centros, no século XIX. Quando você vai olhar o trabalho da Cecília Soares, “*A mulher negra na Bahia do século XIX*”. Quer dizer, isso que foi fazer os liceus de arte e ofícios, fazer a sociedade Monte Pio, fazer essas irmandades, que todas eram pra profissionalizar e nos fortalecer economicamente. Pra onde foi esse conhecimento? E como que isso chegou? Quer dizer, eu não estou falando de algo elaborado, como André Rebouças, que pensou soluções econômicas no século XIX para nós, e achava que o Brasil tinha que seguir tais e tais caminhos pra nós alcançarmos isso. Eu estou falando de como foi que a gente trouxe todo esse conhecimento para a vida contemporânea, e aí pra mim também é um desafio. Eu disse que eu não tinha como responder a sua pergunta (REIS, 2008, APÊNDICE).

A partir disso, podemos fazer uma relação dessa reflexão crítica e propositiva com a observação do entrevistado Sílvio Humberto sobre a necessidade de fazer uma articulação entre o racial e o econômico com base na ligação histórica que podemos perceber entre essas duas dimensões na história do Brasil.

Diante da constatação, reforçada pelo próprio Sílvio Humberto durante a entrevista, de que as políticas de desenvolvimento não têm efetividade se não forem consideradas as particularidades da metade da população brasileira, o mesmo aponta a necessidade de criarmos mecanismos que possibilitem perceber se a população negra está sendo atingida de maneira qualificada por essas ações. Por isso, na sua ótica, tem que haver, nas ações voltadas para o desenvolvimento, um foco nessa parcela da população, além de ser necessário observar atentamente a dinâmica de funcionamento do racismo no sentido de construirmos instrumentos que possam ajudar a implodi-lo, quebrando as barreiras que dificultam e, por vezes, impedem a assunção da população negra. Por fim, Sílvio Humberto nos traz que o gestor público precisa ter uma atenção sobre a dimensão racial, sendo que isso perpassa por compreendê-la e assumi-la nas decisões políticas.

Então, tenho que encontrar mecanismos de melhorias dessas relações sociais que são ruins e tirar a população negra de situações de vulnerabilidade que vai desde eu pensar, por exemplo, choque de cidadania mesmo. De garantir acesso às pessoas, investir na educação de qualidade também. Pensar políticas ao discutir desenvolvimento econômico, você tem que ter certeza... dizer assim: “Eu estou, de fato, atingindo a população negra? Isso aqui vai garantir recorte racial, ações afirmativas, mesmo, dentro da pobreza? É verdade”. Porque se você não fizer isso... Assim: é como se fosse marcar de perto. Porque se você deixar só para o geral, não necessariamente a população pode não ser atingida [sic] Você tem que garantir isso, porque você tem que tirar essa população da pobreza e, ao mesmo tempo em que eu tiro da pobreza, mas você tem outro embate que vai ser dado que é assim: uma coisa é quando você está na pobreza, uma outra coisa é quando você começa a sair da pobreza e disputar um espaço que antes você não estava lá. Esse é um outro embate, que é quando você começa a ocupar determinados espaços. Então, tem que pensar dentro do desenvolvimento econômico, eu acho que tem que ter uma coisa na cabeça do governante: ele precisa ter uma cabeça voltada para a diversidade etnicorracial. Precisa ter essa sensibilidade, deixar aqui ao seu lado. Aí é decisão política dele (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Ele também indica a importância da presença do projeto político e de pessoas negras comprometidas na luta antirracista nos espaços de poder do Estado e em espaços politicamente influentes.

Em resumo, desenvolvimento é escolha também, é meio e condições, falava Kizerbo: “meios e condições”. Tenho os meios, tenho as condições, depois sua

decisão política de fazer. Se eu não tenho uma cabeça dessa... Mas para eu poder ter uma cabeça desta, eu preciso estar ocupando um cargo político também, ou então num lugar que influencie politicamente [...] (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Para Sílvio Humberto, apesar do avanço e refinamento que tem o debate acima atualmente, os efeitos urgentes do racismo – o que ele chama de efeitos primitivos – estão ainda por serem solucionados. Desse modo, ele pensa que a inserção da problemática racial e de pessoas comprometidas com a luta antirracista nas esferas de poder do Estado pode contribuir para o ataque tanto a essas manifestações mais primitivas até as mais refinadas do racismo, para além da ação fundamental do Movimento Negro na proposição e denúncia como grupo de pressão da sociedade civil. Como exemplo da expressão refinada de como o racismo opera, ele pontua justamente o modo como as desigualdades sociorraciais são, muitas vezes, tornadas invisíveis por um modelo explicativo antiquado, que tende a não perceber o fator racial presente nas desigualdades.

A loucura é essa, porque você não acabou com o velho, não superou o primitivo, passou o primitivo, mas ele continua aqui, ceifando vidas, não superando a questão da pobreza. A maioria não saiu da pobreza, porque o que o racismo fez foi pegar o grosso dessa população e jogar na pobreza. Uma forma de você raciocinar também é assim: se o problema da Bahia fosse só pobreza? Onde estaria essa população negra? Tem um dado dessa última pesquisa que eu li. A PNAD de 2007 diz assim: a população branca, Salvador e região metropolitana, tem 10,5 anos de estudo, recebe cinco salários mínimos; a população negra, com 8,5 anos de estudos, recebe 2,1 salários mínimos. A gente faz; normal. Quem estuda mais, anos de estudos, maior rendimento. É uma tendência. Acontece que, eu posso fazer uma regra de três? Posso. Se eu pegar 10,5 recebem cinco salários mínimos; se eu tenho 8,5 eu deveria receber? [...] 4 salários mínimos. Eu recebo 2,1. O que eu fiz foi pegar aqui, na mesma direção: se essas pessoas fossem brancas, com 8,5 de estudo, elas receberiam 4 salários mínimos. Recebem 2,1. Elas recebem isso por quê? Porque são negras (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Igualmente, esse entrevistado faz uma crítica aos limites do tipo de inserção realizado hoje na esfera do Estado, que se articula com o que a entrevistada Luíza Bairros trouxe anteriormente. Ela afirma que ter um espaço dentro do Estado não significa ainda estar no espaço de poder, uma vez que, para além da ocupação de cargos, é preciso, na verdade, que o projeto político que compreende o racismo como eixo estruturante das relações sociais esteja presente nos espaços de poder de forma integral. Sílvio Humberto pensa que, a partir dessa compreensão, é preciso reorientar a dinâmica de funcionamento do Estado, que tem ao longo da história, exercido uma relação antidemocrática, paternalista e clientelista com grande parte da população, como o entrevistado Luiz Alberto também sinaliza. Desse modo, Silvio Humberto vai dizer:

Se eu analisar que eu saí de uma situação que eu tinha um departamento e hoje eu tenho um sistema de secretarias federal, estadual e municipal. Pô! isso é um avanço? É. Agora, como eu sou tratado dentro da estrutura? Quanto eu tenho de recurso em cada uma dessas estruturas? Eu tenho relevância? Que é uma forma, também, de você tratar, mas você entra pela porta dos fundos. Do ponto de vista da institucionalidade que é outro debate que está sendo travado hoje... Que uma coisa é você fazer as reivindicações fora do governo, outra coisa é você estar dentro de um governo de esquerda, governo de base popular ou populista. Isso está permeado dentro da institucionalidade. Então, você também está lidando com um Estado em disputa; mais que isso: um Estado que, pela sua tradição, é refratário a essa demanda. Porque não foi um Estado de Marte que foi refratário às demandas da população negra. Não é um Estado para servir à população negra. É um Estado feito para excluir a população negra. As articulações que têm nesse Estado... Ele, na sua constituição, é refratário à maioria e, sobretudo, às demandas da população negra. Então, tem problema de institucionalidade [...] (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

Nesse propósito, Sílvio Humberto traz um exemplo emblemático da maneira como o Estado normalmente exclui a visão de mundo de importante parcela da população negra, na medida em que não contempla, de forma democrática, a pluralidade de concepções, modos de ser, viver e interpretar a realidade, dado o eurocentrismo presente nos seus procedimentos institucionais.

Sílvio Humberto [...] por exemplo: você pega a regularização dos terreiros[...]. Havia e há uma dificuldade de reconhecer e garantir a imunidade dos terreiros de candomblé, porque o modelo que foi trabalhado por um tempo, por exemplo, compreende as igrejas batistas, as igrejas católicas, e as dificuldades de reconhecer o candomblé enquanto templo. Você reconhecer que o formato de um terreiro, a forma como um terreiro se apresenta...

Ademário: Tem que ser contemplado pela política pública ...

Sílvio Humberto: ... Pela política pública, mas assim: garantida a imunidade, embora as diversas casas que as pessoas habitam ali, então você tinha toda essa dificuldade que estava na base. Aí você depende de uma interpretação do jurista: uma pessoa que foi investigar, estudar para poder entender... Ele me disse: Sílvio, se for como está aqui, no quadradinho aqui não reconhece a imunidade. Aí ele foi beber numa outra fonte, que eles chamam de pluralismo fático, outras fontes para poder justificar o conceito, por exemplo, de templo. Que o conceito de templo no candomblé é diferente do conceito de templo da religião católica. Não é porque uma é melhor ou pior não, é porque são concepções diferentes mesmo, mas só que o Estado valida um e não valida o outro... Então, este Estado é refratário a isso, ele não foi feito para isso. Isso daí é o que está quando você vai discutir desenvolvimento hoje (CUNHA, 2008, APÊNDICE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA DIMENSÃO RACIAL NA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO

Após termos percorrido o ponto de vista de alguns representantes do Movimento Negro, podemos fazer algumas inferências que nos ajudarão no esforço de concluir este trabalho.

Apoiados nas reflexões construídas ao longo do trabalho, podemos dizer que a partir da década de 1950, no Brasil, houve uma nova relação estabelecida entre o fenômeno do racismo e o ideário de desenvolvimento. Tal relação baseia-se na articulação fina do mito da “democracia racial” e no mito do “desenvolvimento como crescimento econômico”. A primeira, através do discurso das relações sociorraciais harmônicas no país, não permite que a problemática sobre as desigualdades e hierarquias entre brancos e negros apareça como tema relevante na sociedade brasileira, servindo para a manutenção da estrutura social que temos ainda hoje. Por sua vez, a segunda, como perspectiva analítica potente e hegemônica que é, serve como um instrumento capaz de relativizar e impedir a identificação de outras dimensões – como a ideia da dimensão racial – que ajudam a entender os fatores explicativos das relações sociais hierárquicas, baseadas em relações complexas e de subalternidades.

O diálogo com essas lideranças reforça a nossa percepção sobre como essa simbiose vem produzindo historicamente um problema de entendimento sobre o racismo; ou a invisibilidade do mesmo como fenômeno estruturante das relações sociais, que impacta negativamente na vida das pessoas negras através da destituição da sua humanidade, do cerceio de suas produções políticas e culturais como um grupo humano com as marcas da descendência africana (marcas estas que poderiam contribuir para uma ideia renovada sobre desenvolvimento) e do impedimento ao acesso dessa parcela da população aos ganhos mais significativos dos projetos de desenvolvimento do país.

Por exemplo, essa dinâmica de invisibilidades ocorreria por falta de sensibilidade, interesse, ou até capacidade de gestores públicos em trabalharem para a superação do racismo, mesmo diante dos indicadores sociais que apontam a existência de desigualdades e hierarquias sociorraciais. Como trabalhar no sentido de combater o racismo, quando a compreensão é que esse fenômeno não existe, ou é residual? Como trabalhar para a superação do racismo e todas as suas formas de manifestação quando não se leva em consideração as construções e os anseios políticos de parcelas organizadas da população negra?

De acordo com as lideranças do Movimento Negro que dialogamos aqui, por outro lado, num contexto como o do Brasil, plurirracial e pluriétnico, com fortes desigualdades sociorraciais, o pensar sobre o desenvolvimento (como uma invenção cultural) deve estar alicerçado no respeito e valorização das diferenças e na busca da eliminação de toda e qualquer forma de racismo e homogeneização cultural, com vistas ao atendimento dos interesses dos grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira. Ou seja, a problemática do racismo e a sua compreensão como fenômeno que estrutura as relações sociais são centrais para que uma sociedade como a brasileira construa estratégias que permitam ao seu povo emancipar-se de todas as formas de dominação e subalternidade, para que todos os brasileiros possam ter qualidade de vida, com dignidade e autonomia.

Desse modo, não é possível pensar na ideia de desenvolvimento sem o necessário entendimento do racismo como uma consciência histórica construtora de uma realidade racializada desde muito tempo. Ou seja, a implosão da sua estrutura de uma hora para outra não seria tão simples. O que se observa é que há um reconhecimento aparente sobre o tema, anunciando-se o fim do termo raça por “decreto”, como se isso fosse capaz de acabar com um fenômeno histórico.

A construção da hierarquia entre as pessoas pelas suas marcas fenotípicas e culturais precedeu o esforço do Ocidente em defini-lo cientificamente como racismo, pautado na crença na existência de raças humanas, biologicamente compreendidas. Estas teorias pretensamente científicas apenas surgem para justificar uma realidade dada: a hierarquização sociorracial no contexto das sociedades de histórico racial-escrovocrata. A dinâmica do racismo, independente da constatação posterior da inexistência de raças humanas como um dado da natureza, ainda perdura nas mentes, culturas, instituições, ideologias políticas e no cotidiano das pessoas. Isso demonstra a persistência da consciência histórica racista. É preciso que se construa um esforço político perene que vise sistematicamente desmontar essa forma de opressão que vitima a população negra e prejudica a construção de uma sociedade justa, saudável e solidária.

Portanto, torna-se imprescindível pensar num recorte racial quando da elaboração de políticas de desenvolvimento, uma vez que o racismo se apresenta de diversas maneiras na realidade brasileira e no mundo, utilizando-se até mesmo de ideologias racistas trajadas de anti-racialismo (vide o exemplo do discurso hegemônico a partir do mito da “democracia racial” existente no Brasil que não considera a pertinência de uma noção de raça como uma categoria sociocultural e sociohistórica).

Não obstante, o racismo não é o único determinante produtor de desigualdades sociais, visto que existem outras consciências históricas – como o sexismo e a homofobia – e fenômenos sociais como o capitalismo que engendram uma realidade de dominações, hierarquias, desigualdades e pobreza, que devem e são levados em conta nos limites deste trabalho. Dessa maneira, a nossa perspectiva se baseia na existência de determinantes ou dimensões que concorrem para a construção e manutenção de toda esta estrutura social hierarquizante e excludente. De todo modo, é necessário apontar a dimensão racial como mais uma categoria fundamental para se pensar critérios de relevância na avaliação e proposição de políticas públicas e práticas de desenvolvimento, a partir da compreensão de que o racismo é um elemento estruturante das relações sociais na humanidade.

Pelo exposto no trabalho, inicialmente, no contexto brasileiro, os indicadores sociais desagregados por cor/raça são os primeiros instrumentos potentes para a avaliação da distribuição desigual dos recursos entre negros e brancos. Todavia, o entendimento do papel histórico do racismo e de sua efetividade nos dias de hoje não se resumem ao aspecto quantitativo, perpassando também pela consideração acerca das construções “fenotipocêntricas”, das construções simbólicas e das identidades raciais forjadas no contexto estruturado por este fenômeno (no plano do imaginário social).

Nesse sentido, negros, brancos e mestiços terminam sendo representações sociais que podem reverberar tanto uma adequação e aceitação da dinâmica racista, quanto uma oposição a este fenômeno numa perspectiva crítica e de resistência. Desta maneira, uma das entrevistadas, Luiza Bairros, lembra da importância em se considerar o tipo de vivência da identidade racial – dada as suas diversas formas de expressão – nos territórios ou espaços objetos das propostas e intervenções em prol do desenvolvimento, no sentido de que isto pode ajudar a entender as dinâmicas da vida nos territórios e, por conseguinte visualizar a arena política existente, ou seja, se são contextos influenciados por hegemonias ou contra-hegemonias.

Particularmente, como aspecto de contribuição da problemática racial no pensar o desenvolvimento não é possível deixar de se destacar o Movimento Negro como protagonista no pensar o Brasil e seu projeto de país. Se estamos afirmando que o racismo é um elemento estruturante para se pensar a sociedade brasileira e seu futuro, estamos trazendo para a arena política a agência deste movimento social, pois é ele que, ao longo do tempo, vem pautando esta temática na agenda pública nacional.

Dada a dificuldade de entendimento sobre as relações raciais no Brasil – fator que produz invisibilidades –, o desconhecimento público da trajetória da luta negra pelo processo

de emancipação das pessoas negras não permite ainda dar o devido peso histórico a este agente político tão diverso e presente na história deste país. Com efeito, pensamos que é preciso recobrar as várias dimensões, características, estratégias e organizações do protagonismo da luta negra, para se pensar também projetos e práticas de desenvolvimento de caráter contra-hegemônico.

Por isso, buscamos fazer este trabalho apoiados em algumas lideranças da luta negra baiana e nacional que representam experiências coletivas que ao longo do tempo, pelo menos nos últimos 40 anos, construíram suas trajetórias de vida no combate contra o racismo e outras formas de dominação.

Diante do exposto, temos condições aqui de indicar a existência de uma idéia de dimensão racial que pode contribuir para a abordagem sobre desenvolvimento.

Dimensão racial

Ao longo deste trabalho, identificamos uma lacuna dentro do debate sobre o ideário do desenvolvimento. Observamos a pouca atenção dada à temática racial neste debate. Neste sentido, verificamos que até propostas alternativas e que buscam a renovação da agenda sobre desenvolvimento sob um viés contra-hegemônico padecem da pouca reflexão acerca da problemática do racismo.

Nesse sentido, buscamos discorrer sobre o fenômeno do racismo e seu vigor histórico, através de uma perspectiva “diferencialista” que identifica no entendimento equivocado do racismo como uma construção histórica recente – da modernidade –, a dificuldade de boa parte dos estudos sobre racismo e relações raciais em compreender as dinâmicas constitutivas deste fenômeno histórico. Deste modo, a problemática sobre o racismo ganha novos contornos que procuramos seguir, mas que obviamente neste trabalho não conseguimos e nem era a nossa pretensão dar conta.

O caminho analítico percorrido minimamente, entretanto, nos possibilitou constatar aquilo que o Movimento Negro e parte considerável de estudos sobre as relações raciais já indicava há algum tempo. O fato do “mito da democracia racial” – como discurso apaziguante e ideologicamente comprometido com a manutenção das relações sociorraciais desiguais – representar uma barreira potente ao entendimento do racismo como fenômeno estruturante das relações sociais no Brasil, ensejando uma realidade racializada, onde a população negra é subalternizada em seu conjunto, ao passo em que a população de brancos no geral gere e usufrui de grande parte dos recursos sociais.

Igualmente, tomamos por base a crítica sobre a noção de desenvolvimento confundido como crescimento econômico, que se baseia na reflexão da existência de outras dimensões também importantes como a dimensão política, cultural, social e ambiental. Desta maneira, chegamos a conclusão que boa parte da invisibilidade da problemática racial nas reflexões, políticas públicas e ações em prol do desenvolvimento deve-se a uma articulação fina entre este mito do “desenvolvimento como crescimento econômico” e o mito da “democracia racial”.

Esse viés de análise, além de fornecer base para a crítica em relação a pouca atenção dada pelos estudos sobre desenvolvimento, possibilitou-nos refletir sobre a necessidade de se fortalecer uma categoria analítica que historicamente vem sendo relativizada, mas que consideramos um instrumento poderoso para a análise e construção de políticas e ações em prol de uma abordagem de desenvolvimento, a saber: a dimensão racial. Assim sendo, quais seriam os seus contornos? Como poderíamos definir uma dimensão racial?

Propomos a dimensão racial como categoria analítica numa abordagem sobre desenvolvimento, tendo como premissa a compreensão que a idéia de raça é uma construção historicamente vivida e culturalmente apreendida, onde características fenotípicas e culturais são percebidas de modo a se constituírem em objetos de legitimação de diferenças, hierarquizações, dominações e subalternidades. O racismo fundamenta-se na utilização destas diferenças, no sentido de construir uma ordem racializada para que um grupo sociorracial hegemônico possa se apropriar, gerir e desfrutar dos recursos de toda natureza em detrimento do grupo sociorracial subalternizado.

Todavia, é demonstrado historicamente que as populações dominadas terminam reorientando a seu favor todo um imaginário social e os sentidos negativos atribuídos as suas características fenotípicas e culturais, no intuito de valorizarem-se e se auto-afirmarem diante de uma ordem social racista, a partir de uma perspectiva de resistência a mesma.

Na nossa maneira de pensar, a dimensão racial representaria aspectos da vida que constroem e representam essa complexa teia das relações sociorraciais num dado território, onde pertencimentos ou identidades raciais são vivenciados dentro de uma estrutura racista e racializada de modo a se coadunarem com esta ordem, ou a resistirem ou se oporem ao processo de dominação engendrado pela gestão sociorracialmente monopolista.

Assim, como podemos pensar transformação social sem a compreensão do racismo como consciência histórica que forja o imaginário social e estrutura as relações sociais? Podemos pensar em desenvolvimento sustentável num dado território sem que este tenha relações raciais equitativas e respeito à pluralidade racial ou a diferença? Como conceber

processos de democratização sem se considerar as formas de resistência dos grupos subalternizados racialmente? Como conceber relações sociais saudáveis e harmônicas sem construir estratégias para acabar com a naturalização da degradação e eliminação de vidas das pessoas negras?

Levando-se em conta toda a problemática tratada no que diz respeito à relação entre Racismo e Desenvolvimento e a proposição da dimensão racial como um instrumento analítico relevante no campo da Administração, entendemos que seja salutar refletirmos sobre alguns critérios relacionados à dimensão racial para apuração da sustentabilidade de políticas públicas, projetos e ações de desenvolvimento.

Inicialmente, apoiamo-nos em três proposições mais gerais apresentadas por Moore (2007, p.292-293) como uma “ofensiva global” contra o racismo em qualquer forma de manifestação, contexto e instância, a saber:

- a) o desmantelamento da ordem de desigualdades socioeconômicas e políticas historicamente herdadas de um passado de conquista, colonização e escravidão, mediante estratégias políticas especificamente voltadas para a equidade sociorracial em todos os âmbitos.
- b) A sustentação de uma campanha permanente de demolição do imaginário *raciológico* [grifo do autor] da sociedade, ancorado em fantasmas raciais coletivos;
- c) A colocação de todas as características fenotípicas das populações que compõem a sociedade em um mesmo plano de valorização estético-moral e afetiva.

Articulando estas proposições mais gerais com o ponto de vista dos representantes do Movimento Negro exposto neste trabalho, chegamos a conclusão da existência de pelo menos três ações que podem contribuir para a consecução da “ofensiva global” contra o racismo e, por conseguinte, serem utilizados como critérios da dimensão racial para aferição da sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento.

Fortalecimento institucional e reconhecimento das práticas e organizações negras

Dessa maneira, para se viabilizar uma agenda renovada e contra-hegemônica sobre desenvolvimento no Brasil, além do reconhecimento e incorporação de experiências e práticas históricas de resistência da população negra, é preciso haver um fortalecimento institucional das formas de organizações desta população, com o intuito de que estas possam se contrapor ainda mais ao modelo hegemônico de desenvolvimento (crescimento econômico) e constringer ou influenciar as propostas alternativas e contra-hegemônicas que ainda se

alicerçam no mito da “democracia racial”, ou no equívoco epistemológico em não considerar o real papel histórico do racismo. Todavia, o fortalecimento institucional destes sujeitos só se dará efetivamente na medida em que os mesmos tenham capacidade de se defender do “jogo da participação”, e atuem em espaços públicos democráticos de fato.

Ultimamente, temos observado a incorporação da temática racial em várias ações de caráter público e privado; fruto do avanço do debate sobre as relações raciais no país. Entretanto, apoiados no diálogo com lideranças do Movimento Negro, é perceptível o modo subordinado e residual como a temática racial se insere nos projetos políticos, políticas públicas e ações em prol do desenvolvimento. Apesar do avanço, este quadro impressiona, uma vez que ainda representa a hegemonia do discurso ideológico ou de teorias que relativizam o fenômeno do racismo e o fator racial como um determinante analítico na explicação da realidade social.

Participação efetiva na esfera pública

Diante dessa constatação, a partir do ponto de vista dos entrevistados, é fundamental que o projeto político comprometido com o entendimento do racismo como eixo estruturante das relações sociais esteja presente integralmente nos espaços de poder, notadamente na gestão pública, sendo importante a presença de pessoas negras e/ou comprometidas na luta anti-racista. Com efeito, a incorporação da problemática racial no Estado e em outros espaços de poder pode contribuir para o ataque as “manifestações primitivas do racismo” (eliminação física de pessoas negras), assim como as formas mais refinadas do mesmo (invisibilidade epistemológica e política).

Desse modo, é preciso que este projeto político orientado a luta contra o racismo esteja articulado com uma reorientação profunda da relação paternalista, clientelista, patrimonialista, autoritária e antidemocrática que o Estado estabelece historicamente com a sociedade, bem como a relativização de seu forte viés “eurocêntrico” nos procedimentos institucionais. Uma perspectiva pela pluralidade e respeito à diferença tende a contribuir para a diminuição da força do racismo e a democratização dos processos políticos.

Foco na população negra

Para se incorporar a temática do racismo, é preciso também pensar em instrumentos que possam focar a população negra e demonstrar se a mesma está sendo atingida de maneira qualificada por políticas públicas ou ações em prol do desenvolvimento. Além disto, também é necessária a criação de mecanismos e instrumentos que possam analisar a dinâmica de funcionamento do racismo, no sentido da sua implosão e da quebra das barreiras produzidas pelo mesmo que dificultam e por vezes impedem a emancipação da população negra. Neste caminho, Políticas de Ações Afirmativas a favor da população negra na universidade, no mercado de trabalho, nos concursos públicos e nos meios de comunicação precisam ser entendidas como instrumentos relevantes para a focalização desta população.

É necessário enfatizar que a proposta de uma dimensão racial também se baseia na indissociabilidade de outras várias dimensões que constituem a vida humana como a social, política, ambiental, econômica e cultural tal como já preconizaram França Filho & Santana Jr. (2007). Sem contar outras que devem ser trazidas como a dimensão de gênero por exemplo. Igualmente, compreendemos que a qualidade do projeto de desenvolvimento e sua sustentabilidade está diretamente associado a um equilíbrio dinâmico entre as diversas dimensões que perpassam as relações sociais no território (FRANÇA FILHO & SANTANA JR., 2007)

Todavia, acreditamos que a utilização da dimensão racial como categoria analítica e a ênfase em suas particularidades adiciona a problemática racial construída ao longo da história na abordagem do desenvolvimento; contribui para a garantia da efetividade das políticas públicas; possibilita a percepção da apropriação indébita dos ganhos econômicos, políticos e sociais por um grupo sociorracial hegemônico; e, dada a complexidade do fenômeno do racismo, possibilita a sua associação com outras dimensões pela sua forte característica em se imiscuir com outras esferas da vida humana.

Por fim, acreditamos que o Estado e a sociedade brasileira fazem historicamente a associação do desenvolvimento com uma idéia de raça: ao constituir a raça branca ou a miscigenação de raças um fator determinante ao desenvolvimento, dada as tentativas de branqueamento da sociedade brasileira – aí, incluídas as práticas e propostas de eugenia que existiram no país. O que intentamos fazer neste trabalho foi uma reorientação desta associação. Primeiro, desnudando essa associação histórica. Segundo, indicando que a partir do momento em que se enfatiza a existência de uma dimensão racial, é possível por luz a toda uma problemática do racismo o qual, levado em consideração, pode ajudar a pensar numa

noção de desenvolvimento comprometida com uma agenda renovada e com perspectivas contra-hegemônicas; em suma, a perspectiva, aqui, é construir uma associação positiva para os grupos sociorraciais historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Ademário de Jesus. **Organizações Negras na Luta Contra o Racismo: desafios históricos e dinâmicas atuais**. 2005. 63 f. Monografia (apresentada ao curso de Bacharelado em Administração) – Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.
- AKTOUF, Omar. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: Sociedade-Racismo-Economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902**. 2004. 279 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.
- FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos Teóricos e Avaliação**. Salvador, Bahia: Casa da Qualidade, 2002, p. 12-32.
- FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa Paternostro. **Organizações e Interorganizações na Gestão do Desenvolvimento Sócio-Territorial**. Organizações & Sociedade (O&S)/ Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v.11 – Edição Especial, 2004, p.95-113, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: o legado da “raça branca”**. 1º vol. São Paulo: Dominus, 1965.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **Um Olhar Renovado Sobre Desenvolvimento Local: Uma Análise a partir dos Aportes da Economia Solidária e de Pesquisa Empírica na Bahia**. In: Conferência Regional do ISTR para América Latina e Caribe, VI, 2007, Salvador.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar (1980)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2005.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2º Ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010 . Disponível: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 20 mai. 2009.
- JACCOUD, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: THEODORO, Mário (org.), JACCOUD, Luciana,

OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. **Para Quando África? Entrevista com René Holenstein**. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LAESER. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2007-2008)**. Rio de Janeiro, 2008. 213 p.

LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São paulo: Summus, 2003.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2001. 150f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. São Paulo: casa das Áfricas, 2009.

MILANI, Carlos Sanchez. **Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia-Brasil)**. Organizações & Sociedade (O&S)/ Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v.11 – Edição Especial, 2004, p.95-113, 2004.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São paulo: Summus, 2003.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício Carvalho.(org.). **"Crescimento econômico" versus "preservação ambiental": origens do conceito de desenvolvimento sustentável**. In: Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília, Ed. Ibama: 2002, p. 27-48.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

ORTEGA, Antonio César. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs**. Rev. Econ. Sociol. Rural , Brasília, v. 45, n. 2, 2007.

OSÓRIO, Rafael. **Desigualdade Racial e Mobilidades Social no Brasil: um balanço das teorias**. In: THEODORO, Mário (org.), JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no Livro Didático de História do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)**. 2009. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência, de 2005**. Brasília, 2005. 152 p.

PRESTE MOTTA, Fernando C.. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. São Paulo: Pioneira, 1986.

RAMOS, Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

REIS, José Marcelo Dantas dos ; FISCHER, T. . **Olodum - A Arte e o Negócio**. *Academic Medicine*, São Paulo, v. 33, p. 90-99, 1993.

REIS, José Marcelo Dantas dos. **Gestão, Cultura e Leadership – O Caso de Três Organizações Afro-Baianas**. In: FISCHER, Tânia. (Org.). *Gestão Contemporânea, Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 151-163.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política e Administração**. *Organizações e Sociedade (O& S)*, Salvador, BA, v.37, p.165-193, 2006 [1969].

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. São Paulo: Editora Vértice, 1986, 207p.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7º Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Reginaldo Souza. **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. 2º Edição. São Paulo: Mandacaru, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco** : Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa . Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1976.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Ancestralidade e Contemporaneidade de Organizações de Resistência Afro-Brasileira**. In: FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão contemporânea, Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 133-149.

_____. **Ciência, Religião e Desenvolvimento.** In: EGHRARI, Iradj Roberto (Org.). *Ciência, Religião e Desenvolvimento: perspectivas para o Brasil.* 1º Edição. São Paulo: Editora Planeta Paz, 2005.

_____. **Siyavuma: uma visão africana de mundo.** Salvador: Maria de Lourdes Siqueira, 2006. 247p.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª EDIÇÃO 2005, p. 23-71.

THEODORO, Márcio. **Para se ter desenvolvimento com igualdade, é preciso enfrentar a questão racial.** Jornal Irohin. entrevista. Brasília. dez. 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)